



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Ana Carolina Casemiro Vieira

**A INTEGRAÇÃO CAMPONESA AO MONOCULTIVO DE DENDÊ:
SUBORDINAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO**

Belém
2015

Ana Carolina Casemiro Vieira

**A INTEGRAÇÃO CAMPONESA AO MONOCULTIVO DE DENDÊ:
SUBORDINAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador (a) Prof. Dr. (a) Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos.

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Vieira, Ana Carolina C., 1983 -

A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico / Ana Carolina C. Vieira - 2015.

Orientadora: Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2015.

1. Camponeses – Amazônia. 2. Camponeses – Amazônia - Condições sociais. 3. Camponeses – Amazônia - Condições econômicas. 4. Dendê – Cultivo – Amazônia. I. Título.

CDD 23. ed. 305.5633098115

Ana Carolina Casemiro Vieira

A INTEGRAÇÃO CAMPONESA AO MONOCULTIVO DE DENDÊ: SUBORDINAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca Examinadora:

Dr. (a) Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães
Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Pará

Dr.(a) Dalva Maria da Mota (Membro Titular)
Universidade Federal do Pará

Dr. Klemens Augustinus Laschefski (Membro
Titular)
Universidade Federal de Minas Gerais

Dr. Heribert Schmitz (Membro Suplente)
Universidade Federal do Pará

Com todo meu amor ao meu
companheiro de vida Hamilton
Rodrigues Pinto pelo apoio e a ao
nosso filho Caue Vieira Pinto pela
inspiração e coragem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos camponeses em especial aos moradores da comunidade Soledade e Pesquisadores Socioambientais, que receberam a mim e a minha família com tanto carinho e generosidade, apoiaram a pesquisa com total dedicação e confiança. Agradeço vocês por todas as trocas e por todo aprendizado que tive com cada um e que tornou possível essa dissertação, meus mais profundos agradecimentos.

À minha orientadora Sônia Magalhães quem me apresentou a antropologia e sociologia, ciências pelas quais me apaixonei e me transformou, que me orientou com tanto carinho e compreensão, apesar de todas as dificuldades intelectuais e na vida que se apresentaram durante a realização deste estudo.

Ao professor Bruno Spacek Godoy meu agradecimento pela sua fundamental orientação na organização dos dados e nas análises estatísticas apresentadas.

À Universidade Federal do Pará em especial ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, à todos os professores e à equipe administrativa. Em especial as professoras Soraya Abreu de Carvalho, Laura Angélica Ferreira Darnet, Lívia Navegantes que me encorajaram, as palavras de força de vocês ecoaram em meus ouvidos durante toda elaboração desse texto.

À equipe do NEDET NE I, Ana Carolina Costa, Willian Assis e Eduardo Monteiro que me apoiaram de diversas maneiras na elaboração, em especial ao Eduardo que apoiou na elaboração dos mapas e na diagramação dos calendários agrícolas.

Ao Instituto Peabiru que me introduziu nesse campo de pesquisa.

À minha mãe Ione Casemiro que sempre se dedicou prioritariamente à minha formação, não medindo esforços para me oferecer a melhor educação possível.

À minha vó Emília que dedicou todo seu amor na minha criação.

Às minhas primas-irmãs Maíra Casemiro e Mirella Casemiro que mesmo de longe me incentivaram.

Às minhas amigas Thiara Fernandes e Kátia Carvalheiro que me deram coragem de ingressar nessa jornada acadêmica.

À Andresa Farias e Geysa Correa que me apoiam e me iluminam de tantas maneiras.

Às Minas do rei Salomão que são fonte de iluminação eterna e que tanto contribuem para minha formação e caráter.

Quero deixar um agradecimento especial ao Hamilton Rodrigues Pinto, que se disponibilizou integralmente e sem medir esforços, para apoiar essa conquista. Ele que cuidou não só do nosso filho, mas de mim, com amor e compreensão o que tornou esse processo muito mais feliz, gratidão eterna.

Agradeço a Deus pela iluminação, saúde e coragem para realização deste estudo.

RESUMO

O processo de integração camponesa ao monocultivo de dendê caracteriza-se por relações sociais e econômicas assimétricas que provocam a subordinação da produção e comercialização camponesas ao capital, o endividamento das famílias e tendem a contribuir para a especialização agrícola de boa parte deste grupo social. Esse processo é responsável por transformações socioeconômicas do campesinato Amazônico, que nesse contexto busca de diversas maneiras se recompor e garantir a sua reprodução social e cultural minimizando os efeitos da subordinação. Esse trabalho pretende estudar o caso da integração camponesa ao monocultivo de dendê da Agropalma, na região do Baixo Tocantins, nos municípios de Moju e Tailândia-Pará, com o olhar: 1. às transformações socioespaciais, analisando a expropriação da terra e a recomposição do campesinato; 2. à subordinação e ao endividamento das famílias camponesas com a empresa, pelas análises do contrato de produção e de sua implementação; 3. à especialização agrícola e à recomposição camponesa, pelas análises dos calendários agrícolas do dendê em suas diferentes fases do ciclo produtivo *vis à vis* o calendário agrícola do cultivo tradicional camponês. Observou-se uma tendência à especialização agrícola dos camponeses e que não são os calendários agrícolas dos diferentes cultivos que impedem a manutenção do cultivo tradicional, mas sim a sobre-força de trabalho exigida para implementação e condução dos monocultivos de dendê. O estudo revela, todavia, que a exigência da força de trabalho muda nas diferentes fases de vida do monocultivo o que estimula as famílias camponesas a partir do 10º ano (fase de produção contínua) a tentar se reorganizarem em suas unidades de produção tradicional. Esta conclusão é válida apenas para aqueles que conseguem manter as áreas de sítios e é parcial porque não considera todo o ciclo de desenvolvimento da planta nem as consequências do endividamento com a empresa e com a instituição financeira.

Palavras Chave: Amazônia. Integração. Campesinato. Monocultivo. Subordinação.

ABSTRACT

The process of peasant integration to monoculture of oil palm is formed by asymmetric social and economic relationships that cause the peasant subordination to capital, the indebtedness of households tend to contribute to the specialization of production in this social group. These factors together account for socioeconomic transformations in Amazon peasantry, which in this context seeks different ways to restore and ensure their social and cultural reproduction minimizing the effects of this subordination. This work aims to study the case of peasant integration to monoculture of palm from Agropalma company, in the Baixo Tocantins region, in Moju and Tailândia- Pará, having a look on: 1. the socio-spatial transformations when we will examine the expropriation of land and the recovery of the peasantry; 2. the subordination and the indebtedness of peasant families to the company through the analyzes of the social relationship agreement and its economic implementation in peasant life; 3. The agricultural specialization and the peasant recovery through the analyzes of the agricultural calendars of palm in its different phases of the cycle of production coupled with the analysis of the agricultural calendar of traditional peasant culture. These analyzes reveal the trend of agricultural specialization of farmers and that the agricultural calendars from different crops doesn't hinder the maintenance of traditional farming, but the overwork-force required for implementation and management of palm monocultures does. In addition, the study reveals that the requirement of labor force changes according to the monoculture life cycle, which encourages peasant families to reorganize their traditional units of production and the peasant family economy, creating new forms of social reproduction.

Keywords: Amazon. Integration. Peasant. Subordination. Monoculture. Recovery.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Foto da base industrial de extração de óleo da empresa Agropalma SA	24
Figura 2 - Estrada Agropalma às comunidades camponesas integradas.....	25
Figura 3 - Oficina de pesquisa participativa.....	32
Figura 4 - Baixo Tocantins/PA.....	55
Figura 5 - Altar da Igreja Nossa Senhora da Soledade, comunidade Soledade.....	61
Figura 6 - Mapa de localização das comunidades em estudo.....	62
Figura 7 - Castanheira e Porto da Vila Soledade.....	65
Figura 8 - Monocultivo de dendê do campesinato integrado.....	75
Figura 9 - Mapa Transformação do Espaço Rural pela integração do Campesinato de Moju ao monocultivo de dendê.....	76
Figura 10 - Fórmula do Cálculo do Cacho de Fruto Fresco do dendê para o camponês integrado.....	85
Figura 11 - Fórmula do Cálculo do Valor do Cacho de Fruto Fresco de Dendê pago ao camponês integrado, 2009.....	89
Figura 12 - Calendário Agrícola do Roçado.....	107
Figura 13 - Calendário Agrícola do Dendê I: fase do plantio e estabelecimento do monocultivo.....	113
Figura 14 - Calendário Agrícola II: início da vida produtiva do monocultivo com safra e entressafra definidas.....	118
Figura 15 - Calendário III: A produção contínua, o alto da safra.....	122
Figura 16 - Ranking de necessidade de contratação de força de trabalho em projetos de integração de dendê.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Implantação do Contrato de Integração de Dendê da Agropalma.....	95
Tabela 2 - Viabilização do contrato de integração de dendê da Agropalma.....	97
Tabela 3 - Simulação dos custos com mão de obra para o camponês integrado.....	100
Tabela 4 - Simulação dos custos com a contratação de um funcionário nos 13 anos de projeto pela empresa.....	103
Tabela 5 - Simulação dos custos na contratação de funcionários para os 150 lotes integrados do campesinato.....	104

LISTA DE SIGLAS

ADCRA- Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí

ADM - Archer Daniels Midland Company

AF – Agricultura Familiar

BASA – Banco da Amazônia

CI – Conservação Internacional

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONGs – Organização Não Governamental

Pbio - Petrobrás Biocombustíveis

P.D.A.- Plantio de dendê Agropalma

P.D. I. – Projeto de Dendê I – Programa Agricultura Familiar Agropalma

P.D. II. – Projeto de Dendê II – Programa Agricultura Familiar Agropalma

P.D. III. – Projeto de Dendê III – Programa Agricultura Familiar Agropalma

PSA – Pesquisadores Socioambientais

PIN – Projeto de Integração Nacional

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

RLA – Reserva Legal Agropalma

SUFRAMA - A Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFPA- Universidade Federal do Pará

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UPF – Unidade de Produção Familiar

ZAE – Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro Para as Áreas Desmatadas da Amazônia
Legal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	23
3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO CAMPONÊS E SUA INTEGRAÇÃO AO MONOCULTIVO.....	34
3.1.MONOCULTIVO.....	37
3.2.OS AGROCOMBUSTÍVEIS: O DENDÊ.....	39
3.3.O MONOCULTIVO e a PRODUÇÃO CAMPONESA.....	46
3.3.1. A integração camponesa à dendeicultura.....	52
4. O CAMPESINATO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS: contexto e história.....	55
4.1.OS MUNICÍPIOS EM ESTUDO: MOJU E TAILÂNDIA.....	58
4.2.ARAUAÍ, SOLEDADE E OUTRAS LOCALIDADES.....	60
5. AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DO CAMPESINATO INTEGRADO AO DENDÊ.....	66
5.1.OS CAMPONESES INTEGRADOS AO DENDÊ.....	66
5.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS.....	69
5.3.A CONFIGURAÇÃO DO NOVO TERRITÓRIO - A EXPROPRIAÇÃO E A TITULAÇÃO COLETIVA.....	72
6. O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA AGROPALMA.....	79
6.1.A INTEGRAÇÃO: SISTEMA DE ENDIVIDAMENTO DO CAMPESINATO.....	92
6.2.O DENDÊ E O ROÇADO: O PROTOCOLO E O TRADICIONAL.....	105
6.2.1. Os cinco primeiros anos: o plantio de dendê e o estabelecimento do monocultivo.....	112
6.2.2. Do sexto ao décimo ano: o período de safra e a entressafra.....	117
6.2.3. Do décimo ano ao presente: a produção contínua.....	121
6.3.AS RELAÇÕES SOCIOECONOMICAS NO AMBIENTE DA PRODUÇÃO INTEGRADA.....	126

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

1. INTRODUÇÃO

A integração camponesa ao sistema de produção agroindustrial ocorre no Brasil desde o início da modernização da agricultura. Trata-se de uma relação social assimétrica que resulta na subordinação camponesa ao capital agroindustrial.

Nesta dissertação pretende-se analisar as transformações da organização socioeconômica das famílias camponesas que se "integraram" ao Programa de Agricultura Familiar da empresa Agropalma SA, no contexto de *boom* do monocultivo de dendê para produção de agrocombustíveis na Amazônia, especialmente no estado do Pará.

Considera-se a Segunda Guerra Mundial como um marco no reconhecimento da necessidade de aumentar a produção agrícola, a partir do qual foram desenvolvidas tecnologias de produção em larga escala, que originaram a mecanização da agricultura, o monocultivo, a fabricação química de fertilizantes, pesticidas e herbicidas - produzidos a partir de combustíveis fósseis. Essa agricultura chamada agricultura moderna está sustentada em dois objetivos que se combinam: a maximização da produção e o lucro (GLIESSMAN, 2005, p.35).

No mesmo período pós-guerra, verifica-se no Brasil o avanço das fronteiras agrícolas, por meio de políticas que anunciavam a industrialização e depois integração do país, com o início dos projetos de colonização da Amazônia. O PIN, Projeto de Integração Nacional, foi concebido neste contexto de aumento da demanda internacional de produção de alimentos, excedente populacional no Nordeste brasileiro e do ideário da segurança nacional. Assim neste período as estradas como Belém-Brasília, Transamazônica, entre outras foram concebidas e, junto com elas, Projetos de Colonização implementados pelo Estado, que viriam expandir as fronteiras agrícolas, a partir de grande exploração dos recursos florestais (madeira, látex, castanhas, pele de animais, etc) (FEARNSIDE, 1987, p.8).

A partir de meados dos anos 70 do século XX, o foco da intervenção estatal na Amazônia Brasileira desloca-se para os chamados grandes projetos de infraestrutura e agropecuários (MAGALHÃES; SIMÕES et al. 2012, p.146), no âmbito dos quais se verifica na atualidade na região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, a produção de dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.). Esta teve início na década de 80, e foi acentuada no início do século XXI pelos incentivos governamentais à produção de dendê para o mercado de agrocombustíveis¹.

¹ Utilizarei o termo agrocombustível no lugar de biocombustível, concordando com autores críticos que trazem à tona o significado de bio se referindo à vida, e que discutem que o monocultivo, como modelo de produção desses combustíveis, não respeita o ciclo natural das plantas, utiliza essencialmente insumos externos para

O Brasil vem liderando a produção de agrocombustíveis, desde a década de 60, com a produção da cana de açúcar para a produção de etanol. Em 2007 uma nova insegurança energética assombra o mercado internacional, e a pauta dos agrocombustíveis é retomada fortemente no cenário internacional e nacional (LACHESFKI, 2010, p. 66).

No atual contexto de enorme preocupação com a escassez dos combustíveis fósseis e com as limitações do modelo atual de crescimento econômico, os agrocombustíveis apareceram como uma fonte renovável de energia, biodegradável oriunda de espécies oleaginosas do Brasil como mamona (*Ricinus communis* Jacq.), dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.), soja (*Glycine max* Jacq.), girassol (*Helianthus annuus* Jacq.), babaçu (*Orrbignya speciosa* Jacq.) e algodão (*Gossypium hirsutum* Jacq.), assim como a cana de açúcar, para a produção do etanol. Desta forma sua produção é retomada na pauta do governo federal brasileiro e do setor empresarial como uma resposta sustentável ao crescimento econômico (ALMEIDA, 2010, p.106).

É neste contexto que surgem as agroestratégias² para a produção de agrocombustíveis, em que as políticas foram pensadas para favorecer a empresa e estimular a produção, com os incentivos via créditos e isenção de impostos, flexibilização da legislação ambiental e fundiária para liberação de terras. Com todo esse apoio dado à empresa para seu estabelecimento no campo, o governo não poderia deixar de lado a agricultura familiar que tem da terra sua estratégia de reprodução, e passou a apoiar fortemente o sistema de integração à produção de agrocombustíveis (LASCHEFSKI, 2010, p. 68).

Estudos realizados pela Embrapa apoiaram a formulação de Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor da agroenergia, indicando vastas extensões de terras no Brasil, especialmente na Amazônia com 30 milhões de hectares potenciais para a produção de dendê. Com base nesses estudos o Estado criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no ano de 2004 que lançava o Projeto Pólos de Agroenergia e o selo combustível social que passou a ser implementado com o setor empresarial no ano de 2009. Essas políticas que viabilizaram a implementação das empresas no campo, com isenção de impostos, com liberação de créditos, disponibilizando terras camponesas, chamadas de degradadas, para a integração e expansão dos monocultivos, como poderemos ver em detalhes

garantir a produção, como os fertilizantes químicos e agrotóxicos (LASCHEFSKI, 2010, p.64; BACKHOUSE, 2013).

² Estratégias vinculadas ao monocultivo do agronegócio brasileiro, com o fim de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil, o que compreende um conjunto de iniciativas, como de parcerias governamentais e não governamentais, conseguindo a liberação de condicionantes político-administrativas e jurídico-formais para incorporação de novas extensões de terras aos interesses industriais, gerando a especulação de terras e expulsão do campesinato (ALMEIDA; MARIN, 2010; ALMEIDA, 2010; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, p. 5).

no capítulo 4.2 desta dissertação que abordaremos o desenvolvimento da produção de agrocombustíveis em especial a produção de dendê, no Brasil.

E ao avesso do que Gliessman (2005, p.52) previa as florestas tropicais úmidas - que não teriam condições de solo para produções contínuas e que são reconhecidas pelo seu alto valor para a biodiversidade global, para a manutenção das condições climáticas e equilíbrio de dióxido de carbono na atmosfera - passam a ser palco das políticas de crescimento agroindustrial para a produção de agrocombustíveis.

Essa associação da produção agrícola com a indústria assume a denominação de Agronegócio³ ou *Agribusiness* no meio político e empresarial. É reconhecida como a oportunidade de ascensão nacional junto aos países desenvolvidos e grande foco de ações governamentais, já que sua produção é voltada preferencialmente ao mercado internacional (BRUNO; HEREDIA, 2010). Para Laschefski (2010) o agronegócio neste contexto é apresentado no sentido discursivo e político, ele aborda que no período do início do século XXI o governo assumiu uma postura que pretendia aproximar esses dois setores (agrícola e industrial) e envolver os camponeses, diferente do conceito acadêmico que aborda toda a cadeia produtiva.

Sistemas de integração entre camponeses e o empresariado rural fazem parte das estratégias de produção agropecuária no Brasil desde a década de 60, como foi o caso dos sistemas de integração da produção avícola das empresas Sadia e Perdigão na região sul do Brasil (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008, p.25).

No dicionário (Michaelis), integração significa “condição de construir um todo com a adição de um elemento” e define a integração social como “um processo recíproco de relações a fim de formar uma sociedade organizada”. O sentido de integração quando referente ao sistema de produção integrado perde o caráter de construir coletivamente um todo, ou melhor,

³ A autora Bruno (2010, p.20) reflete sobre a construção política da palavra Agronegócio e assinala a combinação de diferentes conteúdos: 1. Como sinônimo de união, sucesso e geração de riqueza; 2. Como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende os interesses e as necessidades de todos; 3. A crença na ausência de alternativas históricas outras além do Agronegócio; 4. O princípio da valorização de si e desqualificação do outro; e 5. O imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses. Para autora o agronegócio traz consigo em discurso a noção de união, entre o campo e a cidade, assumindo a representação de toda cadeia agroindustrial, mascarando as divergências. Assumiu o sinônimo de riqueza e desenvolvimento nos discursos dos governantes, por representar grande parte das divisas do país, e assumir o caráter de projetos de desenvolvimento capaz de incluir a todos. O agronegócio ora representa todos os setores da cadeia de um determinado produto agrícola desde o produtor rural até o empresário da indústria, o que forma a cadeia agroindustrial, porém na maioria das vezes o agronegócio está ligado à modernidade, na agricultura que utiliza tecnologia de ponta para sua produção aos enormes complexos industriais de beneficiamento, seja esse produto para o mercado interno ou externo. Mas dentro deste setor existem suas divergências e classes que se sentem ora mais ora menos representadas, e o discurso e a representatividade mudam de acordo com o interesse em jogo criando um ambiente de disputa (BRUNO, 2010, p.20).

o caráter de igualdade das relações sociais, isso porque neste contexto de integração apenas adiciona-se um elemento, o camponês, em um processo já estruturado pelo governo e empresa, estabelecendo relações assimétricas de poder, que leva à subordinação camponesa ao capital, aparado pelo Estado.

E é neste sentido que nos apoiaremos no conceito de integração vertical apresentado por Neves (1981, p. 20), que ao estudar profundamente a integração de camponeses à produção da cana de açúcar na região dos Campos no Rio de Janeiro, apresenta o sistema de integração como a incorporação da produção camponesa a um sistema econômico dominante, que passa a pautar como se darão as relações sociais, dentro e fora da unidade de produção, bem como as técnicas de produção que envolvem a agricultura moderna, como o cultivo de uma única espécie, o uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e ferramentas de produção altamente tecnológicas. Além disso, a autora revela que a integração tende a provocar a especialização da produção camponesa, com a secundarização dos cultivos tradicionais e a diminuição das atividades da economia doméstica. Para a autora é a soma desses fatores que leva a subordinação dos camponeses ao capital.

Para Neves (1981, p.22) existem formas diversas de subordinação, que podem estar ligadas a fatores vinculados ao nível de controle da produção, às formas de estruturação das unidades familiares, aos projetos que surgem com a transformação da subordinação, que podem ser construídos para aumentar o controle dos fatores de produção e acumulação de capital. Paralelamente e complementarmente, todavia os camponeses criam mecanismos de rearticulação socioeconômicos que permitem minimizar os efeitos da subordinação com o objetivo de garantir a reprodução social da família. Ou seja, a reordenação das relações de produção pelos camponeses é capaz de minimizar esse jogo desequilibrado de forças e com isso a subordinação (Neves, 1981, p.22.).

Smalley (2013, p. 32) afirma que um dos desafios que enfrentam os camponeses integrados é o custo dos insumos para a produção e que esquemas de custeio realizados pelas empresas podem gerar o endividamento do camponês integrado, causando a dependência e intensificando a subordinação camponesa ao capital.

Laschefski (2010), com base em estudos sobre a produção de cana de açúcar (etanol), e a produção de Eucalipto, no estado do Espírito Santo (Aracruz papel e celulose), chama a atenção para o fato de que para esse sistema funcionar a empresa e o governo traçam estratégias que agem diretamente nas políticas de desenvolvimento agrário e conseguem a viabilização de terras para a produção, sem que a multinacional tenha que investir no mercado de terras. Para o autor essa forma de arranjo de produção pautado pelo setor empresarial

internacional, que define o modo e o uso dos recursos naturais, facilitado pelos governos, e justificado pelo discurso ambientalista preocupado com as mudanças climáticas, caracteriza o que chama de imperialismo ecológico.

No caso do dendê, as organizações não governamentais observam o monocultivo de dendê, com o olhar voltado à empresa quanto ao cumprimento legal da: 1) legislação ambiental, no que tange à conversão de florestas em monocultivos, monitorando a transformação da paisagem e a diversidade biológica; 2) legislação trabalhista, monitorando o cumprimento da lei na contratação dos trabalhadores envolvidos, o uso da força de trabalho em regime escravo; o uso do trabalho infantil, etc.; 3) do sistema de integração da agricultura familiar, monitorando as questões relacionadas à terra, à segurança alimentar, ao uso indevido de agrotóxicos, aos impactos socioeconômicos da produção na vida do camponês integrado (CI, 2008, 2012; INSTITUTO PEABIRU, 2010; FASE, 2013; REPÓRTER BRASIL, 2013, 2015).

No campo acadêmico, incrementam-se tanto as pesquisas que enfocam a sustentabilidade da agroindústria de dendê (BRITO, 2006; ALVES, 2011) quanto à discussão da expropriação do campesinato e as transformações do espaço rural (NAHUM, 2012; BACKHOUSE, 2013; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013).

Com este estudo pretendo entender as transformações que ocorrem na organização socioeconômica do camponês integrado de acordo com o ciclo de vida da palmeira, ou seja, trazendo o elemento *tempo* como fator de análise. Os estudos existentes consideram os efeitos da integração camponesa ao monocultivo de dendê como um todo, não particularizando as transformações diferentes que ocorrem ao longo do tempo. Pretendo demonstrar que há uma dinâmica na organização da produção do dendê que de acordo com as fases de vida do monocultivo possibilita ou impede a manutenção da agricultura tradicional camponesa. Como poderemos ver neste estudo, por meio dos calendários agrícolas da produção do dendê, para cada fase do monocultivo estabelece-se uma relação diferenciada entre dendê e roçado. A pesquisa busca explicitar como o modo de organização socioeconômico camponês é sensível à integração ao monocultivo de dendê, tanto pelas relações sociais estabelecidas em contrato, como também pela implementação do protocolo de produção do monocultivo ao longo do tempo.

A empresa Agropalma, com sede no Município de Tailândia a 220 km da Capital paraense, iniciou sua produção de dendê na região do Baixo Tocantins no início da década de 80, quando os planos de desenvolvimento do governo militar para a Amazônia, eram de ocupar estrategicamente a região pela exploração econômica de madeira, agropecuária e

mineração. A empresa teve o financiamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com a aprovação do Projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), com 5.000 ha para a agroindústria de óleo de dendê, a primeira empresa a compor o Grupo Agropalma, que nesta época pertencia ao Grupo Real (do banco Real) (BRITO, 2006; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013; NAHUM, 2014, p.60).

Em 1989, o Grupo adquiriu a empresa Agropalma, vizinha à CRAI, e também duas áreas próximas, constituindo a AGROPAR (Companhia Agroindustrial do Pará) e a Amapalma (Amapalma S/A). Em 1997 a empresa inaugurou, em Belém, a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) e nos anos 2000 foi adquirida a empresa Coacará, que passou a se chamar Companhia Palmares da Amazônia (CPA).

Em 1998, o Grupo Real foi vendido ao ABN Amro Bank, e as empresas não vendidas formaram o Conglomerado Financeiro Alfa⁴, que englobava grandes investimentos em empresas não financeiras, de diferentes segmentos como a Agropalma SA (Agroindústria), Rádio Transamérica (Comunicação), Hotéis da Rede Transamérica (Hoteleira), Casa e Construção (materiais de construção), entre outras (VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, p. 8).

Essas cinco agroindústrias mais a companhia refinadora passam a compor o grupo Agropalma, que é responsável por 85% da produção nacional, a maior produtora de dendê da América Latina, domina todo o ciclo de produção, da muda da palmeira ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarina. (BRITO, 2006, p.13; AGROPALMA, 2015).

Hoje o Grupo Agropalma é formado por duas empresas: Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia; com receitas de R\$728 milhões em 2012, é líder no mercado de produção de óleo de dendê e destina 77% de sua produção ao mercado de produtos alimentícios.

A empresa exporta cerca de 50% da produção principalmente para Europa e EUA. Atualmente possui uma área de 107 mil hectares de terras próprias da empresa, sendo 39 mil hectares de palmeiras plantadas e 64 mil hectares de reserva florestal (AGROPALMA, 2013).

A Agropalma SA, em 2002, com incentivo e apoio dos governos federal e estadual, integrou ao sistema produtivo de cachos frescos de dendê 150 famílias camponesas. O sistema de integração criado, chamado de Parceria- Público-Privada, foi modelo e inspiração para a integração camponesa ao monocultivo de dendê no Estado (BACKHOUSE, 2013; HOMMA, et al; 2014).

⁴ Segundo DELGADO 2012: “Os conglomerados empresariais são a fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados” (DELGADO, 2012, p 34)

Em 2012 foi a primeira empresa no Brasil a receber certificação da Mesa Redonda para o Óleo de Palma Sustentável (RSPO), tornando-se a primeira empresa das Américas a conquistar o selo de sustentabilidade para toda a sua produção própria de cachos de frutos frescos de dendê e óleo de dendê brutos, isso se deve à integração camponesa ao processo produtivo, que é um dos principais critérios de sustentabilidade para a certificadora.

Este trabalho consiste em uma análise do sistema de integração da produção de dendê entre a empresa Agropalma SA. e as 150 famílias camponesas⁵, que teve início no ano de 2002, na região do Baixo Tocantins/PA, denominado Programa de Agricultura Familiar da Agropalma. Este tem sido meu objeto de pesquisa desde 2009, conforme será detalhado adiante. No ano de 2012, com a contribuição do curso de especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas/UFPA e no presente por meio desta dissertação tenho a oportunidade de dar um novo olhar à pesquisa realizada, reorganizando os dados, aprofundando as análises e buscando novos elementos de discussão sobre a temática do dendê e a integração com o campesinato amazônico.

Com a iluminação da teoria e neste processo de aprofundar a análise dos dados e reorganizar os aprendizados surgiu a pergunta:

- Como a integração produtiva do dendê transformou a organização socioeconômica das famílias camponesas ao longo desses 13 anos?

Esses camponeses hoje, 2015, estão vivenciando o décimo terceiro ano das relações sociais e produtivas originadas da integração. Sendo assim, já vivenciaram: 1) a experiência do plantio e os primeiros anos da palmeira; 2) os anos de safra e entressafras bem definidas de produção; 3) e na atualidade vivenciam a produção contínua de cachos frescos de dendê ao longo do ano, não apresentando grandes variações entre safra e entressafra, sendo essa fase o ápice da produção de fruto da vida da palmeira.

Parto da hipótese de que com a integração da unidade de produção familiar camponesa ao processo produtivo de dendê ocorre uma transformação na organização socioeconômica das famílias, que remodelam as formas como os seus integrantes se relacionam com a unidade de produção, transformando as formas de organização social do trabalho ao longo do tempo.

⁵Neste trabalho chamaremos de camponeses ou de pequenos produtores familiares as famílias de agricultores envolvidas na integração do monocultivo de dendê, alternativamente à expressão agricultura familiar, a não ser quando nos referirmos ao Programa de Agricultura Familiar da Agropalma ou às políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar, como uma forma de distanciamento da definição legal, de Agricultura Familiar, isto é, a agricultura em pequena escala gerenciada pela família, definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Não utilizaremos essa denominação por consideramos uma categoria política que não dá conta da complexidade das diferentes formas concretas de existência do campesinato. (LAMARCHE. 1993; WANDERLEY, 1996; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, p.169).

A unidade de produção camponesa é baseada no trabalho familiar e visa prioritariamente à reprodução social, econômica e cultural da família e da comunidade da qual faz parte, mantendo uma relação de alternatividade com o mercado, específica dessa categoria social (GARCIA JR, 1983).

No âmbito socioespacial analiso a transferência das terras camponesas tradicionalmente cultivadas para a produção de dendê integrada, por meio da regularização e titulação coletiva - em nome de associações comunitárias criadas para este fim.

E no âmbito das relações sociais, analiso o contrato e sua implementação, com especial atenção aos cálculos referente aos custos de manutenção do protocolo, de pagamento de impostos, de aquisição de insumos e de financiamento bancário. Desta análise, ressalto o endividamento e revelo o que chamamos de "fetichismo" da renda. Para os camponeses um estímulo à integração é a melhoria de renda, porém aderir à integração significa assumir seus custos de plantio, condução do monocultivo e transporte da produção. De acordo com o contrato esses custos são obrigações dos camponeses e gerenciados pela empresa, que cria mecanismos de crédito, por meio de adiantamento de recursos, para supri-los; isto por um lado torna possível o incremento da renda camponesa, e por outro o endividamento com a empresa.

Sendo assim a integração promove dois processos de endividamento do campesinato, o primeiro com o agente financeiro, o banco BASA, sendo este financiamento que custeia o plantio do monocultivo do dendê, porém este financiamento não é capaz de suprir os custos de implementação do protocolo de produção, a condução do monocultivo, sendo assim a empresa assume parte deste custo e lança como parte de uma nova dívida – entre ela e o camponês. Assim a integração conta com duas dívidas – uma com o banco que é materializada no contrato; e outra com a empresa invisível no contrato sustentada em uma relação de reciprocidade.

Smalley (2013) já havia observado, em seus estudos sobre a integração camponesa à monocultivos na África, que são as deduções dos custos de produção que vão influenciar fortemente o rendimento financeiro da integração e que são essas deduções que podem levar ao endividamento e fortalecer a subordinação camponesa.

Inspirada pela compreensão dos autores Hebéte, Magalhães e Maneschy (2002, p. 35) de que os grupos sociais camponeses “*renovam-se, adaptando-se aos seus novos espaços e tempos, cada vez de forma original e incomparável, e construindo diversas faces de uma sociedade rural*”. Os sete capítulos que compõem este texto estão estruturados do seguinte modo: o primeiro capítulo refere-se a esse texto introdutório. No capítulo dois que chamei de

Trajectoria Metodológica, descrevo as ferramentas de diálogo e análise que contribuíram para o desvelar do conteúdo ao longo dos meus últimos 5 anos de pesquisa. No capítulo três será apresentado o conceito de campesinato e sua lógica de organização socioeconômica, o sistema de produção em monocultivo e o contexto dos agrocombustíveis no Brasil, em especial o dendê; e posteriormente a integração camponesa à produção agroindustrial. Já o capítulo quatro abordará a área de estudo, a região do Baixo Tocantins sua história de ocupação e o contexto das comunidades. No capítulo cinco serão apresentadas as transformações que ocorrem no campesinato a partir da integração, as transformações socioespaciais e a reconfiguração das comunidades envolvidas. O capítulo seis, o coração dessa dissertação, apresenta o contrato de integração do campesinato com a empresa e relações socioeconômicas dele decorrente, e evidencia a relação de subordinação e endividamento, por meio de análises do valor, custos de produção do monocultivo e da força de trabalho. E por fim o capítulo sete onde faço as considerações finais do estudo.

2. A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa sobre o envolvimento de camponeses com o monocultivo de dendê entrou no meu campo de pesquisa no ano de 2009. Até esse momento os processos de regularização fundiária e o manejo florestal comunitário eram meu foco, o que estimulava a minha pesquisa na Amazônia. Deslumbrada em estudar os povos da floresta e sua relação sistêmica com a biodiversidade amazônica, ao entrar para a equipe de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Peabiru⁶, 2009, com a responsabilidade de trabalhar a temática do dendê e assumir o monitoramento dos impactos socioambientais e econômicos da integração de camponeses ao monocultivo de dendê pelo Programa de Agricultura Familiar da Agropalma.

Fui inicialmente contratada para apoiar a área de metodologia, com assistência metodológica aos projetos institucionais e o fortalecimento organizacional da ONG. Mas logo no momento de minha admissão, o Programa Dendê⁷, precisava de especial atenção e eu deveria me debruçar em desenvolvê-lo.

Foi neste trabalho que conheci os municípios de Moju, Tailândia, Tomé Açu, que fazem parte da região do Baixo Tocantins, pela estrada PA-150, que liga a capital paraense à Tailândia. A paisagem com a qual me deparei era completamente diferente do que eu havia vivenciado da Amazônia até aquele momento, paisagem essa fortemente antropizada, mesclando áreas de capoeira, floresta secundária, áreas de pastagens e a grande parte da paisagem tomada pelo monocultivo de dendê. Passaram-se mais de 40 minutos, rodando pela estrada PA-150, e a paisagem não se alterava – uma beleza monótona. Nesta época, a Biopalma estava iniciando sua área de plantio de dendê na região e a Agropalma com sua plantação já estabelecida e produtiva, com áreas de plantio em fase final do ciclo produtivo da palmeira, os monocultivos de dendê de ambas as empresas são cortados pela PA 150.

Ao chegar na empresa Agropalma pela primeira vez, surpreendi-me com a infraestrutura agroindustrial: três indústrias de extração de óleo, escritórios, casas de moradia de funcionários que vão desde alojamento dos homens coletores de frutos à casa da diretoria,

⁶ O Instituto Peabiru, organização não governamental, tem como missão valorizar a diversidade cultural e ambiental e apoiar processos de transformação social na Amazônia. Seu público são os grupos sociais rurais, sendo que as mulheres e jovens recebem especial atenção. A instituição possui duas áreas temáticas de ação – Desenvolvimento Local e Produtos da Sociobiodiversidade, e Responsabilidade Socioambiental Corporativa (INSTITUTO PEABIRU, 2012).

⁷ O Programa Dendê, que teve início em 2007 e finalizou em 2014, era desenvolvido pelo Instituto Peabiru na Região do Baixo Tocantins e financiado pela empresa Agropalma SA, sob a forma de doação. Tinha como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno da empresa e de famílias camponesas com quem a empresa mantém relação comercial, buscando fortalecimento das organizações locais por meio do desenvolvimento das capacidades humanas e incremento do capital social. (INSTITUTO PEABIRU, 2012).

escola, clubes, academia, pista de pouso - um universo, dentro da porteira empresarial, criado para a produção de cachos de frutos frescos e o óleo de dendê bruto e de palmiste que são extraídos na usina de refinamento dentro da fazenda.

Figura 1 Foto da base industrial de extração de óleo da empresa Agropalma SA.



(Crédito: Araújo, 2012.)

A paisagem rumo às comunidades camponesas envolvidas no Programa da Agricultura Familiar também foi causa de minha surpresa. O percurso de aproximadamente 24 km, da base industrial da Agropalma às comunidades envolvidas no estudo, por uma estrada de terra que se estendia desde a porteira da empresa, com duração de 30 a 45 minutos até chegar na Vila Arauaí. A paisagem muda ao longo do tempo de duração do percurso. A primeira parcela do tempo da viagem é a plantação de dendê da empresa com uma duração média de 10 min; posteriormente observa-se uma área de cobertura florestal densa e extensa, a Reserva Legal da empresa (7 min); outra parcela do tempo os plantios de dendê dos camponeses integrados (8 min) - que começa na comunidade Curuperé, que possui algumas residências na beira da estrada, até a proximidade na comunidade Arauaí, onde aparece paisagem de roçados e capoeiras (5 min), seguidos de moradias; e logo a o centro da comunidade Arauaí com seu aglomerado de residências e infraestrutura comunitária.

Figura 2- Estrada Agropalma às comunidades camponesas integradas.



(Crédito: VIEIRA, 2009)

A reflexão sobre a paisagem amazônica florestal, dos trabalhos anteriores e a paisagem da monocultura, provocou uma ebulição de questionamentos: 1) será que essas famílias só se dedicam ao monocultivo?; 2) Como era a vida antes desses projetos? e 3) O que mudou com a integração ao monocultivo? Afinal, a paisagem mostrava que o monocultivo de dendê da empresa Agropalma se estendia desde dentro da sua porteira até as áreas das comunidades camponesas.

Quando me dei conta estava mergulhada em atividades de campo. A primeira imersão durou cerca de um mês e meio e envolveu uma pesquisa socioeconômica, a qual lançou mão de entrevistas e oficinas de pesquisa para a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das 150 famílias envolvidas no programa de Agricultura Familiar da Agropalma. Iremos adiante tratar detalhadamente da metodologia abordada. Neste momento tive a oportunidade de vivenciar o dia a dia dos agricultores, estabelecer relações, acompanhar reuniões comunitárias, reuniões com a empresa, mobilizar oficinas de pesquisas e entender como viviam as famílias camponesas e qual a sua avaliação do programa. Esse período foi o primeiro passo para o estabelecimento de uma confiança mínima entre o grupo social estudado e a pesquisadora.

Ao voltar de campo fui convidada a assumir a coordenação do Programa de Dendê, do Instituto Peabiru. Um dos fatores que me motivou a aceitar foi a autonomia que eu tinha para o desenvolvimento da pesquisa, tanto por parte da instituição como da empresa, que em nenhum momento interferiu, salvo quando convidada. Houve conflitos referentes às diferentes culturas institucionais, mas sempre foram contornados e não influenciaram o desenvolver da pesquisa.

Coordenei o Programa Dendê do ano de 2010 a 2013. Neste posto e temática participei de uma pesquisa, *Responsible Cultivation Areas*⁸, em parceria com a Conservação Internacional⁹, que visava à identificação de áreas potenciais para plantio de cana de açúcar no estado de São Paulo e de dendê no estado do Pará, para produção de agrocombustíveis. As áreas identificadas como potenciais, via imagem de satélite, foram as áreas de produção da Biopalma SA¹⁰, nos municípios de Moju e Tomé-Açú, onde fomos realizar os estudos. Minha responsabilidade foi levantar informações sobre as comunidades rurais que estavam sofrendo os efeitos dos plantios de dendê e desenvolver um sistema de diagnóstico rápido¹¹ para o levantamento desses impactos. Esta pesquisa me proporcionou entender o processo de chegada e implantação da Biopalma e quais foram seus impactos no processo de especulação de terras, na diversidade ambiental e social da região.

Ainda em 2010 liderei as negociações entre o Instituto Peabiru e a Petrobrás Biocombustíveis¹² (Pbio/GALP), que chegava na região do Baixo Tocantins para entrar no mercado dos agrocombustíveis com a produção de dendê, e realizamos um estudo que chamamos de “Levantamento de Parâmetros Preliminares para Diagnósticos Socioambientais em Propriedades Rurais de Pólos de Desenvolvimento Agrícola em Tailândia/PA”¹³, vulgarmente denominado Marco Zero das áreas de plantio da Pbio. Este estudo envolveu 32

⁸ Conservação Internacional: Relatório “Identify of Responsible Cultivation Areas in Pará, Brazil”. 2010.

⁹ Conservação Internacional (CI) é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade, possui projetos de conservação da biodiversidade no Brasil desde 1988, e possui escritórios em diferentes locais do país. (CI ; 2013)

¹⁰ A Biopalma SA é uma empresa produtora de dendê para fins de biocombustível, da região do baixo Tocantins. Ela é de propriedade da Vale do Rio Doce, uma das principais mineradoras do mundo, em sociedade com o Grupo MSP Equipamentos Eletromecânicos Ltda, que atua na fabricação de máquinas e equipamentos industriais para o mercado interno e externo. O objetivo da produção é diversificar a matriz energética e com isso abastecer as locomotivas e equipamentos utilizados nas operações da Vale (VALE; 2013).

¹¹ Instituto Peabiru. Relatório da Pesquisa “Responsible Cultivation Areas” – Pesquisa Social-Realizada em Parceria entre o Instituto Peabiru e a CI. 2010.

¹² A Petrobras Biocombustível é uma subsidiária da Petrobras, tem como foco principal a produção de etanol e biodiesel. No negócio de biodiesel atua na produção e na comercialização. A empresa ainda comercializa os subprodutos derivados do biodiesel, combustível produzido a partir de plantas oleaginosas cultivadas no Brasil, como soja, algodão, palma, mamona, girassol e canola, bem como de gordura animal e óleos residuais de fritura (PETROBRAS; 2013).

¹³ Instituto Peabiru. Relatório “Levantamento de Parâmetros Preliminares para Diagnósticos Socioambientais em Propriedades Rurais de Pólos de Desenvolvimento Agrícola em Tailândia/PA”. 2011.

pesquisadores de 9 diferentes áreas de estudo sendo elas: 1) Estudo social do entorno, o qual coordenei; 2) Arqueologia; 3) Hidrologia; 4) Flora; 5) Entomofauna; 6) Herpetofauna; 7) Avifauna; 8) Mastologia; 9) Macrofauna. A pesquisa social envolveu 15 comunidades consideradas pelo projeto como impactadas direta e indiretamente com o novo empreendimento, e objetivou identificar por meio de questionário e oficinas participativas como se encontravam a segurança fundiária, alimentar, socioeconômica e ambiental das comunidades, bem como as expectativas dessas populações rurais com a chegada do empreendimento da Pbio.

No ano de 2012 a Archer Daniels Midland Company (ADM)¹⁴ procurou o Instituto Peabiru, para conhecer o Programa Dendê e sua metodologia de monitoramento dos efeitos da integração da produção de dendê com os camponeses amazônicos, que estava sendo amplamente divulgada por meio do Caderno de Indicadores de Sustentabilidade¹⁵. Além disso, a empresa tinha interesse em compartilhar sua estratégia de produção de agrocombustíveis no Brasil, mais precisamente na região de São Domingos do Capim/PA, a fim de pensar na possibilidade de um projeto de monitoramento de impactos socioambientais.

Com isso tive a oportunidade de acompanhar o estabelecimento empresarial e expansão dos plantios de dendê na região do Baixo Tocantins e seus impactos sob a paisagem e as comunidades rurais amazônicas, participando das discussões dos grandes empreendimentos bem como de eventos relacionados à certificação socioambiental para produção de dendê sustentável, eventos de lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, fóruns de discussão sobre o selo combustível social e outros que envolviam a temática.

No ano de 2012 tive a primeira oportunidade de voltar à academia, e iniciar o processo de consolidação desses aprendizados, por meio da Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA. Como resultado deste processo de formação no ano de 2013, eu em parceria com minha orientadora Sônia Magalhães, elaboramos o artigo “Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades

¹⁴ Uma das maiores empresas processadora e distribuidora de produtos agrícolas oleaginosas, milho, cacau, trigo, palma e cana de açúcar, do mundo. oleaginosas, milho, cacau, trigo, palma e cana de açúcar. Tendo como objetivo a produção alimentícia, ração animal e biocombustíveis. No Brasil, desde 1997, a empresa processa e vende soja e cacau, trigo e produz fertilizantes, ingredientes para nutrição animal, biocombustíveis e produtos químicos. No mercado do dendê a empresa iniciou em 2011 na região de São Domingos do Capim/PA com a construção de uma planta de processamento de palma, em parceria com o governo e produtores locais (ADM; 2013).

¹⁵ VIEIRA, Ana Carolina; BARNEY, Maria José. **Caderno Indicadores de Sustentabilidade**-Programa de Agricultura Familiar da Agropalma. INSTITUTO PEABIRU. 2011.45p.

Camponesas do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA” o qual apresentamos e publicamos sua primeira versão em agosto de 2013 no “IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR” no grupo de trabalho Ruralidades e Meio Ambiente. Este artigo em uma nova versão, “Agroestratégias e a transformação do espaço rural amazônico: um olhar sobre a integração do monocultivo de dendê ao campesinato amazônico” foi submetido à publicação em revista científica e se encontra em fase de avaliação.

Em 2013, fui admitida ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, me desliguei institucionalmente do Instituto Peabiru, com o objetivo de dar continuidade ao processo de análise e reflexão sobre os dados de campo acumulados, aprofundando a análise referente às transformações na organização socioeconômica dos camponeses com os projetos de integração ao monocultivo de dendê. Revisitando os cadernos de campo, dando um novo olhar aos dados levantados e aos resultados alcançados nestes cinco anos de pesquisa.

Nesta nova etapa da pesquisa, ou melhor, neste trabalho de dissertação irei valorizar o aprendizado por meio da experiência vivida na localidade em estudo, valorizando a observação participante, na qual “o observador não é apenas um expectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado” (RICHARDSON, 2012, p 261). Porém fez parte do exercício dessa pesquisa o distanciamento dos dados e da realidade do campo para que fosse possível o estranhamento e uma interpretação que permitisse aflorar as impressões de cada ator envolvido na pesquisa. (DAMATTA, 1987, p.24). Processo esse que exigiu bastante esforço e foi bem dificultoso devido à complexidade do tema, dos atores envolvidos, e exigiu um novo olhar aos dados de campo que já existiam e mostrou a necessidade de um refinamento das análises bem como um aprofundamento de informações levantadas em campo para poder alcançar os objetivos dessa pesquisa.

No âmbito do Peabiru, foi elaborado o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar da Agropalma e o Caderno Indicadores de Sustentabilidade; durante a etapa de pesquisa e análises dos resultados foi criado o Grupo de Pesquisadores Socioambientais formado por 35 jovens e mulheres, sendo esses em maioria filhos e filhas dos camponeses produtores de dendê ou mesmo jovens produtores de dendê. Foram realizadas reuniões participativas para levantamento e discussão de resultados com lideranças locais, mulheres, homens e jovens produtores; entrevistas semi-estruturadas que realizamos com os camponeses, com órgãos governamentais bem como com

o setor empresarial, por meio de uma conversação guiada, em que pretendíamos obter informações detalhadas sobre a realidade e que permitiram análises qualitativas das informações levantadas (VIERTLER, 2002).

O diagnóstico utilizou ferramentas de pesquisa como:

a) Entrevistas semi-estruturadas ou não- diretivas, realizadas com 34% dos produtores familiares, gerando um banco de dados socioeconômicos. Essa técnica é explicada por Viertler (2002, p. 17) por possuir elementos fixos, mas outros são redefinidos conforme o andamento da entrevista, visando a canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas. E, de acordo com Michelat (1987, p. 193), dá ao entrevistado certo grau de liberdade sobre a profundidade do que quer dizer, facilitando a produção de informações que poderiam ser censuradas em outra forma de entrevista.

b) Reuniões Participativas, realizadas para a coleta de informações, envolvendo lideranças locais, mulheres, homens e jovens agricultores. Nas reuniões foram utilizadas ferramentas participativas, como o calendário agrícola, que permite visualizar o emprego do tempo, segundo os setores de intervenção (agrícola, social, outras fontes de receita e trabalho, bem como o emprego do tempo entre homens e mulheres), mapa histórico, mapa de divisão de trabalho familiar entre homens e mulheres, entre outras (VERDEJO, 2006).

A análise triangulada dos dados possibilitou naquele momento a elaboração do documento DRP, e de 45 indicadores emergentes divididos em temas sociais, ambientais e econômicos (VIEIRA et al, 2010).

A segunda etapa metodológica consistiu em uma reunião participativa de socialização, análise dos resultados obtidos no DRP e de apresentação e discussão dos indicadores emergentes e posterior elaboração dos indicadores sociais, ambientais e econômicos, denominados Indicadores de Sustentabilidade (VIEIRA; GONZALES, 2011). Este foi aplicado nos anos de 2011, 2012 e 2013, totalizando 3 monitoramentos no Programa de Agricultura Familiar da Agropalma SA.

Também foram atores fundamentais para a nossa pesquisa a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí (ADCRA), A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Soledade; a empresa Agropalma SA, os órgãos governamentais como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER- Moju), Banco da Amazônia (BASA), Prefeitura de Moju e Tailândia, que ao longo do período da pesquisa participaram de reuniões e conversas contribuindo para a obtenção dos resultados.

Ao longo dos anos 2013 e 2014, realizei a pesquisa documental de estudos correlatos na forma de artigos, notícias, relatórios, bem como dados estatísticos municipais, buscando

compreender circunstâncias sociais, ambientais e econômicas com os quais os dados levantados podem estar relacionados (RICHARDSON, 2012, p. 231).

Já no âmbito do mestrado, iniciei uma nova etapa de trabalho de campo, com o objetivo de levantar dados históricos sobre a origem, a organização socioeconômica e sobre as unidades de produção dos camponeses. Para isso realizei duas imersões em campo, sendo que uma ocorreu em junho de 2013 e a outra em setembro e outubro de 2014, em que buscamos: 1) conhecer o processo histórico de formação das comunidades e da integração ao monocultivos de dendê; 2) visitar os calendários agrícolas do monocultivo de dendê e a partir daí construir novos calendários de acordo com o ciclo de produção da palmeira; 3) analisar as transformações das técnicas de produção, o protocolo de produção do dendê; e as transformações das relações sociais considerando seja o monocultivo de dendê, sejam os roçados familiares. Além disso, pretendia observar as transformações na organização do trabalho no âmbito do monocultivo e ter um maior domínio sobre o contrato de integração entre a empresa, governo e camponeses.

Nessa segunda imersão no campo realizei 10 entrevistas com camponeses selecionados (lista de entrevistados em anexo – Anexo I). Com camponeses integrados ao dendê, que revelaram o contrato e como se dá sua implementação apoiado a documentos oficiais de monitoramento; camponeses não integrados avaliaram os efeitos da integração; e por fim, camponeses mais velhos, que revelaram a história do lugar e as transformações que ocorreram com a integração ao monocultivo de dendê da Agropalma.

Para além de especial, essa segunda fase da pesquisa marcou uma nova relação entre mim e as comunidades, isso porque foi uma retomada das relações construídas no passado, mas sob uma nova perspectiva, onde não havia atrelamento da pesquisadora com nenhuma Instituição beneficiária da empresa Agropalma, o que abriu novas oportunidades de diálogo. Outra questão que contribuiu para essa reaproximação foi a permanência de minha família (marido e filho) na comunidade Soledade. Estivemos pelo período de 10 dias vivenciando o despertar e o descansar dos camponeses integrados e não integrados, e a presença familiar contribuiu muito para o fortalecimento das relações de confiança e amizade entre a pesquisadora e os camponeses.

Durante este campo pude observar a resistência dos camponeses integrados à Agropalma. Esta por diferentes meios de pressão estava forçando o registro trabalhista da mão de obra adicional contratada pelos camponeses integrados, para o trabalho no monocultivo de dendê. De um lado, os camponeses que em grande parte não se viam em condições de assumir tal responsabilidade trabalhista, de outro lado, a empresa se negando a comprar os cachos de

fruto frescos dos camponeses integrados que utilizavam mão de obra não formalizada. Os camponeses integrados que se viam injustiçados com esse processo, se rebelaram e barraram a estrada de escoamento da produção, a fim de pleitear uma renegociação com a empresa em presença do governo municipal. Esse episódio também contribuiu de forma positiva com a pesquisa, pois os agricultores sem orientação de como proceder buscaram o diálogo, expondo os sigilosos contratos de integração entre as Associações e a empresa Agropalma, trazendo à luz informações imprescindíveis para a análise qualitativa e quantitativa que iremos detalhar nos próximos capítulos dessa dissertação.

A análise qualitativa não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, é uma opção de análise para entendimento da natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2012, p. 79). O que permite a observação da realidade como um processo em construção, além de considerar as representações que o grupo social em estudo tem sobre esse processo (MOTA, 2005, p. 35).

Os bancos de dados das entrevistas foram utilizados para a produção de dados históricos/familiares, das atividades produtivas e da organização social do trabalho, permitindo além de análises qualitativas a representação quantitativa como, por exemplo: a contratação de mão de obra no monocultivo, manutenção de atividades culturais, entre outros. Para as análises quantitativas utilizamos de ferramentas estatísticas básicas como Média, Porcentagem, Somatórias, organizadas no Programa Excel, do pacote Microsoft Office.

Levando em consideração que o calendário agrícola do roçado e do monocultivo de dendê são determinantes para o entendimento da organização e distribuição do trabalho ao longo do ano, utilizamos dessa ferramenta metodológica para discutir as transformações ocorridas na organização do trabalho familiar e seu relacionamento com a unidade de produção, a partir da integração ao monocultivo do dendê. Nossa fonte de inspiração para elaboração e análise dos calendários agrícolas foi o estudo realizado por Magalhães (1996) que estudou o deslocamento de famílias camponesas devido a construção da usina de Tucuruí, e abordou as transformações nas unidades de produção por meio de calendários agrícolas que ilustraram os roçados dos camponeses que se classificaram como dedicados à agricultura e dos camponeses que não se dedicavam mais à agricultura após esse evento.

A elaboração dos calendários agrícolas baseou-se em oficina de pesquisa, realizada em 2010, junto com a comunidade de maneira participativa e em entrevistas realizadas no ano de 2014. A oficina de pesquisa foi realizada no ano de 2010 na Comunidade Arauaí, na qual participaram 20 camponeses entre homens e mulheres. Nesta oficina também foram levantados dados históricos, por meio do calendário histórico que permite levantar os

fatos/acometimentos considerados importantes para a comunidade. Esses dados foram revisitados pelos camponeses no ano de 2014, que puderam trazer novos elementos importantes da história que nos anos anteriores não vieram à tona.

Figura 3 Oficina de pesquisa participativa.



(Crédito: Instituto Peabiru, 2010)

Foram elaborados três calendários: da fase de plantio; do estabelecimento do monocultivo; e o calendário da fase atual que marca a entrada do monocultivo dendê no ciclo contínuo de produção.

Estes permitem identificar: a) as técnicas de cultivo e período de execução das atividades produtivas ao longo do ano; b) os fenômenos da natureza; c) a distribuição do trabalho em quantidade, d) como funciona a distribuição do produto no mercado ao longo do ano (MOREIRA, 2004, p. 121; VERDEJO, 2006, p. 31).

Tendo em vista que o dendê é uma espécie arbórea que possui um ciclo de vida longo, e sua produção varia de acordo com a idade da palmeira, consideramos importante compreender como as diferentes idades do monocultivo interferem na organização social do trabalho camponês e em seu relacionamento com a unidade de produção, para entendermos as transformações que ocorrem na vida desses camponeses não só no momento do estabelecimento do monocultivo, mas sim em sua condução ao longo do tempo produtivo. E assim poderemos analisar como essas populações rurais vivenciam o processo, ora

sucumbindo, ora revitalizando suas práticas culturais conforme suas necessidades de reprodução familiar.

O calendário que representa o protocolo de plantio e condução do monocultivo dendê foi organizado no âmbito deste trabalho, embasado no conteúdo dos aspectos técnicos do plantio comercial para o cultivo de dendê exibido em relatório (SUFRAMA, 2003, p 10), entrevistas com fiscais da empresa e camponeses que indicavam o período ideal para realização das atividades produtivas.

Documentos oficiais, como os relatórios de produção e custos de manutenção do monocultivo, fornecidos para os camponeses pela empresa, nos foram disponibilizados por um camponês que participou da pesquisa e nos concedeu os seus relatórios de produção e custos com a manutenção do monocultivo nos anos de 2011 e 2012. Isso de maneira sigilosa, ao temer possíveis retaliações tanto pela empresa como por outros camponeses mais chegados aos padrões empresariais. Esses relatórios foram estudados e nos permitiram análises quantitativas e qualitativas aprofundadas, que tiram da gaveta o contrato de integração entre os camponeses, a empresa Agropalma SA, e o governo do estado, e traz à luz a produção e os custos de produção de um produtor de base familiar integrado ao monocultivo de dendê-em suma, sua renda e sua dívida.

Quero aqui ressaltar que durante os 6 anos de trabalho e pesquisa junto aos camponeses integrados ao monocultivo de dendê da Agropalma, apenas por duas vezes tive a oportunidade de ver o contrato, mas não de tê-lo para cópia ou profunda análise. Os próprios camponeses integrados em maioria não possuem cópia do contrato celebrado, muitos revelam jamais terem visto. O contrato fica arquivado com a empresa e as Associações de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí e Soledade, sendo que essas o tratam de maneira sigilosa, não disponibilizando a qualquer pessoa ou instituição.

Este gesto de confiança que para mim também soou como o reconhecimento do trabalho desenvolvido e aumentou ainda mais meu sentimento de responsabilidade com a pesquisa, mas principalmente com sua utilidade para as famílias camponesas integradas neste processo. Como os contratos e as outras documentações oficiais nos foram disponibilizados sob a condição de manter sigilo de sua origem, tive o cuidado para que ele não fosse exposto a nenhum tipo de ameaça ou controvérsia seja pela empresa ou mesmo de camponeses integrados que apoiam às relações contratuais. E assim, apresentarei os dados sistematizados dessa documentação com suas análises nos próximos capítulos, mantendo toda discrição a que me foi pedida.

3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO CAMPONÊS E SUA INTEGRAÇÃO AO MONOCULTIVO

Neste capítulo pretendo apresentar a lógica da organização socioeconômica camponesa, o monocultivo como sistema de produção da agricultura moderna e o contexto como os agrocombustíveis entram em pauta na produção energética nacional e como se dá a estratégia de produção. Por fim apresentaremos o sistema de integração, sua origem e desdobramentos na vida camponesa em diferentes experiências, em especial, a integração camponesa à dendeicultura, objeto deste estudo. Esses elementos norteiam as transformações na organização socioeconômica do campesinato amazônico com a integração ao monocultivo de dendê.

Consideramos camponeses todos aqueles produtores familiares, que cultivam a terra para a produção de produtos alimentares como feijão, arroz, milho e mandioca e/ou praticam atividades extrativas como a pesca, coleta e caça, utilizando de técnicas de exploração tradicionais que possibilitam a manutenção da biodiversidade, em que o trabalho familiar é a garantia da prosperidade da família e que possui uma relação específica com o mercado (GARCIA JR, 1983). Um grupo social que possui um modo de vida marcado pela organização social baseada na família, no parentesco e na convivência coletiva (MOREIRA; HEBETTE, 2009, p. 187). Aos camponeses é atribuída a necessidade de garantia de seus territórios, cabendo a eles mesmos defender-se das imposições que lhes são impostas pelos projetos de desenvolvimento para a Amazônia, tornando-os defensores de seu próprio território e capazes de resistir e/ou se remodelar para mantê-lo (HEBETTE; MAGALHÃES, 2005).

Neste sentido Moreira (2004, p.102) diz em sua obra que os camponeses “ao se chocarem com as novas condições sociais diferenciadas, resulta em uma reação de criar novas estratégias de convívio com a modernização das grandes propriedades”.

Está na autonomia da produção camponesa, uma autonomia relativa perante a sociedade envolvente que se dá a especificidade de relação com o mercado. Um sistema econômico em que a unidade de produção é a mesma de consumo e de relacionamento com o mercado, cuja composição da força de trabalho é alicerçada em laços de parentesco e de vizinhança (GARCIA Jr, 1983; GUERRA, 2001).

Para Chayanov (1981, p.137) essa autonomia econômica refere-se à autonomia da administração da unidade familiar, isto é, detêm o controle da produção e das demais

atividades sob sua responsabilidade e possuem a sua disposição o produto global do produto de seu trabalho.

A partir da descrição de Garcia Jr (1983, p. 114) sobre as tarefas exercidas no roçado, podemos construir a distribuição das tarefas nesta região da Amazônia. Esta distribuição é fundamental para demonstrar o argumento que defendo na dissertação sobre a transformação das relações de produção no interior da UPF com o sistema de integração ao monocultivo.

O produto oriundo do roçado é o responsável pelo abastecimento do grupo doméstico, o pai, a mãe e seus filhos e outros que compartilham a unidade de residência e a mesma economia (GARCIA Jr, 1983, p.116). Esse produto pode ser na forma de produtos *in natura* ou moeda, contudo as atividades realizadas no roçado são as designadas por trabalho para a família camponesa. Sendo assim o pagamento em dinheiro pelo trabalho familiar é orquestrado pelas regras de consumo do grupo doméstico e não envolve necessariamente a organização da produção (GARCIA Jr, 1983, p.101).

O tamanho do grupo doméstico e a sua composição por sexo e idade são fatores determinantes para se entender a produção no roçado e por consequência a necessidade de trabalho familiar. É fazendo a análise de tamanho e composição do grupo doméstico somado à necessidade de consumo que se avalia a necessidade de força de trabalho adicional, configurando a contratação de mão de obra uma necessidade casual. Em uma unidade de produção camponesa que não possui a força de trabalho dos filhos, ou essa ajuda não é suficiente para atender as demandas da unidade de produção e as necessidades de consumo da família, é que se faz necessária a contratação de força de trabalho. Neste caso o pagamento também é pensado de acordo com a necessidade de consumo da família e com a necessidade de trabalho da unidade de produção. Portanto o produto da unidade de produção deverá reduzir o montante a ser pago aos diaristas, o que não ocorre no trabalho puramente familiar, em que o trabalho se baseia em relações solidárias (GARCIA Jr, 1983).

A terra neste caso é um dos elementos fundamentais para a reprodução social camponesa, pois é nela que o roçado se materializa; logo, a disponibilidade de terra é um fator determinante para o atendimento das necessidades de consumo. Limitam-se os despendimentos em dinheiro, ou seja, o uso de insumos externos à propriedade como a mão de obra contratada, o uso de agrotóxicos, máquinas agrícolas. (GARCIA Jr, 1983).

Trabalha-se aqui com o conceito de reprodução social apresentado por Moreira e inspirado em Bourdieu (1972):

“A reprodução biológica do grupo e a produção da quantidade de bens necessários à sua subsistência e à sua reprodução biológica, e, indissociavelmente a reprodução da

estrutura das relações sociais e ideológicas nas quais e pelas quais se realizam e se legitimam as atividades de produção”.(BOURDIEU, 1972 apud MOREIRA, 2004,p.101)

Fazem parte também das necessidades de consumo do grupo doméstico as ferramentas de produção, ou melhor, os instrumentos de trabalho, esses dependem da condição da família ou do grau de tecnificação da unidade de produção. As necessidades de consumo de um grupo doméstico mudam ao longo do tempo, seja por aumento ou diminuição da família, ou por novas necessidades culturais (GARCIA Jr, 1983).

O esforço em forma e quantidade que se despende no roçado depende do ciclo agrícola, ou melhor, das fases do ciclo agrícola, sendo assim os pesos dado às tarefas do roçado também variam.

O mercado, não é uma “via de regra” na tarefa do grupo doméstico, esta relação é marcada, sobretudo pela necessidade de consumo. Podendo ocorrer momentos de estoque da produção, consumo total e até mesmo perda se o preço do produto no mercado não estiver favorável. Mas também pode haver aumento da procura, o preço fica alto, e a família aproveita para vender toda a produção e comprar as mercadorias necessárias à reprodução social, com o objetivo de fazer a chamada “ponta de meia” ou guardar um dinheirinho, sendo o pai de família e/ou o chefe da UPF o responsável por todo esse cálculo e estabelecimento de estratégia (GARCIA Jr, 1983). Para o autor Garcia Jr (1983, p. 145) não se especializar em uma produção comercial tem o significado muitas vezes de não ficar em uma dependência muito grande desses circuitos comerciais.

Para o autor em todo roçado do campesinato existem as *cash crops*, que nada mais são que as lavouras comerciais, que possibilitam uma rentabilidade segura e adequada às necessidades de consumo do grupo doméstico. E são essas que para ele, dão a condição *sine quan non* para a reprodução da unidade familiar e que possuem uma especial valoração do trabalho familiar por assegurar à unidade camponesa a reprodução de suas condições sociais de produção e consumo (GARCIA Jr, 1983).

São os cultivos comerciais que fornecem a renda monetária necessária para que se adquiram os bens necessários de que não se é produtor. Cobrem, portanto, ou podem cobrir, esferas diferentes do consumo familiar socialmente necessário (GARCIA Jr, 1983, p. 136)

Por isso é importante analisar a relação que a UPF mantém com o mercado, sob a perspectiva da subordinação e integração, a dedicação do camponês a um produto especificamente mercantil e as condições de penetração do capital no processo produtivo da unidade familiar (NEVES, 1981, p. 136).

Em síntese, é o roçado simultaneamente à complexidade da família que orientam as relações sociais e comerciais das famílias camponesas, tendo o ciclo produtivo das plantas um calendário determinante para o entendimento da organização do trabalho e da reprodução social.

No processo de integração do campesinato ao monocultivo o que se observa é uma transformação no modo como os fatores de produção e as necessidades de consumo se arranjam no interior da UPF ao longo do tempo, evidenciando criatividade e resistência do campesinato em manter suas tradições a fim de garantir a reprodução social da família. A reprodução da unidade de produção é um dos mecanismos que orienta as formas de inserção dos camponeses ao mercado. As condições de integração podem transformar a racionalidade econômica camponesa, e subordinar suas relações de produção (NEVES, 1981).

Conforme Moreira (2004, p.103) a reprodução social neste caso é mais dinâmica e complexa, já que o grupo social passa a enfrentar novas condições econômicas, sociais e políticas, não estando somente ligada às questões do mundo rural, mas também da sociedade abrangente, globalizada, o que transforma as necessidades de consumo da família camponesa, tanto no interior das unidades de produção com a necessidade de utilização de insumos químicos e de equipamentos modernos, pautados pela empresa integradora; como na compra bens de consumo, eletrodomésticos, transporte, telefonia e informação, pautados pelo mercado capitalista. Para Moreira (2004, p. 104) o principal desafio a ser enfrentado pelos camponeses está ligado ao desenvolvimento de capacidades de reprodução social como produtores livres, ou seja, com autonomia, nesta economia de mercado presente e em expansão.

3.1. MONOCULTIVO

A definição elementar do monocultivo segundo Gliessman (2005, p. 35) “*é o plantio de uma única cultura em determinada área, frequentemente em uma escala muito extensa*”. O monocultivo é uma forma de produção agrícola há muito tempo adotada nos solos brasileiros, encontrada nos sistemas de produção chamados *plantations* desde o período colonial até o período pré-revolução verde.

As *plantations* se relacionavam ao cultivo em larga escala de espécies como a cana de açúcar (*Saccharum ssp.*), algodão (*Gossypium ssp.*), café (*Coffea ssp.*), arroz (*Oryza ssp.*) e citricultura. Este sistema teve ocorrência em quase todo o território brasileiro, mas principalmente no Sul, Sudeste e Nordeste, em que se cultivavam grandes extensões de terras,

favorecendo a consolidação do patronato rural. A organização do trabalho primeiramente consistiu no sistema escravista e posteriormente na apropriação da mão de obra rural familiar, que, por meio de concessões de terra e arranjos de trabalho locais, criavam uma relação de interdependência entre o campesinato e os grandes proprietários, promovendo a subordinação do trabalho familiar (NEVES, 2008). Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a mecanização da agricultura, esse sistema de produção possibilita o cultivo das extensas áreas de terra com uma demanda de mão de obra menor, fazendo com que os fazendeiros reintegrassem as terras dos colonos à sua propriedade e passassem a contratar a mão de obra, surgindo o assalariamento do trabalho nas áreas rurais (NEVES, 2008).

Delgado (2012, p. 13) chama esse período de 1965 a 1985 de Modernização Conservadora, ou seja, o desenvolvimento de uma agricultura capitalista¹⁶, combinada com uma necessidade de aumento de exportações agroindustriais, nasce uma integração técnica entre a indústria e agricultura, que se consolidam em um amplo processo de incentivos políticos, baseados na desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado e investimentos em pacotes tecnológicos.

A integração de capitais entendida como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura. (DELGADO, 2012, p. 29)

Essa agricultura em larga escala, voltada ao mercado internacional contribuiu com o avanço das fronteiras agrícolas causando a expropriação de camponeses de suas áreas de agricultura. Heredia (2008), ao estudar o sistema de *plantations* canavieira, da década de 70, no estado do Alagoas, percebeu a expropriação e as transformações sociais camponesas acarretadas pela expansão da cana de açúcar. Os solos férteis onde os camponeses cultivavam espécies alimentares foram cedendo espaço aos grandes proprietários e eles foram migrando para áreas tidas como inadequadas para a cana. Posteriormente, a produção de cana avançou e passou a competir também por esses espaços.

A agricultura convencional, moderna e mecanizada tem o monocultivo como sistema de produção e está sustentada em dois objetivos que se combinam: a maximização da produção e o lucro. Assim, mecanização da produção e a criação de novas práticas agrícolas são interdependentes (GLIESSMAN, 2005).

¹⁶ Essa agricultura capitalista baseia-se em um circuito de economia monetária da produção, ou seja, dinheiro-mercadoria-dinheiro, havendo a necessidade crescente de investimento em tecnologia, para isso a demanda crescente de capital de giro desencadeando a monetarização das relações de intercâmbio agrícolas (Delgado, 2012, p 24)

O monocultivo consiste em um sistema de produção agrícola com as seguintes características: 1) uso intensivo do solo, por meio da utilização completa, profunda e regular, degradando sua qualidade; 2) controle químico de pragas e ervas adventícias; a correção e fertilização química do solo contribuem para a economia de escala na compra de agrotóxicos além de favorecer a estratégia de colheita, 3) aplicação de fertilizantes sintéticos, que são produzidos a partir de combustíveis fósseis e da extração de depósitos minerais. Estes fornecem os nutrientes essenciais às plantas em um curto prazo e a fertilidade do solo a longo prazo é ignorada, além de contribuir para a contaminação de rios e das águas subterrâneas, pois são facilmente lixiviáveis. Seus custos são regidos pelo preço do petróleo sendo uma variável não controlável pelo agricultor; 4) utiliza técnicas de irrigação, desviando recursos dos cursos d'água; 5) controle químico de pragas e ervas adventícias, que afetam o controle biológico natural, acarretando no aumento gradual da população e do uso dos produtos químicos, gerando o que o autor identificou como a rotina dos agrotóxicos - esses também potenciais poluidores de águas e nefastos à saúde humana; 6) melhoramento genético por meio da pesquisa científica avançada para aumentar a produtividade das plantas e adaptá-las às condições climáticas e nutricionais dos locais de produção (GLIESSMAN, 2005, p.35-39).

Do ponto de vista das relações sociais de produção, Smalley (2013, p.3) chama a atenção ao monocultivo, por ser um sistema de produção agrícola dependente de grande investimento de capital, ocorrem principalmente em grandes propriedades, que, além da força de trabalho assalariada, por vezes se utilizam de mão de obra escrava ou se apropriam da mão de obra familiar através de contratos, verbais ou documentados. Assim, tanto há grandes propriedades de terra que utilizam da agricultura camponesa como complementar à produção, como também propriedades inteiramente privadas que podem ser encontradas em áreas normalmente extensas e contínuas. No caso em estudo, a mesma empresa combina as duas situações: extensa propriedade e incorporação de terras camponesas. Produz-se uma situação que, conforme Costa (2004, p.204), obriga o campesinato a acompanhar a modernização para se reproduzir, subordinando sua produção à tecnificação; e a disponibilizar sua força de trabalho para o capital ou buscando novas fronteiras para sua reprodução.

3.2.OS AGROCOMBUSTÍVEIS: O DENDÊ

Conforme apresentado, com a escassez de combustíveis fósseis e as limitações do modelo atual de crescimento econômico, os agrocombustíveis aparecem como uma fonte renovável de energia, biodegradável oriunda de espécies oleaginosas do Brasil como mamona, dendê, soja, girassol, babaçu e algodão. Desta forma sua produção entra na pauta do setor

empresarial e do governo federal brasileiro como uma resposta sustentável ao crescimento econômico (ALMEIDA, 2010). Laschefski (2010, p. 70) critica o discurso ambientalista que insere a produção de agrocombustíveis no discurso de produção sustentável, porque segundo ele o elemento analisado, para essa categorização, foi a origem vegetal da matriz energética, desconsiderando o sistema de produção, monocultivo, imposto para suprir a demanda de energia global, que prevê uma produção em larga escala e altamente tecnológica. É essa forma de ambientalismo, que busca responder a ameaça energética global, e para o autor se configura em uma nova forma de imperialismo europeu, que ele chama de *imperialismo ecológico*, que ensina o mundo a maneira de utilizar os recursos naturais.

O dendê (*Elaeis guineenses* Jacq) originário da floresta tropical da região central e oeste da África, semente de clima tropical ou temperado, é uma cultura permanente de produção contínua ao longo do ano, sendo capaz de produzir de 25-28 toneladas de cachos/ano. O dendê dentre as oleaginosas cultivadas, é a mais produtiva, com uma produção de óleo entre 4-6 toneladas de óleo/ha, o que representa 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, 2 vezes a produtividade da oliva, 10 vezes a produtividade da soja. Além de sua versatilidade de usos que vão desde a alimentação humana e animal a usos não comestíveis - está presente na indústria alimentícia em margarinas, biscoitos, gordura para panificação, sorvete, óleo de cozinha, etc; ração animal; na indústria de higiene e limpeza- é utilizado em cosméticos como o shampoo, condicionador, detergentes; lubrificantes, chapas de aço, antioxidantes que ajudam no combate de colesterol, câncer, atua como um potente anticoagulante; e como recurso energético - biodiesel (SUFRAMA, 2003).

A palmeira foi introduzida no Brasil por volta do século XVI, as sementes foram transportadas com os escravos, dentro dos navios, que formaram os primeiros dendezaís no litoral sul do Estado da Bahia (SUFRAMA, 2003; BRITO, 2006). No Pará, os primeiros plantios comerciais ocorreram na década de 60, no município de Benevides, a partir de uma parceria entre o Institut de Recherches pour les Huiles et les Oleagineux- IRHO e o governo brasileiro, contemplou 3.000 hectares de plantio de dendê, sendo que desses 1500 foram com camponeses que residiam próximos à sede do empreendimento. Os incentivos governamentais para esse pontapé inicial vieram da SUDAM e possibilitaram a constituição da agroindústria Dendê do Pará S.A. (DENPASA) que se incorporou à exploração econômica da cultura do dendê, dinamizando a atividade (NAHUM, 2014, p.20).

O mercado de dendê é dominado pelos países Asiáticos. Desde 2005, a Indonésia tem sido a maior produtora de dendê do mundo e a Malásia fica com a segunda colocação. Juntas são responsáveis por 90% da produção mundial (SHEIL et al, 2009, p 4-5).

O Brasil se inseriu na produção de agrocombustíveis na década de 60 com a produção do etanol, oriundo da cana de açúcar, e se tornou o maior produtor de etanol do mundo além de liderar as tecnologias de produção até os dias atuais (BRASIL, 2004; FAPESP, 2007). Os incentivos à sua produção iniciaram-se com a crise mundial do petróleo na década de 70, com o objetivo de: 1) diminuir a dependência da importação de petróleo, 2) expandir para o interior o desenvolvimento agroindustrial; 3) proporcionar ampliação da produção de bens e capital no mercado nacional; 4) gerar emprego e renda. O governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) por Decreto Presidencial nº 76. 593, no final de 1975.

O Pró-Álcool foi o maior catalizador da produção do etanol no Brasil, o estado foi seu mediador: redefiniu e isentou impostos para as usinas de produção, forneceu auxílios à instalação de destilarias, além da garantia de preço ao produto. Favoreceu não só as agroindústrias, mas também a indústria automobilística, estabelecendo a mistura de 20% de etanol à gasolina (JOVIANO, 2009, p.134). Segundo a UNICA (2007) “*esse é o mais importante programa de combustível comercial renovável implementado no mundo até hoje*”, além de ter tido uma importante participação na autossuficiência em petróleo do Brasil.

Nos anos 90, o programa perde sua força, a produção do etanol entra em crise o governo não consegue mais garantir e regular os preços do açúcar e do etanol, além do baixo desempenho do combustível nos dias frios. A indústria automotiva precisava desenvolver tecnologia para melhorar o desempenho dos veículos (UNICA, 2007).

Conforme Laschefski (2010) a retomada de incentivos nacionais à produção de agrocombustíveis ocorre nos anos 2000, com a insegurança da Europa e Estados Unidos com a produção de petróleo, isso devido aos conflitos nos países que lideram a produção petrolífera e a dificuldade de relacionamento desses países com o mercado mundial. Sendo assim acordos internacionais colocam a diversificação da matriz energética na pauta do desenvolvimento.

Neste contexto, os agrocombustíveis apareceram como uma fonte renovável de energia, biodegradável, oriunda de espécies oleaginosas do Brasil como mamona (*Ricinus communis* Jacq.), dendê (*Elaeis guineenses* Jacq.), soja (*Glycine max* Jacq.), girassol (*Helianthus annuus* Jacq.), babaçu (*Orrbignya speciosa* Jacq.) e algodão (*Gossypium hirsutum* Jacq.), iniciando um novo ciclo do setor de energia no Brasil. Desta forma sua produção entra na pauta do governo federal brasileiro e do setor empresarial como uma resposta sustentável ao crescimento econômico (ALMEIDA, 2010, p.106).

Em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi criado pelo governo brasileiro, e regulamentado pela Lei 11.097/2005. Este programa foi estruturado a partir de um grupo de trabalho interministerial que se encarregou de apresentar estudos sobre a viabilidade da utilização do Biocombustível como fonte alternativa de energia no país. O programa nasceu com a responsabilidade de viabilizar a produção e o uso do biocombustível no país, com foco na competitividade, na qualidade do biocombustível, na garantia de seu suprimento, e principalmente na diversificação de matérias primas (mamona, canola, dendê, girassol, gergelim, etc.) e no fortalecimento das potencialidades regionais para produção, com a prioridade de promover a inclusão social de agricultores familiares (BRASIL, 2004).

O PNPB tem como objetivo geral implementar a cadeia de biocombustível no país sob o discurso de implantar um programa sustentável que promova a inclusão social e a geração de emprego e renda, que possa garantir preços competitivos, qualidade e suprimento, e que o biocombustível seja produzido de fontes diversificadas de oleaginosas a fim de fortalecer as potencialidades regionais para a produção da matéria prima, como acontece com a produção de soja na região do Mato Grosso e de dendê no Pará.

A estratégia de fortalecimento das potencialidades regionais inspirou a metodologia dos Projetos Pólos de Biodiesel, elaborado pelo MDA em 2006, que é apresentada no PNPB. O Projeto tem o objetivo de contribuir com a identificação das áreas potenciais para o desenvolvimento territorial da produção com a integração da agricultura familiar ao processo produtivo do agrocombustível. No PNPB, os critérios para a definição de um Polo de produção são: 1) a presença de agricultores familiares com vocação para plantio; 2) identidade coletiva territorial; 3) a presença de áreas consideradas aptas para o plantio com zoneamento agrícola; 4) atuação e/ou interesse de empresas no Selo Combustível Social; 5) a presença de atores políticos e econômicos interessados na viabilização e desenvolvimento da cadeia produtiva do Agrocombustível (PNPB, 2004). Sendo assim o Programa apresenta Polos de Produção para as cinco regiões do Brasil, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Norte.

Neste sentido de estudar as potencialidades regionais para a produção dos agrocombustíveis, a EMBRAPA, em 2010, lançou o “Zoneamento Agroecológico e Econômico do Dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal” (ZAE), que foi realizado sob encomenda do governo federal com apoio financeiro da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Neste, a Amazônia figura como cenário ideal à produção da oleaginosa por suas condições edafoclimáticas e dispõe de 31,8 milhões de hectares como potenciais ao cultivo, sendo que 30 milhões de hectares se localizam no Pará (ZAE, 2010;

NAHUM, 2014). Nahum (2014, p.31) conta que o “ZAE foi uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação à implantação da cadeia de produção de óleo de dendê” na Amazônia, indicou as áreas ideais para a produção de dendê e assim contribuiu com a consolidação do Polo Norte, que depois do estudo recebeu o nome de Pólo do Dendê, que compõe 37 municípios no estado do Pará, na região Amazônica.

Neste mesmo sentido outras pesquisas foram incentivadas pelo governo para o fortalecimento da produção do dendê na Amazônia em 2003, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (2003, p. 39) organizou a ficha técnica da produção e fez uma avaliação do mercado de acordo com a potencialidade econômica de cada região do Brasil; em 2007 o Ministério do Desenvolvimento Agrário comparou modelos de unidades de extração de dendê e avaliou técnicas de produção.

O PNPB que tem a diretriz central de integrar a participação dos agricultores familiares na produção dos Agrocombustíveis, fala da participação desse grupo social em diferentes etapas da cadeia produtiva: 1) na produção de sementes e mudas de oleaginosas; 2) fornecendo os grãos das oleaginosas como mamona, dendê, soja, etc., para as indústrias processadoras; 3) na extração do óleo vegetal dos grãos e separando o farelo, agregando valor e podendo potencializar o uso dos subprodutos da produção como o farelo para ração animal; 4) organizando suas próprias usinas para a produção do biodiesel. Sendo assim o PNPB tem o discurso da produção de agrocombustíveis como uma forma de incentivar e fortalecer o cooperativismo na agricultura familiar, apontando vantagens produtivas e econômicas (PNPB, 2004).

O PNPB (2004) também prevê a concessão do Selo Combustível Social pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), este selo que tem como objetivo identificar as empresas que integram a agricultura familiar na produção de agrocombustíveis e incentivá-las ao processo de integração à produção familiar.

O Selo Combustível Social é criado pelo *decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004* e em 2009 uma Instrução Normativa, *IN 1º de 19 de fevereiro de 2009*, regulamenta sobre os critérios e procedimentos relativos à sua concessão, manutenção e uso. O selo fixa em 15% o percentual mínimo de aquisição de matéria prima da agricultura familiar pelas indústrias produtoras de agrocombustíveis na região Norte e Centro-Oeste e em 30% nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Semiárido. Dentre as vantagens da concessão do Selo Combustível Social para as empresas estão: 1) a diferenciação e/ou isenção de tributos PIS/PASEP e COFINS, 2) garantia de 80 % da produção ser negociada em leilões públicos da Agência Nacional do

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 3) acesso a melhores condições de financiamento, e por último 4) a possibilidade do uso do selo para o marketing empresarial.

Para a concessão do Selo Combustível Social é necessário que os produtores de agrocombustíveis se comprometam com a integração da agricultura familiar, obedecendo aos seguintes critérios: 1) firmar contrato com todos aos agricultores familiares envolvidos, e que devem ser negociados com a participação de entidade representativa dos agricultores familiares (Sindicato, Federações) e esta deverá dar uma carta de anuência validando o acordo firmado; 2) repassar cópia dos contratos às partes envolvidas, incluindo o agricultor familiar; 3) garantir assistência técnica gratuita aos agricultores familiares integrados; 4) capacitar os agricultores familiares na produção de oleaginosas, e diz que essa produção deve ser compatível com os processos de geração de renda em curso e com a segurança alimentar da família; 5) a indústria deverá fornecer aos agricultores familiares, os laudos das visitas emitidos pela assistência técnica; além disso, as empresas só poderão fomentar a produção nas áreas apontadas pelo zoneamento agrícola (BRASIL, 2004). Esses diferentes elementos reafirmam a importância do ZAE na formulação de políticas e na disponibilização de áreas Amazônicas para a produção de oleaginosas.

A consolidação do PNPB foi oficializada em nível nacional com a visita do Presidente da República em 2005, Luiz Inácio Lula da Silva, à Agropalma durante a qual conheceu o empreendimento e visitou a área de integração camponesa ao monocultivo. O PNPB foi lançado como a grande oportunidade de desenvolvimento para a região norte do Brasil e para a integração nacional, e o presidente estabeleceu compromissos para a sua implementação, dizendo em seu discurso:

“Nós viemos aqui constatar com os nossos olhos uma realidade existente no estado, que nós queremos transformar numa realidade para um conjunto de estados do Brasil e, quem sabe, num futuro muito próximo, para todo o Brasil (...). A primeira vez que uma pessoa entrou na minha sala, eu era recém-eleito, ele tinha participado de uma reunião não sei onde e entrou na minha sala e disse o seguinte: “Presidente, o biodiesel pode ser a redenção do nosso país, pode ser o maior programa de combustível alternativo já feito na história do Brasil depois do Próalcohol”. E me explicou isso. Logo em seguida nós reunimos todos os ministérios e decidimos criar um grupo de estudo para discutir o biodiesel. E, hoje, nós estamos aqui para visitar a plantação, visitar os trabalhadores, visitar a fábrica, e vamos visitar um posto de gasolina, porque a grande novidade é que nós aprovamos, no Congresso Nacional, um projeto de interesse do Brasil inteiro, de transformar o óleo de dendê em biodiesel para substituir uma parte do óleo diesel que vai nos motores de tratores, de caminhões e de ônibus, para 3 Discurso do Presidente da República Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação 27/04/2005 o Brasil inteiro. Isso significa que a gente, com o tempo, pode se transformar no primeiro país do mundo a ter uma política tão forte de produção de álcool de um lado e da produção de biodiesel de dendê, da mamona, da soja, do girassol e de tantas outras coisas que a gente pode se transformar num grande país, que vai utilizar o petróleo para exportar e utilizar, no lugar do óleo diesel, o biodiesel que gera muito mais empregos, que é muito menos poluente e que pode transformar o Brasil num país muito mais

independente. (...) Por último, eu quero dizer ao meu querido Prefeito o seguinte: todas as suas reivindicações foram as mais justas possíveis, a sua e a do companheiro do sindicato. Eu acho que não haverá problema com o Basa, eu posso lhe dizer que, pessoalmente, o ministro Miguel Rossetto vai fazer todo esforço para que o Basa possa fazer o financiamento necessário para a gente criar a fábrica. Eu acho que a questão da luz no campo é o mais importante programa criado “Luz Para Todos” é o mais importante programa criado pela ministra Dilma Rousseff em parceria com os governadores de estado. O nosso desejo é que até 2008 a gente não tenha uma única casa de brasileiro sem luz elétrica neste país. (...) E a gente começa a ver que o sonho de fazer o Brasil se transformar numa grande nação está muito mais próximo do que aquilo que muita gente acredita.”(BRASIL, 2005)

Em 2005, Homma anunciava que 67 milhões de hectares desmatados na Amazônia poderiam ser conservados por meio de seu uso, e indica os monocultivos de produção de agrocombustíveis como a grande oportunidade 1) aproveitar das pequenas propriedades já consolidadas, 2) aumentar a produtividade da terra e da mão de obra disponível, trazendo desenvolvimento para região e para o Brasil (HOMMA, 2005, p.115).

Esse discurso nada evoca das críticas à produção de dendê na Malásia, que são responsabilizadas pela destruição das florestas, aumento das emissões de carbono e deslocamento forçado de comunidades tradicionais (SHEIL et al, 2009, p.21; BACKHOUSE, 2013). A estratégia no Brasil foi supostamente diferente: a fim de minimizar essa visão negativa da produção de agrocombustíveis, o governo fomentou as plantações em áreas chamadas degradadas, restringindo as áreas já antropizadas, e recomendou a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva, se apropriando do discurso da sustentabilidade para a produção de dendê (BACKHOUSE, 2013, p.5).

Tendo em vista que parte dessas áreas disponibilizadas, são de uso das populações tradicionais amazônicas para produção de alimentos e extrativismo que garantem sua reprodução social.

Backhouse (2013, p.22) aponta que não existe um consenso sobre a definição de áreas degradadas, sendo assim apresenta que especialistas do setor público e privado consideram degradadas as regiões exauridas por pastagens e também as áreas da agricultura familiar, e neste sentido a autora aborda a diferença da degradação causada pelas pastagens extensivas da degradação causada pelos cultivos tradicionais, e atenta que neste caso essas populações estão sendo também responsabilizadas pela degradação da região amazônica (Backhouse, 2013, p.23).

Para Laschefski (2010) são duas estratégias embutidas neste discurso do governo: áreas de agricultura familiar são chamadas de degradadas a fim de serem disponibilizadas aos monocultivos de produção dos agrocombustíveis, e as empresas produtoras, em contrapartida,

são responsáveis pela recuperação dessas áreas supostamente degradadas, dando o formato ao discurso de sustentabilidade da produção de agrocombustíveis no Brasil.

Backhouse (2013, p. 14) em seu estudo aponta 140 mil hectares de plantações de dendê só no Nordeste Paraense, falando das áreas de plantação e de reserva florestal, enquanto Nahum (2014, p.34) aponta a presença de 20 empresas no cenário nacional de produção de dendê, que somam 118 mil hectares de área plantada com dendê, evidenciando a expressividade da produção de dendê na atualidade.

A Agropalma uma das pioneiras no monocultivo do dendê na região iniciou seu plantio em 1983 e possui 45.000 ha plantados. Mas foi de 2008 aos dias atuais que se intensificaram os investimentos empresariais. Empresas nacionais e multinacionais estão investindo no monocultivo de dendê impulsionadas pelo programa de produção e uso do biodiesel: em 2008 a Biovale atualmente chamada de Biopalma, pertencente à Vale do Rio Doce e pretende envolver pelo menos 2 mil famílias camponesas; em 2010 a Petrobrás Biocombustíveis, pertencente à Petrobrás - a qual se uniu à GALP (uma multinacional portuguesa de refinamento de óleo vegetal) dando origem à BBB, Belém Bioenergia e que pretende envolver pelo menos 3,2 mil camponeses; em 2012 a ADM (Acher Daniels Midland) - iniciou plantio na região (ALVES, 2011, p.37; NAHUM, 2012). Atualmente Nahum elenca 10 empresas como fortes complexos de produção de dendê AGROPALMA, BIOPALMA, MARBORGES, ADM, PETROBRÁS/GALP, PALMASA, DENPASA, DENTAUÁ, PBIO e YOSSAM (NAHUM, 2014, p.37)

3.3. O MONOCULTIVO e a PRODUÇÃO CAMPONESA

Não é de hoje que áreas rurais e mão de obra camponesa são apropriadas pelo patronato rural. Com o desenvolvimento tecnológico da agricultura, as relações sociais do campo se remodelaram a cada período histórico em favorecimento da agricultura patronal, acompanhando a história da agricultura e da concentração fundiária brasileira. Processo que teve início no período de colonização e permanece até o presente, com alterações de estruturas tecnológicas, sociais e territoriais que nomearam cada período do desenvolvimento da agricultura.

No período colonial, conforme mencionado, as *plantations* eram o sistema de produção agrícola e sua forma de organização do trabalho marca o período histórico e as relações sociais do campo. No interior das *plantations* por um longo período se estabelecia a relação de trabalho não voluntário, ou seja, a escravidão de negros africanos e indígenas.

Posteriormente, com a lei Áurea e a vinda de imigrantes, a integração do campesinato às *plantations* se estabeleceu por meio do colonato - regime segundo o qual o fazendeiro concedia a terra para a família camponesa, em troca do trabalho familiar e da produção. Esses acordos eram informais, baseados na palavra, nos populares “acordos de bigode”, isto é, pautavam-se em relações de reciprocidade em que a confiança, a lealdade, a palavra fazia parte dos valores morais daquela organização social (NEVES, 2008; HEREDIA, 2008).

Eram pelas relações de reciprocidade, pode se dizer, que o colonato criava um sistema de endividamento entre o colono e o dono da propriedade, que se estabelecia de diversas formas no interior das *plantations*. Os fazendeiros possuíam mercearias nas quais os camponeses faziam a compra de alimentos e produtos necessários para sua reprodução social, cujo valor era sempre superior à sua capacidade de pagamento, sobretudo pela sobre-elevação de preços das mercadorias e super exploração da força de trabalho, promovendo assim um processo acumulativo de dívida. Algumas famílias camponesas, as mais “apadrinhadas”, conseguiam dispor de pequena parcela de terra na propriedade do latifundiário para pequenos cultivos alimentares e o excedente era vendido para o fazendeiro ou trocado com outros camponeses.

Na Amazônia essa relação de endividamento e troca, que foi chamada de patronagem, apareceu em diversos formatos de atores que exerciam o controle da produção por meio do processo de acumulação de dívidas (MAGALHÃES, 1994, p.151; MOREIRA, 2004, p.116). Essa relação pode ser encontrada na relação marreteiro-colono, em que o marreteiro que muitas vezes faz concessões de uso de terras e presta serviços na comunidade em troca de mercadorias (produtos da floresta e industrializados), gerando endividamento, e depois dita a maneira de uso do recurso e a quantidade de exploração (MOREIRA, 2004, p.116); Também na figura dos seringueiros donos do barracão, esses que forçavam ao limite a exploração da força de trabalho, o patrão, dono dos meios de produção, e estimulavam as relações de compra e venda de mercadorias nos barracões, para o trabalho extrativista exaustivo (ESTEVEVES, 2008, p. 92). Esses atores do extrativismo usavam de forças repressivas, para garantir a produção desejada pela exaustão da força de trabalho- essa relação foi chamada pela autora de tutela repressiva (ESTEVEVES, 2008, p. 27).

Os barracões dos seringais eram os armazéns de abastecimento, estabelecimento que se localizava a margem do rio onde se escoava a produção de borracha, funcionava como a sede do seringal. Os trabalhadores do barracão não só sabiam ler e escrever, como incorporavam profissões específicas ou qualificadas. Os que moravam nas proximidades era sinal de prestígio e status. O barracão era tido como o local dos acontecimentos, onde se buscava informação sobre o mercado da borracha (ESTEVEVES, 2008, p. 92).

Essas relações que se estabeleciam no interior da *plantation*, do seringal, e dos castanhais geravam uma interdependência entre o proprietário e os camponeses, na qual um precisa da terra para a reprodução da família e garantia dos meios de vida e o outro depende da força de trabalho familiar para garantir a produção (NEVES, 2008).

Pós Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento tecnológico da agricultura, diminuiu a necessidade de mão de obra nas áreas rurais, mas principalmente aumentou a capacidade de produção em área dos donos da terra. O que os levou a expulsar os camponeses de suas terras e contratar mão de obra assalariada no campo (COSTA, 2004; NEVES, 2008).

E a partir dos anos 1960/1970 pode-se considerar o início do monocultivo como sistema de produção, o agronegócio como discurso político empresarial e a integração dos camponeses ao monocultivo como relação social. É no sul do país nos ramos de avicultura, suinocultura e sucos vegetais, que se inicia o sistema de integração, marcado pela regularidade de fornecimento de matéria prima e determinação de preços pela indústria, que submete os produtores a condições espoliativas de comercialização (DELGADO, 2012).

A integração da produção de aves à produção camponesa da década de 70, que teve grande expressividade nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, foi profundamente estudada por Sorj (2008) - a experiência da empresa Sadia Avícola em Chapecó-SC, que buscou entender a reorganização da produção camponesa, nas formas de representação políticas e nas relações sociais. Para Sorj (2008, p. 55) o elemento básico para a explicação da formação da integração entre a agroindústria avícola e o campesinato está edificada em condições macrossociais e históricas, das quais emanam as condições concretas e imediatas para as diferentes estratégias e arranjos entre integradoras e integrados. Neste sistema a integração se estabelece de duas formas: 1) a integração direta com a indústria de transformação, 2) a integração através do mercado, e que ambas se articulam sem a necessidade obrigatória de contrato. A integração direta com o sistema industrial ocorre através da participação de cooperativas ou de empresas privadas que atuam na produção de ração, pintos e transformação e comercialização de frango.

Segundo o autor, a área disponibilizada pelos camponeses variava de 13 a 25 ha, a importância atribuída à área mínima se deve às necessidades de instalações técnicas para a produção, quanto maior a área maior a tendência camponesa de diversificação da produção. Os contratos que foram estabelecidos variavam de 2 anos a tempo indeterminado de duração e regiam o relacionamento e a dependência direta entre a produção camponesa e a empresa integradora (SORJ, 2008, p.32). O autor define esta relação social como *contrato de integração*.

Em geral, por contrato de integração é designado o relacionamento e dependência direta entre produção agropecuária e empresa integradora, que pode ser formulada explicitamente através de contratos escritos, cadastros ou oralmente. O conteúdo desses "contratos" ou "pactos", formulados juridicamente ou não, diz respeito substancialmente à exclusividade na aquisição dos insumos por parte do produtor rural, ao padrão tecnológico e manejo a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da produção agropecuária por parte da empresa integradora. (SORJ,2008,p.32)

Schlesinger (2015, p.10), analisando o relatório do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina, revela que 73% dos camponeses integrados da Sadia pagavam para trabalhar.

Para o autor o sistema de integração vem sendo amplamente difundido nos países do hemisfério sul com o nome de agricultura sob contrato, definido como um sistema que se baseia em contrato escrito entre empresas e comunidades de camponeses, sendo “*um sistema de produção em que, geralmente, uma grande empresa fornece insumos e assistência técnica para que pequenos produtores desenvolvam determinada cultura e vendam a ela sua produção*” (SCHLESINGER, 2015, p.7).

Outros autores (BELATO, 1985; SORJ, 2008; RECHE, 2008), que também avaliaram os sistemas de integração avícola da perspectiva do campesinato, mostram que a relação se estabelece no contexto em que os camponeses julgavam não dispor de condições sociais e de outras opções para garantir a reprodução da família. Indicam a perda de autonomia da produção, já que o processo produtivo passa a ser descrito pela agroindústria, que estrutura o ritmo e as tarefas da atividade produtiva, o material genético, a racionalização no uso de insumos, de modo que a tomada de decisão, o ritmo de trabalho e sua distribuição estão fora do controle do produtor, assim como acontece na integração do dendê analisada neste trabalho.

Na integração do fumo, no final dos anos 70, na região sul do Brasil, na qual, por contrato, as empresas fumageiras antecipavam a venda aos camponeses das sementes, insumos químicos e forneciam a assistência técnica da produção, pesquisadores observam que esse valor referente ao "adiantamento" posteriormente é descontado da produção, enquanto os camponeses disponibilizam a terra e se comprometem com a produção. Para os autores, o que chama a atenção neste modelo de contrato, é o estabelecimento de produção mínima (o patamar mínimo de produção), e caso ela não ocorra o camponês sofre com penalidades contratuais como o pagamento de multas (PAYES, 1993; SHELINGER, 2015).

No caso da cana de açúcar, estudado por Heredia (2008), os camponeses passaram a ser integrados às usinas para garantir a cota mínima de produção do patronato rural, para que o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) o reconhecesse como fornecedor - este era um critério estabelecido pelo governo para a produção de etanol. O camponês, por sua vez,

deveria registrar sua produção em nome de um fornecedor. Com isso a usina fornecedora se beneficiava com o maior número de camponeses, pois quanto maior a produção registrada maior o acesso aos financiamentos (HEREDIA, 2008, p.64).

No caso da integração da cana, são os usineiros que financiam a produção, ou seja, adiantam os recursos necessários para a produção, recursos utilizados em grande parte na compra de insumos químicos e no pagamento de trabalhadores na época de safra. Relação essa que assim como no caso das *plantations* favorecia o endividamento do campesinato, já que, na ocorrência de qualquer problema com a produção da cana, o financiamento supera a produção obtida, ocorrendo o endividamento por parte do camponês, o que se repete até os dias atuais nos diferentes sistemas de integração aos monocultivos existentes (HEREDIA, 2008, p. 65).

No caso da integração da fruticultura, no Baixo Jaguaribe, estudado por Rigotto (2008), a empresa integradora se responsabiliza pela assistência técnica, que incentiva o uso de novas tecnologias para o aumento da produção, pela compra conjunta de insumos, com o objetivo de redução dos custos. Neste caso, a empresa não garante a compra da produção, ela participa da intermediação da comercialização, com isso, ela não se responsabiliza caso a comercialização seja inviabilizada. Segundo Rigotto et al. (2008, p. 159) a integração transfere parte da renda do trabalho e da terra do camponês, favorecendo o processo de subordinação do campesinato, além dos camponeses assumirem os passivos da degradação ambiental.

No caso de espécies florestais, principalmente o eucalipto, segundo Aquino (2013), a integração camponesa passa a fazer parte da estratégia das indústrias siderúrgicas, para produção de energia térmica, e das indústrias de papel e celulose - neste último caso a integração recebe o nome de fomento florestal. A autora estudou a integração camponesa á produção de papel e celulose no Espírito Santo, com o programa de integração chamado Programa Produtor Florestal administrado pela Fibria Celulose S/A, empresa que se formou com a compra da Aracruz pela Votorantim em 2009. No terceiro capítulo de sua tese, a autora aborda a gama de arranjos políticos e econômicos estabelecidos entre a empresa e o governo que possibilitaram a integração ao monocultivo de espécies florestais, destacando BNDES como um grande dinamizador desse processo. A estratégia de disponibilização de terras para o caso do eucalipto, assim como o dendê, foi pautado pelo discurso de recuperação de áreas degradadas, mas essas áreas no caso da região serrana em estudo são as áreas de produção de alimentos dos camponeses (Aquino, 2013, p. 232).

A estratégia da empresa de difusão do programa, segundo a autora Aquino (2013), consistiu na ideia simples da extensão florestal de difusão de tecnologia, ou seja, um camponês adere ao programa e suas percepções motivam ou não outros a também aderirem. Para o eucalipto, o contrato firmado entre a empresa e os camponeses integrados, tem uma vigência de até 8 anos - idade de corte do monocultivo. O contrato consiste na disponibilização de no mínimo 2 hectares, sem limite máximo, para instalação (plantio) e manutenção, corte do monocultivo e transporte da produção pelos camponeses integrados, e o financiamento do plantio, a assistência técnica e a compra da produção por preços fixados pela empresa. Sendo assim os agricultores recebem da empresa um dinheiro de adiantamento, para a instalação do plantio e esse valor deve ser pago na colheita da produção, no final dos 8 anos. A empresa concede aos integrados o financiamento e um pacote composto por insumos, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Relatos coletados pela autora revelam que, em muitos casos, no momento de pagar essa dívida os camponeses chegaram à percepção de terem trabalhado de graça para a empresa (AQUINO, 2013, p.237).

Na avaliação de Aquino (2013, p.228) deste processo, a Aracruz faz a sedução dos camponeses com o adiantamento de recursos, sendo assim os camponeses podem comprar moto, podem fazer algum investimento, mas segundo ela sob o risco da especialização da produção e dependência da empresa. Conforme a autora, para os produtores de eucalipto não é possível garantir a reprodução da família somente com o monocultivo, salvo se esse tiver muita terra disponível. Relato da pesquisa da autora, de um camponês integrado do eucalipto avalia:

Eu acho que traz uma baita dependência desses agricultores da empresa. Uma tendência é a de que os grandes agricultores conseguem ter um lucro dentro disso, com uma visão puramente empresarial da terra, a terra é para produzir e fazer lucro, mais nada. Eu acho que quem fica mais suscetível a ter prejuízo são os pequenos, porque para eles terem um retorno disso eles têm que plantar bastante. Porque eles têm que bancar algumas coisas. Eu não sei se mudou a coisa, mas quando eu fui conversar com eles, eles tinham que bancar o corte, isso para um pequeno produtor que não tem muita experiência com essas coisas de eucalipto e tem que contratar alguém, esse alguém é um intermediário que vai cobrar caro, então já vai tentar explorar aquele produtor. E depois tem o transporte também. Aí gerou casos que o agricultor teve que vender seu café para conseguir bancar ou pagar a Aracruz de volta. A Aracruz, obviamente, tenta seduzir os agricultores, então ela adianta pagamentos, então o pessoal pode comprar aquela moto, pode fazer algum investimento. Mas, o risco do pequeno agricultor é gerar essa dependência e abrir mão de plantios anuais como o feijão, milho, que não só sustentam a família, garantem a questão da soberania alimentar, mas que também gera uma renda mais regular, porque o eucalipto tem que esperar e apenas na hora do corte que ele vai render. (AQUINO, 2013, p.228).

No eucalipto, a continuidade dos contratos se dá pela própria condição de rebrota da planta. Isto torna menos custoso o replantio, sem custos de destocagem, preparo do solo,

aquisição e plantio de mudas, por meio deste sistema chamado de talhadia e sem a antecipação da colheita e dos recursos financeiros. De acordo com Aquino (2013, p.239), os camponeses não precisam da empresa para adquirir recursos para essa segunda fase do plantio e conseguem passar a produtores independentes.

No caso do eucalipto, a área destinada ao monocultivo após sua colheita é de difícil uso para outras atividades, devido aos tocos que permanecem no solo, sendo a retirada (destocagem) um processo muito custoso. Segundo relatório da Via Campesina, em 2006, os custos de destocagem de uma área de monocultivo de Eucalipto custava *seis mil reais* por hectare (AQUINO 2013, p. 292).

Pelos estudos abordados, pode-se sugerir que a integração monocultivo - agroindústria - campesinato é uma relação social de subordinação que se caracteriza pelo endividamento do camponês, pela perda do domínio sobre o processo produtivo, pela dependência do camponês ao capital, que tende a levar a produção camponesa à especialização. O contrato, portanto, se dá entre desiguais: um que detém o capital, o controle da produção e da comercialização; e outro que detém a terra e a força de trabalho. Essa relação social assimétrica em que um pretende da terra o lucro e o outro garantir a reprodução da família é que provoca a transformação da organização socioeconômica camponesa.

3.3.1. A integração camponesa à dendeicultura

Segundo Alves (2011), até 2007 as iniciativas para integração do campesinato ao monocultivo do dendê no estado do Pará se restringia ao Grupo Agropalma que foi pioneira e funcionou como modelo dos projetos no Estado - esse projeto será apresentado em detalhes nesta dissertação.

No caso do dendê, a relação de integração se estrutura num formato de tríade, na qual participam o agricultor familiar (terra), o Estado (financiamento e incentivos) e Empresas (controle do processo de produção e comercialização). Ou seja, trata-se de uma tríade assimétrica na qual os jogos de poder são estabelecidos entre forças desiguais, capital, terra e trabalho. Neste contexto assimétrico os atores interagem com a produção e comercialização do monocultivo.

O fator terra configura-se de diversas formas já que a região possui uma malha fundiária complexa. O tamanho da área é comum a todas as modalidades, em média 10 ha/família, totalizando 1.430 palmeiras. Se a terra estiver regulamentada, tendo seu documento individual de posse da terra expedido pela unidade federada ou pelo Estado

(inclusive Projetos de Assentamentos de reforma Agrária) a família camponesa disponibiliza 10 ha de sua unidade de produção para o cultivo do dendê. Se a propriedade não estiver documentada, o Estado, idealmente, entra com o apoio técnico para a regularização da área para que a família possa se tornar elegível aos critérios de financiamento, e então mesmo com o processo de regularização ainda não concluído, a família disponibiliza a área de 10 ha para início do plantio. Sabe-se que em muitos casos, o processo de regularização fundiária não se conclui o que mantém o camponês integrado em uma situação de insegurança fundiária.

De fato, a flexibilização de normas relativas aos direitos territoriais, conforme Almeida (2010) é constitutiva das estratégias de expansão dos monocultivos:

A flexibilização das normas que asseguram os direitos territoriais para expandir suas atividades econômicas sobre territórios coletivos, tornando políticas governamentais um instrumento auxiliar de sua expansão econômica (...) anular os direitos territoriais pode ser lido como uma forma de expulsar das terras e incorporá-las aos grandes empreendimentos (...) convertendo os membros dessas comunidades rurais em uma peça da engrenagem empresarial de gerir o que ela considera o desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2010, p. 385).

Além da terra, as famílias camponesas entram com a mão de obra familiar e quando necessário, contratada, e arcam com os custos de produção para a condução do protocolo do monocultivo, mediante o financiamento assegurado pelo Estado.

O Estado financia os primeiros três anos de implantação, ou seja, cada família camponesa recebe um salário mínimo por mês durante três anos até iniciar a produção, sob uma taxa de juros, que em 2012 era de 2% ao ano, e se supõe que a família poderá pagar em um prazo de até 14 anos, com 6 anos de carência (BRASIL, 2012). As mudas podem ser fornecidas pela empresa ou também com o apoio do Estado, em casos que as mudas ou sementes melhoradas são fornecidas pela EMBRAPA. O Estado compromete-se com a melhoria de infraestrutura principalmente nos setores de energia e transporte, para contribuir com o escoamento da produção, como vimos anteriormente no discurso do ex – presidente Lula realizado em 2005 na fazenda da Agropalma. O Banco credenciado com a instituição financiadora (banco público) faz um contrato de abertura de conta corrente com o agricultor familiar onde será depositada a quantia e descontados pagamentos do financiamento; o pré-requisito para o agricultor familiar é não estar inadimplente com qualquer banco público.

A assistência técnica pode ser fornecida por agências do Estado, mas ela é em maioria feita por técnicos da própria empresa que assumem essa função de apoio e fiscalização das práticas de cultivo. Os insumos químicos, agrotóxicos, são comprados pelos camponeses que na maioria compram da própria empresa. Na maioria das vezes, pela quantidade, conseguem melhores condições de compra e a empresa permite o parcelamento da dívida ao longo do ano

(CHAVES; MAGALHÃES, 2014). Ressalve-se, contudo, que caso a produção de dendê apresente qualquer problema, a empresa não se responsabiliza pela compra da produção.

A compra da produção é supostamente garantida pelas empresas, desde que o fruto atenda às condições ideais de qualidade de produção, estipuladas pelo mercado e/ou pelas empresas. Os camponeses neste caso garantem a exclusividade de venda à empresa integradora, e a empresa a capacitação do camponês integrado, para que esse desenvolva as capacidades técnicas necessárias para a condução do protocolo de produção do dendê, ou seja, as famílias camponesas deverão seguir o padrão de produção do monocultivo do dendê sob fiscalização das empresas ou agências de assistência técnica.

Assim a família camponesa entra com a terra, com a força de trabalho, com os insumos ou parte deles, com a adesão às técnicas de cultivo, com o transporte da produção à empresa, ou melhor, com a subordinação de sua família à lógica de produção empresarial.

Essa modalidade de expansão do monocultivo vem sendo interpretada por pesquisadores críticos como uma forma de expulsão e/ou subordinação camponesa. Conforme Rigotto (2010, p.171), ocorre à expansão da área agrícola do monocultivo do dendê, acompanhado da concentração de terras e da retração da agricultura camponesa que vai se transformando em fonte de empregados ou de integrados ao agronegócio. Sob o protocolo de produção do monocultivo, verifica-se a incorporação de tecnologias baseadas na mecanização e no uso intensivo de agrotóxicos, que resultam na destruição da biodiversidade, além de consequências sobre o convívio social e sobre a saúde de trabalhadores e das comunidades do entorno bem como do ecossistema.

Verifica-se, pois, como nas outras situações de integração acima citadas, que os investimentos significativos no monocultivo de dendê contam diretamente com a agricultura familiar para o seu desenvolvimento. Contam com a mão de obra familiar não assalariada, desonerando o pagamento de mão dobra e sua respectiva carga tributária, contam com o elemento terra, já que um dos entraves para o monocultivo é a aquisição de terras legais, e dessa forma podem expandir os cultivos nas áreas dos camponeses sem a necessidade de participar diretamente do mercado de terras (ALVES, 2011, p.70).

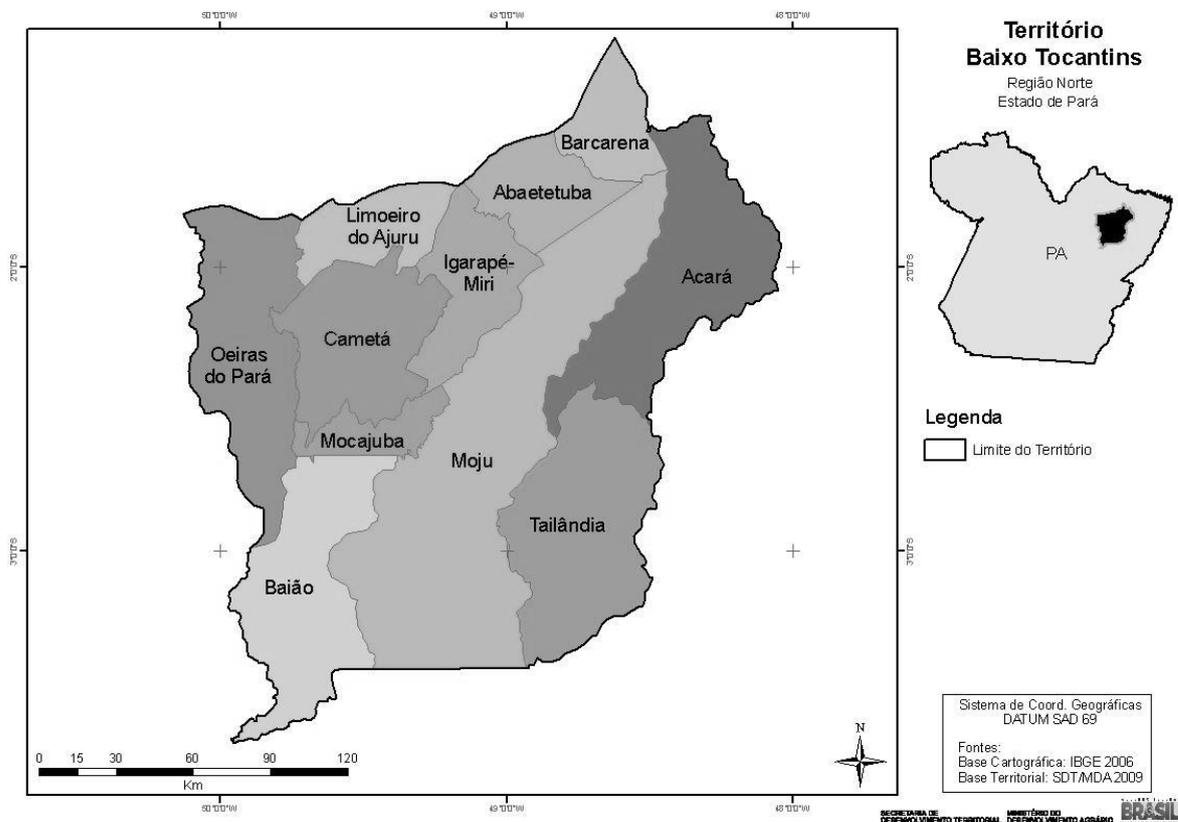
Para Bruno (2010), os camponeses aparecem na cadeia do agronegócio nas relações de dominação, como grupo subalterno que é explorado pelos demais elos da cadeia.

A seguir, será apresentado quem é este campesinato integrado ao monocultivo do dendê.

4. O CAMPESINATO NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS: contexto e história

A região do Baixo Tocantins abrange uma área de 36.024,20 Km², está à jusante da barragem de Tucuruí, é formado por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará (MAGALHÃES, 2005). A população da região é de 740.045 habitantes sendo que dessas 53% estão no meio rural, sendo registrados 32.365 estabelecimentos da agricultura familiar (MDA, 2010).

Figura 4: Baixo Tocantins/PA.



(Fonte: SIT/MDA, 2009).

A vegetação historicamente formada de floresta Ombrófila Densa, com áreas de mata de terra firme, de várzeas e de igapós, que já sofreram com a antropização pela diversidade de projetos que ali foram investidos.

O pesquisador Jean Hébette que fez do processo de ocupação e do avanço da fronteira agrícola da Amazônia seu objeto de pesquisa, nos ilumina ao contar a história de constituição dessa região, detalhando o processo de colonização, estabelecimento da economia mercantil e consequente degradação dos recursos naturais e culturais da região. O autor aborda a região

do Baixo Tocantins “como a área que foi mais rápida e profundamente atingida pela abertura da Amazônia ao grande capital industrial e financeiro” (HÉBETTE, 2004, p. 51).

Na década de 70, com a crise do petróleo no cenário mundial e suas implicações no desenvolvimento econômico nacional, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) que fomentava a extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado como um possível processo industrial. Sendo assim, projetos foram criados pelo governo para a região Amazônica, com o objetivo de ocupar e desenvolver o país (KOHLHEPP, 2002). Na Amazônia, a Região do Baixo Tocantins paraense, passou a ser vendida nacional e internacionalmente como um vazio demográfico repleto de riquezas naturais, que se valorizavam ainda mais pela extensão, pela diversidade de produtos de origem florestal, mineral e hídrica. Para Magalhães (2005, p.49) essa estratégia de desenvolvimento da Amazônia “(...) *Passa a compartimentalizar a realidade Amazônica, promove a autonomização do ambiente, enfim a visão estática da realidade. Reeditando a visão e as práticas de 1979/1980, não há mais sociedade a ser considerada*”.

A região sofreu transformações com os Programas de Colonização Agrícola da Amazônia que favoreceram a concentração de terras e o desmatamento da região, o Plano de Integração da Amazônia (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), enfim, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que isentou o pagamento de impostos a quem aplicasse na produção agropecuária, incentivando bancos, supermercados, multinacionais do setor automobilístico a se tornarem agropecuaristas (NAHUM, 2012).

Segundo Hebette (2004, p.127), projetam-se na galeria dos bancos investidores na Amazônia: Bradesco, Bamerindus, Mercantil de São Paulo, Bozano Simonsen e Lavra para região do Médio Tocantins. Na região do Baixo Tocantins, o Banco Real na mesma época fundou à Agropalma, com incentivos da SUDAM para produção de dendê. Conforme o autor, a entrada do capital financeiro aumentou a especulação das terras amazônicas, ou melhor, as terras que antes não tinham valor definido, por não ter seu mercado organizado, adentram a um mercado de concorrência, o que gera a especulação, “*neste sentido o avanço do capital financeiro com a especulação fundiária no interior da Amazônia, embora não tivesse revolucionado às formas de produção, teve um efeito transformador muito profundo, (...) o direito burguês no campo fundiário rural*” (HEBETTE, 2004 v1, p.128).

Hebette (2004) explica esse feito pelo contraste das formas e valores da ocupação da região na época (anos 80), já que os posseiros ocupavam as terras de maneira pacífica, despreocupados com a titulação e o valor de troca da terra, mas sim, preocupados com seu valor de uso para a agricultura. Esse processo estabeleceu um antagonismo de direitos entre os posseiros (camponeses) e proprietários capitalistas, o direito da propriedade privada (burguês) versus o direito de posse desses camponeses. Esse antagonismo, que se mantém até os dias de hoje, gera uma diversidade de conflitos no campo fundiário (HEBETTE, 2004 v1, p.128).

O autor atenta que nesse contexto, as negociações empresariais também aconteciam no campo político em que estratégias eram traçadas para viabilização dos empreendimentos na região. O Estado já se coloca como agente do capital - neste período, com 848 milhões de cruzeiros que já haviam sido liberados em incentivos, e as atividades que se realizavam no interior dessas propriedades eram o desmatamento e a implantação de pastagens (HEBETTE, 2004 v1, p.128).

Para Hebette (2004) o que realmente viabilizou as diferentes estratégias de ocupação da Amazônia foram as obras estatais no âmbito da infraestrutura, com a construções de estradas que ligavam a região com o restante do país, como a Belém-Brasília, PA-263; PA 150. É ao longo desta PA-150 que se instala a Agropalma SA, de propriedade do Banco Real, com financiamento da SUDAM para o projeto da agroindústria do dendê, como já vimos.

Os programas de desenvolvimento para Amazônia que incentivaram as empresas também incentivaram a migração de grupos de famílias agricultoras de todo Brasil. Os grupos de migrantes mais recorrentes na região do Baixo Tocantins foram os grupos vindos de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Bahia e Piauí, eles que se empregavam na região a serviço do extrativismo da castanha, do desmatamento, da intensa exploração madeireira, da construção das estradas, por meio da compra ou da posse da terra. Apropriavam-se de um pedaço de terra, de dimensão de 50 a 100 hectares, em que praticavam a agricultura de roçado branco para a produção e venda de farinha, para o sustento da família (HÉBETTE, 2004, p. 88).

Camponeses integrados à Agropalma recordam deste período:

“O posseiros da terra que moravam nessas regiões, era assim, nós temos muitos exemplos aqui, na época eles chegavam nessas terras devolutas, e a família dizia, vou tirar essa área aqui para mim, e fazia um limite para ele, tipo 500 de frente com 2000m de fundo ou 1500m, era mais ou menos assim” (Entrevista realizada em 2014)

Foi sob essas condições políticas, que deram origem a muitos conflitos agrários, que se deu a ocupação da região do Baixo Tocantins, onde o modo de produção capitalista forçosamente transformou o modo de vida das populações camponesas e degradou os recursos florestais (HÉBETTE, 2004, p. 61). E, desde então, sob o mesmo discurso de vazio demográfico, condições edafoclimáticas favoráveis, somadas ao discurso de áreas degradadas e sem uso, que as terras da Região do Baixo Tocantins agora são o cenário do investimento empresarial no monocultivo do dendê e palco das políticas de desenvolvimento voltadas à produção de agrocombustíveis.

Na atualidade, a economia da região se consolida por meio do uso dos recursos naturais, tendo como atividades produtivas a pecuária, agricultura e o extrativismo vegetal, este último marcado pela exploração madeireira, destacando os municípios de Tailândia, Moju, Cametá e Baião com elevado índice de desmatamento em torno de 1.041Km² para o ano de 2007 (BRASIL, 2010, p. 11).

4.1.OS MUNICÍPIOS EM ESTUDO: MOJU E TALIÂNDIA

Os municípios de Moju e Tailândia fazem o cenário da pesquisa, o primeiro abriga os camponeses, de quem vamos contar a história e no segundo localiza-se a base da empresa Agropalma, com quem esses mantêm relações subordinadas de produção e comercialização, via um contrato, a integração. Os dois municípios são cortados pela rodovia PA-150, possuem uma história comum de grande exploração florestal, e grandes investimentos empresariais, mas tiveram uma história de ocupação diferente.

O município de Moju com uma formação bem mais antiga seguiu os moldes tradicionais amazônicos em que o povoamento inicial foi ao longo dos rios, que eram as vias de acesso às cidades e palco dos tráfegos econômicos. Teve sua população formada pelos extrativistas da castanha antes dos anos 80 e também por remanescentes quilombolas, posteriormente reconhecidos (ZIGONE, 2008). Nos anos 80 e 90 com os incentivos políticos e forte interferência das obras de infraestrutura constata-se a instalação dos exploradores de madeira e dos investidores da agropecuária, além dos posseiros que chegavam à região na busca por terras agricultáveis e que serviram de mão de obra para a abertura das áreas florestais em que os projetos se instalaram.

Tailândia com uma formação bem mais recente, 1978, surge com a construção da PA-150, palco de conflitos agrários. Sua ocupação também foi marcada pelos madeireiros incentivados pelo governo a se estabelecer na região (KERN et al; 2012, p.11).

Hebétte (2004, p. 64) analisa esta ocupação a partir da história de um grupo de 16 famílias maranhenses e 2 capixabas que procuravam terras e acabaram se estabelecendo onde operava o maquinário que abria a PA150 na região de Tailândia. Essas pessoas trabalhavam um pouco na abertura da estrada, juntavam dinheiro e compravam um pedaço de terra ou as ocupavam - os 20 km das beiras das estradas eram dos projetos federais, então para evitar fiscais as famílias se instalavam nos fundos destes projetos. A agricultura que foi motivadora da ocupação da região, devido à falta de recursos, empobrecimento do solo, condições climáticas, mas principalmente a dificuldade de escoamento da produção, foi cedendo lugar à extração madeireira que se tornou âncora da economia local até os anos 2000 (KERN et al; 2012, p.105).

A população urbana dos dois municípios pouco difere da população rural, pois são nessas cidades que se materializam as transações comerciais da exploração florestal, da agricultura do minério, diferenciando que em Moju, essas transações acontecem à beira do rio Moju, como tradicionalmente ocorre na Amazônia, e em Tailândia essas transações ocorrem à beira das estradas e rápido se espalham no mercado nacional e internacional.

O município de Moju é banhado pelo rio Moju, e sua vegetação original é formada pela vegetação densa de planície aluvial, nas áreas de várzea; pela vegetação secundária latifoliada de terra firme; e pela floresta densa dos baixos platôs e terraços. A sede municipal fica localizada na seguinte coordenada geográfica: 01° 53' 10" de latitude Sul e 48° 46' 00" de longitude a Oeste Greenwich; em uma área de 9.094,135 Km², com uma população de 71.329 mil habitantes, sendo que desses 44.856 vivem na área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,643 no ano de 2010, que representa o nível mediano de desenvolvimento social e econômico da população (IDESP, 2012).

Tailândia localiza-se na coordenada geográfica: 02° 56' 22" de latitude Sul e 48° 57' 03" de longitude a Oeste de Greenwich. O município tem uma área de 4.430 Km², e população de 79. 297 mil habitantes, sendo que desses 20.584 (26%) vivem na área rural. O IDH no ano de 2010 foi de 0,697. O município é banhado pelo rio Moju e sua vegetação original era a Floresta Equatorial Latifoliada de terra firme, apresentando como subtipo a Floresta Densa dos baixos platôs. Já nas áreas próximas às margens do rio Acará, localiza-se a floresta de várzea que ocupa os terrenos mais baixos, sujeitos a inundações. O uso dos recursos florestais pelos agricultores e pecuaristas, através da remoção da cobertura vegetal para a implantação de lavouras e pastagens, vem ocasionando um acelerado surgimento de florestas secundárias (IDESP, 2012).

IDESP (2012) registra que na atualidade as atividades produtivas ligadas aos municípios são: a) a agricultura principalmente a produção de mandioca, arroz, milho, feijão, melancia, abacaxi; b) lavouras permanentes destacando-se a produção de dendê e coco da Bahia; c) pecuária onde se destaca a produção de gado branco; d) extrativismo vegetal de produtos alimentícios como o açaí e castanha-do-pará, e extrativismo madeireiro com a produção de carvão, madeira em tora e lenha.

O município de Tailândia no período de 2000 a 2013 teve 869 Km² de área desmatadas. Segundo o estudo, do ano de 2001 ao ano de 2008 foram desmatados 753 Km² de floresta, ou seja, 87% da área total desmatada no período, fato que mostra a intensidade da exploração madeireira no município para o período; os outros 116Km² foram desmatados no período de 2009 a 2013. Para o município de Moju no mesmo período, 2000 a 2013, uma área de 1.226Km² foram desmatadas, sendo que 781km² (64%) até 2008, após 2008 o município teve um pico de desmatamento em 2010 com 100 km² de desmatamento e 113 km² de degradação (IMAZON, 2014).

A queda do desmatamento no município de Tailândia após 2008 deve-se a uma forte operação do governo federal contra o desmatamento, que fechou as serrarias ilegais e apreendeu grande parte da exploração madeireira do município. A operação chamada de Arco de Fogo foi uma ação conjunta do governo federal e estadual para coibir a extração e comercialização de madeira ilegal, e conter o desmatamento, para isso destruiu carvoarias, fechou serrarias, confiscou a produção ilegal de madeira e aplicou cerca de 7 milhões de reais em multa. Esse fato colocou o município em uma forte crise econômica e social, gerou revolta da população local, configurando-se o chamado movimento dos “Sem Tora”. A esta seguiu a chamada operação Arco Verde, por meio de acordo entre o município e os governos federal e estadual, visando a regularização fundiária e a abertura de novas linhas de crédito que promovessem projetos sustentáveis de produção (KERN et al, 2012).

Em 2010 quando o município de Moju alcança um alto nível de desmatamento e degradação florestal, coincide com o período de chegada da Biopalma, na época Biovale, na região, com a conversão de áreas supostamente degradadas em monocultivos de dendê para a produção de agrocombustíveis.

4.2. ARAUAÍ, SOLEDADE E OUTRAS LOCALIDADES.

As comunidades estudadas se formaram ao longo dos rios e igarapés, braços do rio Moju, e por isso a maioria delas recebeu o nome dos cursos d'água, como foram os casos das comunidades Arauaí, Curuperé, Apeí, Água Branca. As outras duas Soledade e São Vicente

homenagearam o nome dos santos padroeiros. A Comunidade Soledade é a mais antiga e acaba sendo uma “mãe” das outras comunidades que se formaram pela ocupação dos filhos das famílias de Soledade, ou melhor, quando os filhos se casaram e formaram novos grupos domésticos, buscaram terras nas proximidades, originando as comunidades vizinhas.

Em 1972 haviam duas famílias morando na Soledade que vieram de Cametá, município próximo.

“*Esse era o comunicado que chegou do Sr. Manoel de Freitas (fazendeiro)*”. Uma das primeiras moradoras da Vila Soledade conta, que foi esse fazendeiro que a convidou para colocar uma roça e trabalhar na fazenda de produção de gado. Mas segundo ela antes de 1970 já havia uma cidade, localizada onde é a Comunidade Soledade, mas ela sucumbiu devido a uma epidemia que levou à morte muita gente, e foi neste contexto que os Jesuítas retornaram a essa antiga cidade e não encontraram a população, eles traziam uma boneca e a chamaram de Soledade, que devido ao esvaziamento do lugar remetia o sentimento de solidão. Essa boneca, que é um símbolo da história da comunidade, fica no altar da Igreja até os dias de hoje.

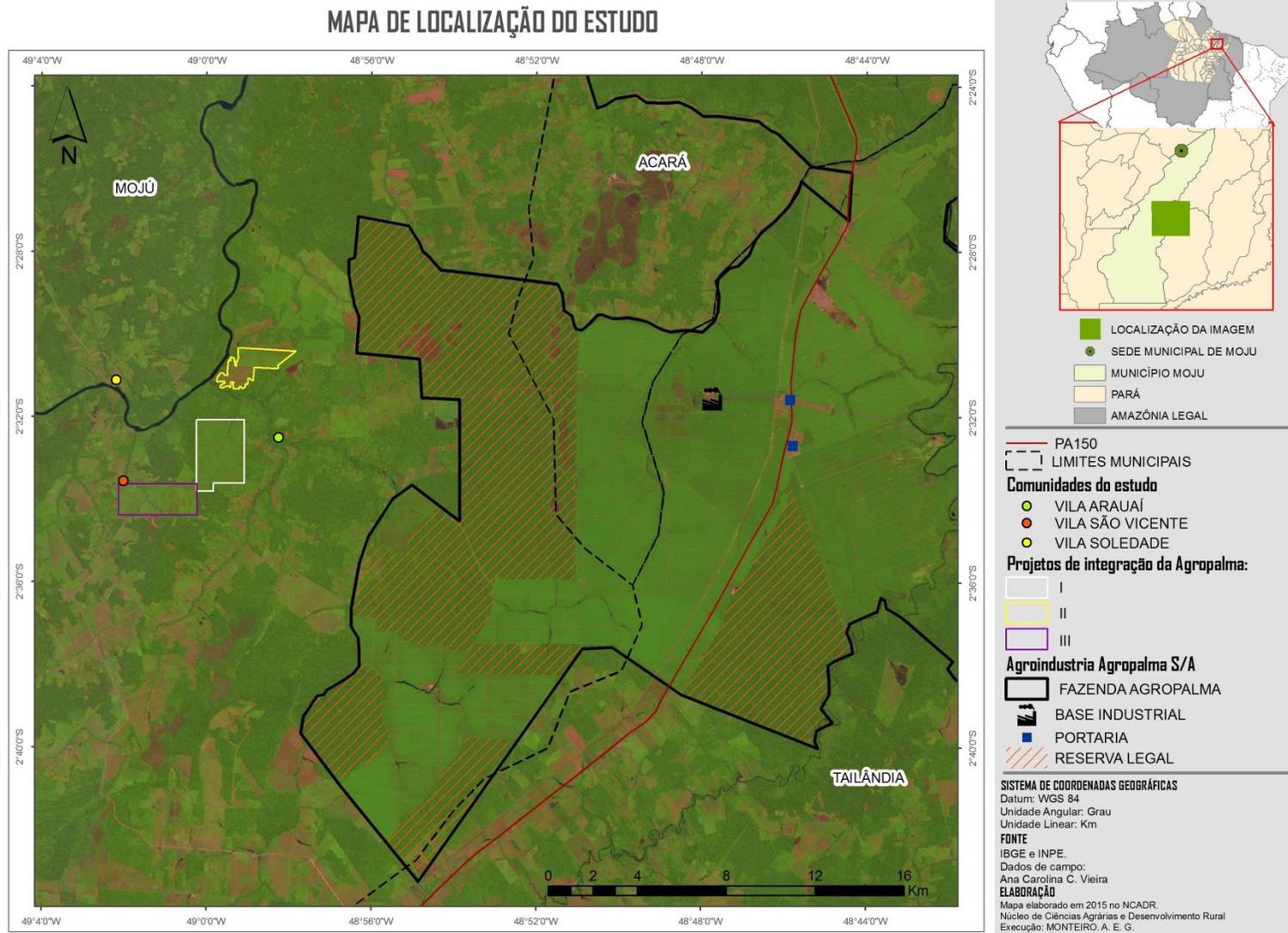
Figura 5- Altar da Igreja Nossa Senhora da Soledade, comunidade Soledade.



Credito: (VIEIRA, 2014)

A Comunidade Arauaí foi fundada na década de 80 em um congresso religioso realizado na Soledade. Na época residiam 30 famílias, incluindo as famílias que se distribuía ao longo dos rios, Arauaí e Apeí (braço do rio Arauaí). A igreja católica foi força para a permanência das famílias neste período de intensa exploração florestal e disputa por espaço, inclusive foi responsável pela fundação da primeira escola de ensino fundamental na Soledade, no final dos anos 80.

Figura 6 Mapa de localização das comunidades em estudo.



(Fonte: VIEIRA, 2015)

Até os anos 2000, a economia das comunidades, comungando com a história dos municípios, combinava o roçado e a exploração de madeira em tora.

“Quando as pessoas moravam nas colônias, na beira dos rios, as pessoas viviam de roça, plantio de mandioca, banana, arroz, milho e extração de madeira. A madeira que estavam na época boa de mercado é que eles iam utilizar, beneficiando outras madeiras brutas para vender” (entrevista realizada em set.2014).

Os moradores relatam que nos períodos dos anos 70 e 80 os recursos florestais eram abundantes e a reprodução social da família estava intimamente ligada ao seu uso, pelo extrativismo. A caça e a pesca eram fartas e faziam parte das atividades produtivas familiares, como fonte proteica familiar e também para ser vendidas na beira, às margens dos rios.

A madeira e a produção do roçado eram vendidas principalmente no município de Cameté, mais próximo na “estrada fluvial” que representava o rio Moju, mas também existiam os marreteiros que eram comerciantes que encomendavam e/ou compravam a madeira em tora e também a produção de farinha local. Os moradores relatam a existência do senhor Teixeira, que era um comerciante importante que se instalou na região que hoje é o Arauaí, para quem as famílias camponesas vendiam sua produção.

“Sr Teixeira, era o comerciante ele era do Acará, ele veio com a família e filho e lá, no Arauaí, ele colocou um comercio e ele que comprava a produção do povo, madeira, farinha, arroz, milho e levava para Belém para vender. Ele tinha uma canoa motorizada, ele tinha pequenos lotes ele fazia esse processo de vender e comprar a mercadoria. Depois ele morreu os filhos moraram um tempo e depois foram embora também e agora ninguém sabe mais dele” (Entrevista realizada em set.2014).

Foi nos anos 80 a chegada da empresa Agropalma na região, mas nesse período de abundância dos recursos naturais, os 24 km que distanciam hoje a base industrial da empresa à comunidade Arauaí, era composto por uma cobertura florestal tão densa que não aproximou esses grupos sociais à empresa no período de sua instalação.

“Na verdade a relação da Agropalma com o povo, quase não tinha relação, naquela época nem era Agropalma o nome que se ouvia falar era Banco Real, que estava abrindo por aí, fazendo abertura. Nessa época era muito distante para cá pro Arauaí, era só mato, não tinha nenhuma relação A relação com a gente começou com a abertura do Porto [falando do final dos anos 90]. A empresa tinha problema com o povo mais próximo do Castanhalzinho, eles que tinham contato. Eu fiquei sabendo uma vez que o povo de lá prestava serviço para Agropalma essas coisas de alimentação, pegava uma fruta, era mais ou menos isso, eles também trabalhavam na abertura [falando das

áreas de plantio da empresa] (*Entrevista realizada. em set/2014*)

A história de 20 anos de exploração madeireira passou por processos diferentes de tecnificação que intensificaram a atividade e com isso o desmatamento das florestas nativas. Até os anos 90 a exploração de madeira em tora era realizada manualmente com o machado, era um trabalho penoso e que refletia na baixa intensidade da exploração.

Nos anos 90 com a intensificação dos madeireiros na região a atividade de corte que antes era feita manualmente, passa a ser feita com a ajuda de motosserra, aumentando a intensidade da exploração e por consequência o desmatamento. Os moradores relatam que neste período de intensificação da atividade madeireira e da presença de madeireiros na região, houve conflitos por terras e pelos recursos florestais.

“Essa época do conflito de terra, quem conhecia a área de terra aqui, tinha conhecimento que a gente não tinha título, então chegava no posseiro que vendia a área e pegavam documento lá na cidade, e quando chegava aqui na comunidade para tomar a posse da terra, a terra tinha um monte de posseiro. Aí o povo não ia perder a terra e tinha que lutar pela terra, foi então que o povo amarrou o engenheiro da fazenda e depois ele desapareceu, se eles revidassem o povo ia se preparar. Sempre tinha alguém que tinha muita experiência, nesse tempo era um tal de Raimundo Cara Preta, ele que meu pai dizia que organizava o povo para lutar pelo que é nosso”. (Entrevista realizada em set.2014)

Foi neste período de conflitos a primeira iniciativa do ITERPA para regularizar essas áreas. Houve o registro das famílias e a demarcação de propriedades, mas a ação de regularização fundiária não se concluiu, permanecendo os conflitos e a insegurança fundiária das famílias camponesas.

Duas castanheiras exuberantes, remanescentes da exploração madeireira, ativam a memória dos camponeses para o período de fartura dos recursos naturais, e também embelezam a paisagem das comunidades, tornando-se pontos de referência. A castanheira da Comunidade Arauaí fica logo após a ponte do Rio Arauaí em uma bifurcação da estrada que leva á comunidade Apeí e no outro sentido às Comunidades São Vicente e Soledade. A castanheira da Comunidade Soledade (Figura 7) marca o porto da comunidade na beira do Rio Moju.

Figura 7 Castanheira e Porto da Vila Soledade.



Credito: (Vieira, 2014)

Os conflitos por terra, a diminuição dos recursos florestais e principalmente a escassez de espécies de madeira de valor comercial, faz com que diminua o ritmo das explorações florestais dos madeireiros, a principal atividade econômica para a qual os camponeses vendiam a força de trabalho, sendo possível perceber as dificuldades econômicas para essas famílias camponesas neste período final dos anos 90 e início dos anos 2000.

Neste contexto dos anos 90, intensificou-se a atividade do roçado para produção de farinha e também de pimenta pelos camponeses. Na época a produção de pimenta apresentava um alto valor de mercado e sua produção estava em alta e era disseminada pela colônia japonesa na região de Tomé Açu. Os moradores atribuem à pimenta o primeiro aumento das queimadas na região, para a abertura das áreas de plantio.

Foi com a abertura da estrada somada ao cenário de fragilidade econômica que a empresa Agropalma inicia a divulgação do "Projeto de Parceria da Agricultura familiar da Agropalma", ou melhor, a integração camponesa ao monocultivo de dendê, nestas comunidades. O primeiro Projeto (I) foi instalado em 2002 com 50 famílias, o Projeto II em 2004 com mais 50 famílias e o Projeto III em 2005 com mais 50 famílias, totalizando as 150 famílias camponesas em estudo.

5. AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CAMPESINATO INTEGRADO AO DENDÊ

Neste capítulo iremos analisar as relações sociais e produtivas da integração camponesa ao monocultivo de dendê da empresa Agropalma SA, revelando as transformações socioeconômicas na vida das famílias camponesas, na perspectiva das transformações socioespaciais e da recomposição do território camponês.

5.1. OS CAMPONESES INTEGRADOS DO DENDÊ

O Diagnóstico realizado pelo Instituto Peabiru (2010), fornece alguns indicadores sobre a origem das famílias camponesas integradas, sua composição, escolaridade, benefícios previdenciários e moradia. Os 150 camponeses integrados ao monocultivo de dendê da Agropalma residem nas comunidades Arauaí, Soldade, Curuperé, Apaeí, São Vicente.e Água Branca, suas terras se estendem desde a reserva florestal da empresa Agropalma às margens do rio Mojú.

Os camponeses são naturais da região do Baixo Tocantins, nascidos no próprio município de Moju, ou em municípios vizinhos como Tailândia, Acará, Barcarena, Cameté, a maioria deles fazem parte da história de fundação das comunidades. Apenas 37% dos entrevistados chegaram à comunidade há até 10 anos, coincidindo com o período da integração no início dos anos 2000- a motivação era a busca por áreas agricultáveis para o roçado e acabaram encontrando a oportunidade do monocultivo de dendê. Apenas 27% desses camponeses chegaram às comunidades motivados pelo projeto de integração.

As famílias camponesas mais antigas, com chefes de família com idade mais avançada, não aderiram ao projeto de integração, mantendo a produção tradicional do roçado; outras acabaram vendendo suas terras temendo perdê-las para a empresa. Com tudo, os jovens dessas famílias tornaram-se mão de obra do monocultivo de dendê, complementando a força de trabalho dos camponeses integrados.

A média de idade dos camponeses integrados é de 43 anos, não fazendo diferença significativa entre homens e mulheres. Esse fato revela que as unidades familiares que aderiram o projeto de integração em sua fase de implementação, eram unidades familiares jovens, tendo em vista que a média de idade dos camponeses era de aproximadamente 30 anos. O que caracterizava famílias com homens no auge da força de trabalho e sem o receio de enfrentar dificuldades adaptativas com a forma de produção, porém com filhos ainda

pequenos o que lhes restringia a força de trabalho no interior da família camponesa à produção familiar.

Na atualidade, o grupo doméstico é composto em média por 6 integrantes: pai, mãe e seus filhos, vez ou outra um agregado, que pode ser um parente próximo[irmão (ã), primo (a), sobrinho (a)], homem e/ou mulher, geralmente de estado civil solteiro (a). Esse agregado necessariamente contribui de alguma forma com a economia e organização familiar, os homens contribuem na unidade de produção assim como as mulheres que além da produção também ajudam nos serviços domésticos, como no cuidado da casa, terreiros e filhos da família.

O estudo revelou o nível de escolaridade dos camponeses integrados em que 76% não concluíram o ensino fundamental, com limitações de leitura, escrita e na realização de cálculos matemáticos simples, sejam escritos ou na memória, o que dificulta uma negociação e condução justa do contrato de integração entre a empresa e os camponeses.

A integração do dendê reconfigurou as comunidades camponesas e também a socioeconomia das famílias integradas ao monocultivo do dendê. Começando pelas moradias que deixaram de estar voltadas para os rios e passaram a se voltar à estrada de escoamento do dendê. Com essa mudança as famílias deixaram as moradias de seus sítios de produção e constituíram suas moradias na beira das estradas, distanciando a unidade de moradia da unidade de produção tradicional camponesa.

A nova moradia se constitui de casa e terreiro, que geralmente são cercadas e bem próximas umas das outras. As moradias são de madeira em todas as comunidades, com telha de barro, as mais próximas de cursos d'água erguidas sobre colunas, palafitas, com pequenos trapiches. As casas de alvenaria diferenciam os camponeses integrados que se adaptaram bem ao monocultivo de dendê, do restante do campesinato. Os compartimentos da casa são divididos em 4 cômodos, 2 quartos, cozinha que pode ser dentro ou fora da casa, e uma sala; os banheiros na maioria são do lado de fora, em uma casinha separada. As casas se dispõem lado a lado paralelamente à estrada que corta a Comunidade Arauaí para o escoamento da produção de dendê e mobilidade terrestre dos moradores da região, a única comunidade que continua disposta ao longo do rio Mojú é a Soledade, mais antiga e que manteve sua disposição mesmo com a estrada que cortou a comunidade.

O terreiro, ou quintal, geralmente tem um pomar, com espécies fruteiras nativas, criação de aves e pequenos animais, jiraus de hortaliças e plantas medicinais, podem ter casas de farinha e geralmente um de seus limites é cortado por um rio ou igarapé, utilizado para o abastecimento de água, pesca, e também para o lazer da família. A produção *in natura* dos

terreiros geralmente é destinada à mesa da família camponesa. A não ser quando há uma oportunidade de mercado favorável ou alguma necessidade especial de consumo, alguns desses produtos podem ser vendidos ou trocados na própria comunidade, entre vizinhos, com os *marreteiros* ou nos centros comerciais dos municípios próximos.

Os benefícios previdenciários representam uma renda complementar, mas que faz parte da economia de 53% das famílias. A Bolsa Família¹⁷ aparece na economia familiar de 73% dos camponeses e a aposentadoria em 27%, e revela os filhos crianças e adolescentes em fase de estudo, com pouca disponibilidade para contribuir como força de trabalho e na satisfação das necessidades da família. O benefício da Bolsa Família é gerenciado pela mãe camponesa e utilizado na satisfação das necessidades dos filhos em estudo, na compra de materiais e vestuário, e em períodos de baixa produção de dendê esse recurso entra na economia familiar para suprir as necessidades da unidade de produção, em especial de força de trabalho na unidade de produção do dendê; e da família.

Os camponeses definem bem duas estações no ano: 1) o período de cheia, período do inverno, época das chuvas - também muito conhecida localmente pelo período de lama; 2) a outra metade do ano, o período da seca, o verão (junho a novembro) - também conhecido como o período da poeira. É difícil saber a preferência das mães de família, já que metade do ano a casa, roupa estendida no varal, é tomada pela poeira advinda da estrada com seu intenso tráfego de caminhões carregados de cachos de dendê, ônibus de transporte de passageiros e escolares, veículos leves como as motos e os carros. A outra metade do ano, o inverno, a casa fica tomada por lama e barro e a mobilidade se torna mais difícil, devido aos buracos e atoleiros nas estradas que ocasionam acidentes e atolamentos.

Os cultivos tradicionais de espécies alimentares, chamada produção do roçado branco, são principalmente a mandioca para a produção de farinha, arroz, feijão, abóbora e melancia. Nestas mesmas áreas ocorrem também o plantio de espécies fruteiras da região, essas que posteriormente contribuem com a alimentação e a regeneração natural da floresta. Outra cultura forte além da farinha é a produção de pimenta do reino que teve seu auge na década de 90, e posterior declínio, mas que ainda ocorre em alguns dos plantios camponeses.

Os sítios possuem em torno de 50 hectares e o tamanho do roçado varia de acordo com o tamanho da família, com média de 4 hectares. Conforme será detalhado, os sítios ficam a

¹⁷ O Programa Bolsa Família, implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores via o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, repassa valores às famílias com renda *percapita* inferior a R\$77,00 reais mensais, o valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda, e o valor é repassado para jovens com até 17 anos de idade (MDS, 2004).

cerca de 5 a 10 km da unidade de moradia; mas 52% dos camponeses integrados não têm sítio ou roçado.

Foram em áreas de roçados novos e antigos, de floresta secundária, utilizadas para o extrativismo, que esses camponeses disponibilizaram 1.600 hectares para a implantação do monocultivo de dendê (VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, p. 10). E são essas áreas, que são chamadas de degradadas estrategicamente pelo governo defensor do monocultivo (LASCHEFSKY, 2010; BACKHOUSE, 2013).

5.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

No final dos anos 90 que iniciaram as transformações socioeconômicas dos camponeses. A Agropalma, que já havia expandido suas áreas de monocultivo e reserva legal até as proximidades dos camponeses, guiada pela estratégia de diminuir o custo de escoamento da produção, constrói estradas e um porto às margens do rio Moju, em áreas da comunidade Curuperé. Neste contexto, os camponeses foram chamados para consulta e negociação da instalação dessa infraestrutura:

“A Agropalma decidiu escoar o óleo dela pela beira do rio Moju, colocar uma balsa e os caminhões traziam até a balsa, eles conversaram nessa época com os moradores de uma comunidadezinha vizinha o Curuperé, período de 1997 e 1998, então foi que foi feito um acordo que os moradores do rio Curuperé deixariam a empresa passar com a estrada até a margem do rio Moju e por conta disso a empresa abriu um ramal até o Arauaí, essa decida onde é a escolinha! Foi aí que começou a trazer o movimento, porque tendo estrada as pessoas começaram a se animar mais para vir morar ali.” (Entrevista realizada em set.2014).

Conforme será exposto a seguir, pouco tempo depois, em 2002, surge o Projeto de Parceria da Agricultura Familiar da Agropalma.

Antes deste projeto, com a construção da estrada, iniciou-se o transporte automotivo para as famílias camponesas. O meio de transporte dos agricultores para os municípios de Moju, Tailândia, Abaetetuba, e outros centros comerciais vizinhos é principalmente o ônibus, operado por empresas particulares da região. Estes ônibus transportam as famílias e a produção do roçado, que é vendida nos centros comerciais. Esses veículos não possuem manutenção frequente e ao menos compartimento para o transporte da produção e mercadorias compradas na cidade. Pela distância, condições das estradas, e por suprir uma necessidade descoberta pelo poder municipal, o custo para o escoamento da produção do

roçado é elevado, pelo menos R\$ 30,00. O transporte de ônibus até a sede de Moju leva cerca de 4 horas, percorrendo os 24 km de estrada de chão até chegar a PA-150, rodovia estadual com asfaltamento em condições regulares à ruim, influenciado pelos períodos de chuva e seca.

Localmente os meios de locomoção são a bicicleta, alguns possuem moto e carro, principalmente as famílias produtoras de dendê. Para os camponeses que mantiveram suas moradias ao longo do rio utilizam os cascos, e rabetas (motor ligado ao casco de madeira) - em casos de melhor condição econômica.

Em 2005, após o início do Projeto houve a instalação da energia elétrica nas comunidades, pelo Programa Luz Para Todos, do governo federal. A implementação desse programa, que fazia parte das agroestratégias de viabilização da integração, hoje abrange 76% das casas dos camponeses.

Sendo assim, somam-se três fatores, a abertura das estradas, a instalação da energia elétrica e o projeto de integração, os responsáveis pela mudança da configuração espacial das comunidades, em especial da comunidade Arauaí.

Essa reconfiguração da comunidade é percebida pelo deslocamento dos moradores da beira dos rios à beira da estrada, provocando a formação de uma comunidade, parecida com um pequeno centro urbano, em que as casas ficam dispostas voltadas para estrada, com uma diversidade de estabelecimentos comerciais, que vendem mercadorias: frutas, verduras, farinha que nem sempre da produção local, alimentos industrializados, materiais de papelaria, vestuário, materiais agrícolas, e alguns produtos produzidos nas comunidades, esse último em menor quantidade; e de prestação de serviços: como oficinas mecânicas para motos e automóveis, costureiras, marcenarias, restaurantes, constituindo pequenos núcleos “urbanos” dentro dos monocultivo de dendê.

“Antes as pessoas moravam nas beiradas dos rios e dos Igarapés daqui, tinham contando com Arauaí e Apeí que é um braço do Arauaí , cerca de 30 famílias. Com a chegada da estrada e depois com a chegada do projeto dendê em 2002 é que veio alavancar o crescimento da agrovila. Não veio muita gente de fora, era o povo que morava próximo que foi se mudando para ali, é que quando foi implantado o projeto em pouco tempo veio o Presidente Lula, e isso acelerou o processo de chegar a Luz direto nas casas, aí você sabe que quando chega a luz direto atrai o povo [falando da instalação da energia elétrica para às moradias]. Quem que não quer a energia para colocar uma geladeira na sua casa?! O povo veio mesmo tendo que deixar a colônia [falando das residências na beirada do rio]. Então foi isso a Luz, os projetos e o trabalho, foi tudo isso que contribuiu para a

formação dessa Vila que a gente vê hoje”(Entrevista realizada em set.2014).

A consequência do deslocamento de moradores para as comunidades foi o aumento da população, e hoje a comunidade Arauaí apresenta aproximadamente 70 famílias, Apeí -50, Água Branca - 40, Curupeté - 20, São Vicente - 52 e pôr fim a Soledade com cerca de 200 famílias (LEAL, 2013).

A captação de água é feita via poços boca aberta ou poço amazonas para 75% das casas, 15% dos camponeses, os que residem na comunidade Soledade, possuem abastecimento de água encanada via a rede pública, e 10% captam água de fontes naturais, olhos d'água, rios e igarapés (LEAL, 2013, p.89). A autora Leal (2013, p.90) que estudou a qualidade fitossanitária das casas dos camponeses integrados, revela que essas formas de captação mais frequente são de fácil contaminação por águas de escoamento superficial e pelas águas que infiltram no solo, sendo facilmente contaminada quando há o uso de agrotóxico nas proximidades.

Em 2005 durante a visita do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi inaugurada a escola com estrutura de alvenaria, de nível fundamental na comunidade Arauaí. Essa escola atende a todas às comunidades com exceção da Soledade, que possui escola de ensino médio que atende a todas as comunidades. Na Soledade também com a integração, neste mesmo período, foi inaugurado um posto de saúde com atendimento médico semanal, enfermeiras e dentista diário e que atende a população de todas as comunidades.

Até os dias de hoje são as instituições religiosas (Católica e Evangélica) que mais se fazem presentes no local, promovendo a manutenção cultural com as festividades dos santos padroeiros, como por exemplo, a festividade da Nossa Senhora da Soledade e do Sagrado Coração de Jesus que ocorrem nos meses de junho e julho, movimentando e colorindo as comunidades com a ornamentação e as danças de quadrilha. Essa dicotomia religiosa reflete em uma dicotomia de lideranças e de interesses locais, havendo de certa forma um impasse entre os camponeses dos diferentes segmentos religiosos, que se faz bem visível no período de eleição das Associações em que as chapas se diferenciam pela religião.

Do ponto de vista sociopolítico, as comunidades a partir da integração foram organizadas em duas Associações, a Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí e a Associação do Desenvolvimento comunitário da Vila Soledade. Essas associações giram principalmente em torno dos projetos de integração, com as discussões de técnicas de produção, questões administrativas, escoamento da produção, estratégias de melhoria da produção e eficiência no transporte. Essas reuniões geralmente são mediadas pelos

funcionários da Agropalma que aproveitam da oportunidade para fazer repasses de informações referentes ao protocolo de produção do monocultivo, como repasses de inovações tecnológicas para o monocultivo de dendê, informes sobre valores da produção e novos procedimentos empresariais para gestão do contrato e fiscalização da implementação do protocolo de produção. A Igreja Católica possui uma coordenação local, e são esses dirigentes que tradicionalmente encabeçam as discussões referentes à qualidade de vida (educação, saúde e sexualidade, saneamento básico, melhorias infraestrutura) e atualmente contam com o apoio do Grupo de Pesquisadores Socioambientais para essas discussões e mobilização das comunidades. Esse grupo se constituiu em 2012, como consequência da integração, com a organização dos jovens e mulheres das comunidades, pelo Instituto Peabiru, para monitorar a sustentabilidade do monocultivo de dendê. O grupo promove ações de desenvolvimento sustentável, com bases agroecológicas, como a instalação de modelos experimentais de Sistemas Agroflorestais, Horta em Mandala integrados com tanques de piscicultura, bem como ações de educação ambiental e pesquisa sobre os efeitos da integração do dendê, que orientam às ações de desenvolvimento realizadas nas comunidades.

O lazer gira em torno dos rios, campos de futebol e da Igreja com seus cultos e festividades. São os campeonatos de futebol, os banhos nos rios e igarapés, as quermesses, cultos religiosos que movimentam a vida social e promovem a interação das famílias camponesas. Na vila Arauaí, um camponês concedeu um pedaço de seu terreiro, para fazer um parque infantil, com brinquedos de madeira feitos por ele. Além disso, existem os bares com mesas de jogos, procurados principalmente pelos homens.

A cobertura florestal original de Terra Firme é praticamente inexistente, com pequenos fragmentos florestais. A vegetação predominante são as florestas secundárias e áreas de capoeira (nova e velha). São essas áreas que se dividem em duas configurações de uso: 1. As áreas privadas, sítios, onde são colocados os roçados; 2. As áreas de uso comum, utilizadas para o extrativismo florestal como: a caça, coleta de sementes e frutos, plantas medicinais, etc. Os rios e igarapés que circundam o ambiente da integração nem sempre respeitam os limites da mata ciliar. Como ilustra o mapa anterior, a paisagem é predominantemente formada pelo monocultivo de dendê e áreas de pastagens.

5.3. A CONFIGURAÇÃO DO NOVO TERRITÓRIO - A EXPROPRIAÇÃO E A TITULAÇÃO COLETIVA

“Quando veio o projeto dendê eu não quis, eu não conhecia como era o trabalho, essas técnicas que a

empresa obriga eles a usar, e eu tinha medo de não me acostumar e perder meu lote de produção, minha terra. Ainda mais que no início do projeto é muito trabalho, eu não tinha condição, minha família é só mulher. Se fosse o projeto de açaí eu queria”. Fala de uma camponesa que não se integrou ao monocultivo de dendê” (Entrevista realizada em outubro de 2014).

Essa problemática será apresentada neste trabalho sob a inspiração de um esforço já realizado em artigos publicados por autores da temática territorial, especialmente os que tratam das transformações do espaço rural com o monocultivo de dendê e a relação de integração camponesa (NAHUM; MALCHER, 2013; VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, 2015; NAHUM, 2014; SANTOS, 2014).

Dentre os arranjos interinstitucionais realizados para viabilizar o Projeto de integração da Agropalma, a disponibilização de terras legais, regularizadas, era uma parte estruturante da integração. Com isso cabia avaliar a disponibilidade de terras camponesas favoráveis à integração.

Para a viabilização financeira do Projeto de integração era necessário que as áreas dos monocultivos de dendê dos camponeses se dispusessem de maneira concentrada, todos os plantios em uma mesma área, facilitando a abertura da área de plantio, transporte de mudas e insumos bem como no posterior escoamento da produção de dendê - na fase de produção do monocultivo.

As Associações Comunitárias junto com a participação dos órgãos governamentais ITERPA, SEMA e Prefeitura Municipal de Moju, e empresa identificaram a área potencial e implementaram um arranjo fundiário que foi estrutural para a reorganização do espaço rural Conforme demonstrado em trabalho anterior (VIEIRA; MAGALHAES, 2015),

O arranjo fundiário formado pelo governo do Estado e o ITERPA previa a emissão de Título Definitivo às Associações Comunitárias¹⁸, contudo até a presente data, 9 anos depois, somente foi expedido o Título da área de 630,0475 ha referentes ao Projeto I em nome da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí, este devidamente registrado no cartório da comarca de Moju na data de 14/02/2002. Os projetos II e III não possuem o documento definitivo expedido pelo ITERPA e essa tem sido uma reivindicação das Associações Comunitárias (VIEIRA; MAGALHAES, 2015).

As famílias camponesas que possuíam residência ou roçado no perímetro necessário para a expansão do monocultivo de dendê foram compulsoriamente deslocadas para novas áreas, nas proximidades. Foi feito o seguinte arranjo: estas famílias deslocadas foram

¹⁸ O título da terra é um dos documentos oficiais que caracterizam a propriedade da terra. Pode ser feito de forma individual ou coletiva, com ele depois de passados dos 10 anos é permitido a venda da terra, contudo a pessoa ou associação que vender a terra não poderá mais ser beneficiada com terras do governo. (CARVALHEIRO et al, 2010, p 40)

consideradas prioritárias para participar do Projeto de integração, as famílias que foram deslocadas e aceitaram a integração, receberam uma área média de 50 hectares, destinada à moradia e roçado e uma área no âmbito do projeto coletivo do monocultivo do dendê. Todas as áreas destinadas à moradia e roçado das famílias deslocadas foram regularizadas pelo ITERPA com titulação individual. Os camponeses afirmam que estas áreas tituladas são menores do que as ocupações anteriores, mas não tenho dados que possam precisar esta diminuição.

As áreas que pertenciam aos camponeses foram disponibilizadas pelo Estado para a Agropalma, por meio da titulação coletiva de 3 áreas que somam 1.600 hectares. Essas áreas foram demarcadas e destinadas à Associação que posteriormente as distribuiu entre as 150 famílias camponesas em lotes de 10 a 12 hectares. Essas três áreas são chamadas de Projeto I, a primeira área de monocultivo de dendê plantado (2002), envolve 50 famílias camponesas; Projeto II, a segunda área (2004), com outras 50 famílias; e projeto III (2005) as 50 famílias restantes, totalizando as 150 famílias em estudo.

Até a atualidade, apenas a área do Projeto I foi titulada em nome da Associação Comunitária do Ramal Arauaí, pelo ITERPA, as outras duas áreas o documento definitivo ainda não foi expedido.

Este arranjo fundiário de titulação coletiva formou dois blocos de monocultivo de dendê e resultou em uma nova configuração da unidade de produção camponesa, a adição de uma nova unidade de produção separada da moradia.

Estas famílias deslocadas constituem 20% dos agricultores integrados - possuem suas terras, unidade de produção de cultivo tradicional e unidade de moradia, regularizadas por meio de título definitivo expedido pelo ITERPA e um lote para uso na unidade de produção coletiva. Isso quer dizer que 80% dos camponeses envolvidos, continuam, mesmo com o Projeto de integração, em uma situação de insegurança fundiária, vulneráveis às pressões e conflitos por terra e por recursos naturais.

Para Carvalho e Nahum (2014, p 13), o monocultivo de dendê *“tem apresentado problemas de pressão sobre propriedades familiares, levando em escala menor ao fenômeno da concentração fundiária, êxodo rural e conflitos de terra”*. Os autores atentam a um fenômeno desencadeado por esse processo de avanço do monocultivo de dendê que chamaram de descampenização, sendo a transformação do campo amazônico ocupado pelo campesinato com seus cultivos tradicionais e áreas florestais, que deram lugar a assalariados rurais, moradores rurais e produtores de dendê.

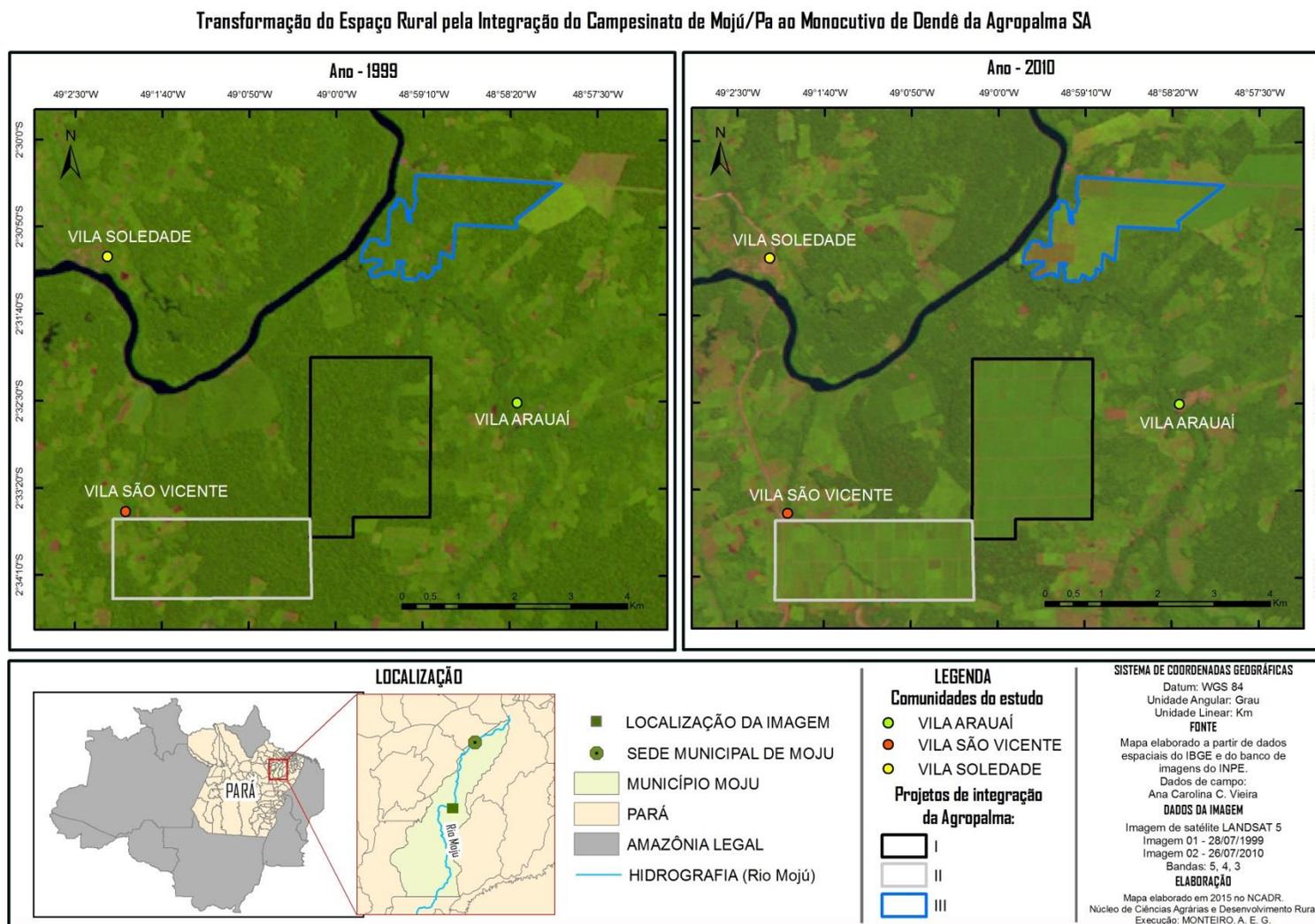
Figura 8 Monocultivo de dendê do campesinato integrado.



Credito: (ARAÚJO, 2012)

O mapa a seguir mostra a transformação do uso da terra e da paisagem, com imagens de satélite LANDSAT do ano de 1999, anos anteriores à implantação do monocultivo e outra com uma imagem do ano de 2010 com a integração implementada e monocultivo de dendê produtivo.

Figura 9 Mapa Transformação do Espaço Rural pela integração do Campesinato de Moju ao monocultivo de dendê.



(Fonte: VIEIRA, MAGALHÃES; 2015)

A imagem de 1999 evidencia as áreas que antes eram utilizadas por famílias camponesas para a produção do roçado, como arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, melancia entre outros produtos alimentares fundamentais para sua subsistência alimentar e econômica. E que havia remanescentes florestais, que eram de uso comum das famílias camponesas, utilizadas para as atividades de extrativismo florestal, coleta de frutos, cipós, madeira, castanhas, cascas entre outras que pertencem à cultura local para prática da medicina tradicional, alimentação, fabricação de utensílios e ferramentas (VIEIRA; MAGALHAES, 2015).

A comunidade Arauaí é um bom exemplo da transformação da paisagem tradicional amazônica:

A paisagem era dominada pelos roçados de mandioca, consorciado com outros cultivares, hoje, ela é marcada pelas extensas monoculturas de dendê. A dinâmica social da comunidade do Arauaí e de algumas comunidades do território quilombola do Jambuaçu, também mudou. Os trabalhadores rurais dessas localidades estavam habituados a um determinado ritmo de vida como: a policultura, a prática do mutirão, a produção de excedente voltada para o mercado interno, com a chegada das empresas e suas estratégias de expansão, os trabalhadores rurais desses lugares entraram numa outra temporalidade, ditada pelo tempo da monocultura, da produção das agrocommodities negociadas nas bolsas de valores, longe dos interesses e anseios dos pequenos agricultores. A lógica do mercado é quem dá o tom na vida desses sujeitos sociais (NAHUM; SANTOS; 2014, p.72).

A imagem de 2010 mostra a atual paisagem homogênea das áreas de monocultivo de dendê dos 150 camponeses integrados.

No intervalo de tempo entre 2002 a 2004 foi relatada uma grande diminuição da biodiversidade, com o avanço do desmatamento e a mortandade de animais silvestres, para 69% dos entrevistados a disponibilidade de caça diminuiu muito. (Instituto Peabiru, 2010)

Um passivo ambiental que também é econômico foi transferido aos camponeses. A área de Reserva Legal - que é estipulada pelo Código Florestal brasileiro em 80% para a Amazônia e que faz parte da regularização ambiental da integração, até a presente data não foi averbada pela SEMA e não há registros de sua localização. Essa área foi concedida na época, pela Prefeitura Municipal de Moju para a regularização ambiental dos projetos de integração do dendê. Portanto, além desse passivo com a legislação ambiental e com os órgãos de licenciamento, a área não beneficia os camponeses para o extrativismo e reprodução cultural (VIEIRA; MAGALHAES, 2015).

Conforme já assinalado por Backhouse (2013, p 23) essas agroestratégias “*atuam de modo a restringir a grupos marginalizados o controle e acesso aos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver*”. Similarmente, Nahum (2014, p. 49) constata que, quem

passa a determinar e comandar os usos da terra camponesa são às empresas; transformando essas áreas em território usado pelo dendê.

Para Laschefsky (2010) o discurso de sustentabilidade coloca as florestas amazônicas no processo de mercantilização em que a disponibilização de terras entra como parte do negócio que viabiliza a expansão da monocultura de dendê no Brasil.

Backhouse (2013, p. 17) detalha que mesmo a legislação sendo proibitiva quanto à negociação de terras de populações tradicionais e assentamentos de reforma agrária são de conhecimento de todos a expansão do monocultivo de dendê nestas propriedades e via compra dessas propriedades, o que significa para a autora que a expansão do monocultivo de dendê “*não se limita às terras legalmente adquiridas, ou mesmo pastagens degradadas*”, e ainda coloca as famílias camponesas e as populações tradicionais amazônicas como responsáveis pela degradação das terras.

De fato, pelo menos desde 1997, Dudley que estudou as áreas de monocultivo de dendê na Malásia, constatou ser esta a principal razão da derrubada de florestas, emissão de carbono e deslocamento forçado de comunidades tradicionais e de camponeses no sudeste asiático (DUDLEY, apud BACKHOUSE; 2013, p.5).

No caso aqui analisado, fica claro que os arranjos interinstitucionais foram estabelecidos em prol da expansão do monocultivo do dendê, por meio da disponibilização de terras do campesinato, mesmo que esse se mantenha em condição de insegurança fundiária e ambiental (VIEIRA; MAGALHAES, 2015). Ao contrário do que prevê o discurso de sustentabilidade que acompanha o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Homma (2005) que defende essa estratégia como uma alternativa de conservação das Florestas Amazônicas, de uso e recuperação de áreas supostamente degradadas.

6. O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DA AGROPALMA

O que eu sei que passou é que o prefeito da época, Parola aqui do Moju, se interessou pelo projeto de dendê, ele achou que era viável para os produtores, ele foi até a Malásia e achou que era bom, se juntou com o Governo do estado que na época era o Almir Gabriel e eles fizeram essa proposta para a Agropalma, que tava devendo um imposto para prefeitura. E foi aí que chegaram aqui com nós agricultores na nossa região, Apeí, Arauaí e Soledade. E começou então as primeiras reuniões para se falar de dendê, no plantio de dendê na agricultura familiar, não foi assim, chegou e plantou. Tiveram dois anos de conversas para ser elaborado o projeto e implantado (Entrevista realizada em set. de 2014).

Neste capítulo que considero o coração da dissertação, pretendo desvelar o que para mim é a maior transformação social e econômica na vida do camponês amazônico, o contrato comercial estabelecido entre o camponês integrado e a empresa. Esse contrato que assegura a exclusividade de venda da produção camponesa por pelo menos 25 anos. E a partir desse contrato é que vos apresentarei como se desenvolve a implementação e manutenção do monocultivo de dendê pelas famílias camponesas, bem como, as relações de organização da produção, ao longo dos 13 anos de contrato de integração. Para finalizar este capítulo, apresento como se dá a articulação entre o roçado e o dendê, e como a integração tende a especialização da produção camponesa. Irei demonstrar que esse fenômeno ocorre não porque os calendários agrícolas das culturas não se integram, mas sim pela exigência de força de trabalho para a manutenção do monocultivo dendê, dependendo do estágio de desenvolvimento, tende a inviabilizar a produção das culturas alimentares tradicionalmente cultivadas pelos camponeses.

Aquino (2013, p. 269), ao analisar os camponeses integrados do monocultivo do eucalipto no Espírito Santo, destaca o peso simbólico que o contrato tem para o campesinato, já que este representa a própria empresa integradora e muitas vezes se configura em um instrumento de coerção e dominação, haja vista a grande importância e o temor que este sujeito tem do que chama de “papel”.

O contrato chega às comunidades Arauaí e Soledade no início dos anos 2000, após uma insólita visita do Governador do Estado do Pará em uma comitiva à Malásia. Esta incentivada pelo governo federal, para conhecer os projetos oficiais de produção de dendê, que compõem o programa de agricultura familiar oficial daquele país, estimulou no mesmo ano o Governo do Estado do Pará, a aliar-se à Agropalma para um projeto piloto de

integração. Nesta oportunidade, foi criado um *Comitê Interinstitucional* composto pelas Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) e Secretaria do Meio Ambiente do Pará; Prefeitura Municipal de Moju, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Banco da Amazônia (BASA), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), e a Agropalma. A união dessas organizações vislumbrou criar um modelo de contrato, que foi chamado de contrato de parceria, para integração do campesinato ao monocultivo de dendê na Amazônia, e traçar as agroestratégias necessárias para viabilizar a implementação deste contrato de integração com o campesinato, ou seja, a identificação dos arranjos fundiários, orçamentários, de infraestrutura e empresariais, que mais adiante originou o Programa de Agricultura Familiar da Agropalma (VIEIRA; MAGALHÃES, 2013).

O BASA foi o agente financeiro responsável pelo financiamento dos Projetos de Integração do campesinato com a empresa Agropalma, que se responsabilizou em formatar uma linha de crédito específica para atender as necessidades de investimentos e custos com a mão de obra na fase inicial da integração (BASA, 2012, p.1). Sendo assim cada família camponesa recebeu a ordem de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) aproximadamente, com carência de 5 anos para o início da quitação do empréstimo e prazo total de 12 anos (BASA, 2012, p.2). Como veremos mais a frente essa é uma das dívidas contraídas pelos camponeses para a integração ao monocultivo de dendê da Agropalma.

As Associações de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí e Soledade foram criadas para atender ao Projeto de Integração, sendo ela responsável pela distribuição dos lotes de monocultivo aos camponeses e pelo gerenciamento do plantio e condução do monocultivo integrado, acompanhando as atividades de fiscalização junto com a empresa a Associação se caracteriza como o principal interlocutor do campesinato integrado com a empresa Agropalma. Seus dirigentes possuem um status diferencial na comunidade e se caracterizam em geral por ter uma boa relação com a empresa, esses dirigentes que se mantêm no poder direto ou indireto da Associação desde o início da integração possuem regalias com a empresa, que compra deles outros produtos que não dendê além de favorecer com o empréstimo de máquinas para o preparo do solo das unidades de produção, entre outras formas de benefícios, são esses dirigentes que divulgam positivamente a integração junto à Agropalma em eventos, entrevistas, reportagens, salvo na gestão no ano de 2010 em que uma chapa da oposição esteve à frente da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí, sendo um período de bastante conflito entre a empresa e a Associação.

As agroestratégias criadas por este comitê formado pelas esferas governamentais, municipal, estadual e federal, organizações sociais e o Grupo Agropalma pretendiam o envolvimento de 500 camponeses em seu início e previam arranjos que estabeleceram:

1) os órgãos de regularização fundiária e licenciamento ambiental iriam destinar 10 a 12 hectares por família para o plantio de dendê, que deveriam também plantar espécies tradicionalmente cultivadas; 2) O banco federal, BASA, disponibilizaria o financiamento de uma ordem de 22.000 reais/produtor a serem pagos durante os três primeiros anos de produção, sob uma taxa de juros de 4% ao ano e com um período de carência de até 7 anos; 3) O governo municipal contribuiria na mobilização dos agricultores e divulgação do Programa de Parceria, e com a instalação de infraestrutura como estradas, escolas, posto de saúde, energia via o Programa Luz para Todos, apoio à demarcação de terras, bem como a área a ser averbada como reserva legal e a disponibilização da assistência técnica por meio da Emater; 4) A Agropalma disponibilizaria os equipamentos técnicos necessários como mudas, assistência técnica complementar, treinamentos aos agricultores, mas principalmente a compra da produção pelos 25 anos de vigência do contrato; 5) Os agricultores deveriam estar organizados em Associações, que seriam responsáveis pela gestão dos plantios, os agricultores assumiriam os tratos culturais e o transporte á empresa, além de assegurar a exclusividade de venda da produção á Agropalma SA; 6) a Fetagri que contribuiria na divulgação do programa de integração, apoio via o Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do municípios de Moju, bem como com o acompanhamento do desenvolvimento da integração do campesinato ao monocultivo de dendê (VIEIRA; MAGALHÃES, 2013, p. 10).

O contrato de integração do campesinato ao monocultivo de dendê - *Contrato de Exclusividade de Fornecimento de Frutos de Dendê e outras avencas*, decorrente da implementação e operacionalização do “Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Dendê”, foi celebrado ente o grupo Agropalma e a Associação de Desenvolvimento Comunitário do ramal Arauaí, no dia 27 de fevereiro de 2002 com a integração de 50 famílias camponesas no ano de 2002, sob coordenação do Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Especial de Estado de Produção e participação da prefeitura do município de Moju e do Banco da Amazônia.

A celebração e reconhecimento em nível nacional deste contrato de integração, que até então era a única experiência de integração de camponeses ao monocultivo dendê, ocorreu oficialmente no ano de 2004, com a visita do presidente da república da época, Luiz Inácio Lula da Silva, á comunidade Arauaí onde o mesmo plantou uma palmeira de dendê ao lado da escola de ensino fundamental inaugurada no mesmo dia de sua visita, conforme citado.

Na pesquisa realizada revela-se que 56% dos camponeses não compreendem os acordos estabelecidos no contrato. Isso pode ser atribuído: 1) ao fato do contrato ter sido desenvolvido pelo setor jurídico da empresa sem a participação dos camponeses. Segundo eles o contrato foi apresentado para assinatura e quase não opinaram sobre ele, não por impedimento direto da empresa, mas pelo desconhecimento da cultura do dendê, do processo

produtivo do monocultivo, e, por conseguinte da complexidade de relações sociais e econômicas envolvidas no projeto. No ano de 2009 houve uma renegociação do contrato, mas os ajustes regulamentaram operações que vinham sendo implementadas pela empresa para garantia do contrato, e beneficiaram principalmente a empresa; 2) ao fato do contrato não estar disponível aos camponeses, poucos leram o contrato que fica em posse das associações e da empresa. Pode ser consultado ou mesmo copiado, pelos camponeses integrados, mas isso depende da família camponesa pedi-lo ao presidente da Associação. Com tudo, o “Contrato de Exclusividade de Fornecimento de Frutos de Dendê e Outras Avencas” é como toda leitura jurídica, formal e de difícil entendimento. Esses fatos tornam ainda mais difícil uma relação comercial justa entre a empresa e os camponeses integrados.

Desvelaremos a seguir as condicionantes previstas no contrato para a integração dos camponeses ao monocultivo de dendê da Agropalma e o termo de aditivo contratual assinado em 2009 que formalizou outras condições contratuais. É importante esclarecer que esse contrato representa o Projeto I celebrado em 2002, e que outros dois contratos iguais foram celebrados nos anos de 2004 e 2005. Os Projetos I e III foram assinados pela Associação da Comunidade Arauaí e o Projeto II pela Associação da Comunidade Soledade.

A vigência do contrato é determinada pela vida útil do plantio. Pode-se supor que é de pelo menos 25 anos, aproximadamente o ciclo de produção do monocultivo de dendê, se esse não sofrer com problemas fitossanitários que possam levar à falência do monocultivo.

O contrato é dividido em sete cláusulas, sendo elas: 1) o objetivo do contrato; 2) as obrigações, que se subdividem em 2.1 da empresa compradora de cachos de frutos frescos, a Agropalma e 2.2 das vendedoras, as Associações Camponesas (Arauaí e Soledade) fornecedoras de cachos de frutos frescos de dendê; 3) valores; 4) prazos; 5) o controle de entrega; 6) disposições gerais; e 7) do Foro do contrato.

Trataremos as cláusulas previstas no contrato de maneira simplificada, em uma nova linguagem, para que possa ser entendido por todos os interessados no tema, mas principalmente pelos camponeses integrados ou aqueles que um dia possam se interessar em aderir a uma relação de integração com uma empresa de monocultivo. Discutiremos cada cláusula ou item revelando os desdobramentos desses acordos na vida social e econômica dos camponeses.

A primeira cláusula é a que discorre sobre os objetivos do contrato, que considera as Associações camponesas como vendedoras e produtoras de cacho de fruto fresco de dendê e tem como objetivo central firmar o fornecimento exclusivo para a empresa Agropalma de toda

a produção, estabelece o padrão de qualidade, dizendo que a produção deverá estar em estado adequado (maduro) para o processamento nas indústrias.

Estão na exclusividade de venda e no estabelecimento do estado adequado da produção, os elementos que irão se desdobrar em uma série de mudanças no trabalho, nas práticas e na vida dos camponeses integrados.

A exclusividade de venda durante o período de produção do monocultivo de dendê, quer dizer que esse camponês terá uma relação produtiva e comercial exclusiva com a empresa pelo período de vigência do contrato. Essa exclusividade que impede o produtor em escolher um melhor comprador para sua produção, barganhar preço e entrar ativamente no mercado de produção de dendê, tirando sua liberdade comercial.

Deve-se analisar a natureza do contrato que é de garantir a exclusividade de fornecimento da produção de dendê camponesa á empresa, e não a compra garantida da produção camponesa pela empresa, que estabelece condições para a compra, não assegurando a compra da produção. O estado adequado da produção prevê um padrão de qualidade que, por sua vez, exige um protocolo de práticas para a produção adequada do monocultivo. É esse protocolo que descreve as práticas culturais do monocultivo do dendê e o período que elas deverão ser implementadas, os instrumentos de trabalho e os insumos químicos que serão utilizados na produção camponesa, as ferramentas de trabalho como sacho, espeto, esmeril; adubo químico; agrotóxico representado pelo herbicida Glifosato 480; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como luvas, botas, óculos, vestimenta de trabalho. Iremos no decorrer do trabalho apresentar de maneira detalhada esse protocolo de produção e como os camponeses se apropriaram dele à sua maneira.

Em parágrafo único o contrato também estabelece o local da produção do monocultivo dos associados. No caso deste contrato em análise, são os primeiros 500 ha titulados pelo Iterpa, no município de Moju em nome da Associação Camponesa do Ramal Arauaí no ano de 2002. Neste parágrafo, pode-se identificar o arranjo fundiário estabelecido pelo Governo do Estado, por meio do ITERPA, e a empresa Agropalma. Conforme visto, dos camponeses que ocupavam a terra previamente à Agropalma, somente aqueles que aderiram à produção integrada de dendê permaneceram no local, com a ocupação regularizada sob forma coletiva, os demais foram compulsoriamente deslocados para outra área aos arredores do projeto, que foi regularizada individualmente com tamanho inferior ao lote anterior.

A cláusula segunda fala sobre as obrigações da compradora (da empresa), e da vendedora (a associação proprietária da terra). Discutiremos primeiro as obrigações da empresa, seguindo a ordem estabelecida no contrato:

1. A empresa deve adquirir apenas a produção de dendê dos camponeses integrados, que se encontre no padrão adequado para a industrialização;

2. A empresa, de acordo com sua disponibilidade técnica, operacional e administrativa deve prestar assistência técnica, ou seja, dar suporte técnico á implementação e manutenção do monocultivo de dendê. Ela deve fornecer, quando devidamente solicitado pelos camponeses, os instrumentos e insumos químicos necessários á produção de dendê tais como foice, sacho, machado, agrotóxico, fertilizantes, equipamentos de proteção individual como luvas, bota, roupa, etc.

Esses produtos que são "fornecidos" pela empresa não são contemplados pelo financiamento feito pelo Banco da Amazônia e não estão previstos nos investimentos da empresa para o processo de implementação do monocultivo de dendê. Sendo assim, é responsabilidade do camponês pagar por esses materiais fundamentais á implementação do protocolo de produção do dendê. A empresa "fornece" e custeia esses produtos, no âmbito de sua estratégia de gerenciamento da produção camponesa, e os valores desses materiais fornecidos são integralmente descontados a preços praticados no mercado, na entrega de frutos. Essa transação é chamada pela empresa em documentos oficiais como compra de industrialização do produtor.

Essa "industrialização do produtor" é parte substancial do custo de produção do monocultivo dendê, que como vimos é assumido pelo campesinato, o que iremos detalhar quando apresentarmos os custos de implementação do protocolo de dendê e os impactos desses custos na renda dos camponeses e evidenciando o risco do endividamento do campesinato.

3. A empresa deve pagar preço justo pela produção que permita, no mínimo, que o camponês pague o financiamento do custeio e remuneração líquida para a família camponesa. O contrato não atenta para o valor da remuneração justa á família camponesa pelo trabalho no monocultivo dendê, mas estabelece que o valor do fruto será calculado pela base percentual de 10% (dez por cento) do valor do óleo de dendê no mercado nacional.

O valor do óleo de dendê no Brasil é regido pelo valor do óleo de dendê no porto de Roterdã na Holanda, valor esse que oscila de acordo com o mercado internacional da commodity, deixando os camponeses, em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, a seguir iremos demonstrar a fórmula para o cálculo do valor do cacho de fruto de dendê pago pela Agropalma ao campesinato integrado:

Figura 10: Fórmula do Cálculo do Cacho de Fruto Fresco do dendê para o camponês integrado.

$$\text{Valor do Cacho Fruto Fresco de Dendê para o camponês integrado} = \frac{\left[\text{Valor da tonelada de óleo de dendê em Roterdã no dia} \times \text{O valor do dólar em real no dia} \right] \times 10}{100}$$

4. A empresa assume em contrato o gerenciamento do pagamento do financiamento feito pelo Banco da Amazônia. Isso porque a empresa retém, dos pagamentos mensais da produção de dendê do campesinato, o valor referente a amortização do financiamento com o banco, ou seja o valor referente ao pagamento da parcela do financiamento para a quitação da dívida do camponês para com o banco.

Sendo assim existem duas maneiras do camponês não conseguir quitar sua dívida: a) se ele não se adaptar ao protocolo de produção do monocultivo e não conseguir produzir cacho de dendê suficiente para gerar o valor devido; b) se o preço do óleo cair no mercado internacional e o valor do cacho de fruto não for capaz de suprir os custos do financiamento. Esse segundo fator não é estabelecido em contrato, ficando a critério da empresa decidir como proceder em uma situação de crise como a exposta, o que mais uma vez mostra a vulnerabilidade financeira posta ao campesinato integrado.

5. A empresa deve treinar os camponeses nas práticas de manutenção do monocultivo de dendê como o coroamento, poda, limpeza, adubação, rebaixo e o afastamento.

6. Das obrigações dos camponeses integrados representados pela Associação Comunitária:

6.1 Efetuar a limpeza e a conservação dos plantios de dendê, devendo estar em boas condições de colheita e de escoamento da produção, ou melhor, os camponeses devem implementar as técnicas de manutenção previstas no protocolo de produção;

6.2 Efetuar a colheita dos cachos de frutos frescos, de acordo com o padrão previsto na cláusula 1 e fazer o transporte da produção à indústria de extração do óleo da Agropalma. Esse custo de transporte é mais um dos custos previstos para a implementação do contrato que é pago pelo camponês;

6.3 O camponês deve informar à empresa qualquer alteração que notar no monocultivo ou que possa prejudicar o monocultivo e a produção, seja de caráter: a) ambiental, por exemplo, o esgotamento do solo; b) de caráter fitossanitário a

incidência de espécies indesejadas ou aparecimento de doenças na palmeira, c) operacional que diz respeito ao conhecimento das práticas previstas no protocolo e à disponibilidade da força de trabalho necessária. Por exemplo quando há doença e/ou morte de ente importante da família no trabalho do dendê e esta não dará conta da realização de tratos culturais imprescindíveis á produção adequada do dendezal. Essa condicionante mostra o caráter gerencial e fiscalizador da empresa quanto aos monocultivos de dendê dos camponeses, salientando sua dominação na produção integrada dendê e a subordinação dos camponeses.

6.4 A associação dos camponeses deverá informar à empresa quando houver a desistência e/ou inclusão de um novo associado no Projeto de Agricultura Familiar com a Produção de Dendê. Segundo a pesquisa do Instituto Peabiru, a transferência não ocorre com frequência, mas pode ocorrer em casos como: a) na morte do chefe de família, ou de um ente do grupo doméstico importante para a força de trabalho familiar, e a família não consegue manter o protocolo de produção; b) quando a família não se adapta ao protocolo de produção do dendê e abandona a unidade de produção. Sendo assim a associação identifica um camponês (obrigatoriamente) interessado em aderir à integração e assumir o monocultivo, e então a dívida do financiamento é repassada ao novo produtor, por um processo burocrático que envolve a EMATER e o Banco da Amazônia, a primeira envolvida no reconhecimento do novo camponês integrado como produtor familiar, e o segundo na transferência da dívida de um produtor para outro.

Esse processo complexo, muitas vezes, é facilitado pela Agropalma para viabilizar seu encaminhamento. Entre os camponeses, esse processo de transferência gera uma especulação, um mercado informal, em que o camponês que assume o monocultivo abandonado paga um valor, que pode passar de dez mil reais, para a família desistente. Não irei discutir esse desdobramento apesar da sua relevância, pela complexidade do tema que não é objetivo desta dissertação.

A terceira cláusula do contrato discorre sobre valores - valores pagos pela produção, valores retidos para pagamento do financiamento, valores adiantados pela empresa para custeio da produção; e de que forma esses valores serão administrados e desembolsados pela empresa.

O contrato prevê que a empresa pagará pela tonelada de fruto de dendê entregue em sua indústria, sendo o valor equivalente ao mercado na época da entrega, obedecendo a

fórmula apresentada e respeitando o que diz no item 4 (inciso IV do contrato) da cláusula segunda supracitada. Firma que o pagamento do valor da produção ocorrerá uma vez por mês, no quinto dia útil de cada mês subsequente à entrega. O pagamento pela produção é feito pela empresa para cada camponês integrado em conta bancária.

Do valor a ser pago pela produção de dendê serão retidos pela empresa:

- a) 2,3% para recolhimento de INSS devido pelo camponês, sendo essa porcentagem atualizada de acordo com a atualização da tributação;
- b) Retenção do valor mensal de amortização do financiamento com o banco, pela empresa, como já mencionado anteriormente (cláusula segunda e inciso IV do contrato);
- c) Retenção do pagamento do custeio, fornecimento de materiais necessários (implementos, instrumentos) para a implementação e condução do monocultivo de dendê. Pagamento esse muito importante para a análise que faremos adiante, do processo de endividamento desse campesinato integrado.

A empresa prevê no contrato a amortização da dívida do custeio, porém no caso do produtor não produzir o suficiente essa dívida se acumula. A dívida acumulada gera acordos informais, “por fora”, que obscurecem o próprio processo de endividamento, tornando-o invisível aos produtores e aos que não se debruçam com profundidade neste campo da integração. Iremos demonstrar esse processo de endividamento que proporciona o fetiche do dendê para o campesinato amazônico.

A cláusula quarta diz respeito aos prazos e gerenciamento do contrato, sendo este prazo determinado pela vida útil da palmeira (aproximadamente 25 anos). Ele pode ser renunciado por ambas às partes, ou seja, a dissolução do contrato e de suas obrigações, desde que esse aviso ocorra com 60 dias de antecedência e com a seguinte condição, nenhuma das partes pode ter dívida alguma, seja dívida entre camponês e banco; seja dívida entre camponês e a empresa ou entre a empresa e o camponês.

Neste caso vemos que o produtor ficará obrigatoriamente atrelado à empresa até sua quitação do financiamento, sendo assim 7 anos de carência e depois os anos de pagamento do financiamento que pode ser estimado no mínimo 14 anos. Mas se o camponês tiver dívida de custeio acumulado com a empresa, este só poderá rescindir o contrato após sua quitação, gerando uma subordinação por período indeterminado.

O contrato é automaticamente dissolvido quando uma das partes, empresa e/ou camponês não cumpre, qualquer cláusula deste contrato ou, para a empresa, em caso de pedido de falência ou concordata. Dessa forma se a empresa vir à falência ela se exime de

toda e qualquer responsabilidade contratual da integração do monocultivo de dendê junto aos camponeses.

A cláusula 5 apresenta o controle de entrega da produção, firmando que a produção entregue pelo camponês deve ser monitorada e gerar um relatório das movimentações mensais de entrega de frutos, pagamentos e saldo.

A sexta cláusula pretende desvincular a empresa do processo de contratação de mão de obra pelas famílias camponesas. Tira assim a corresponsabilidade da empresa a responder por processos judiciais trabalhistas, vindouros dessa relação. Firma ainda que, caso a empresa venha a ser obrigada a suportar qualquer despesa dessa origem, os camponeses deverão obrigatoriamente ressarcir a empresa imediatamente.

Em contrapartida o camponês não poderá fazer qualquer ação de cobrança ou emissão de duplicatas para quitação de dívida da empresa com o camponês. E não permite que o camponês coloque o monocultivo de dendê como forma de garantia de pagamento de qualquer dívida. A infração de qualquer uma das cláusulas implica a rescisão imediata do contrato.

Ainda nesta cláusula os interessados, empresa e camponeses, atestam não ter vínculos de parentesco até o 3º grau entre si.

No ano de 2009 a empresa solicitou modificações no contrato, para regulamentar situações que colocavam em risco a viabilidade da produção, todas referentes ao aumento do controle sobre a produção camponesa e/ou à diminuição dos riscos da produção camponesa para a empresa e para o banco financiador, podendo ser classificadas em: a) custo dos insumos de produção superior à receita/descumprimento do protocolo de produção; b) preço de compra do cacho de dendê; c) garantia de pagamento do financiamento

a) Custo dos insumos de produção superior à receita/descumprimento do protocolo de produção

Neste ano, começava a nova fase do ciclo produtivo do dendê e trouxe à tona a dificuldade dos camponeses pagarem os insumos necessários à implementação dos tratos culturais previstos no protocolo de produção, gerando grande insatisfação por parte da empresa, abandono de projetos por parte dos camponeses, além da insatisfação desses quanto à renda proveniente do monocultivo principalmente na entressafra quando a produção cai consideravelmente. De fato, desde 2009, para estimular os camponeses a manter-se na relação de integração, bem como garantir a condução do monocultivo nos padrões da empresa, esta vinha fazendo um esquema de bonificação pela produção que atingia os padrões de qualidade desejados.

b) Preço de compra do cacho de dendê

Não há um valor estipulado para o óleo de dendê no mercado nacional, como previa o contrato celebrado em 2002, sendo assim os cálculos pela produção de dendê eram feitos sempre de acordo com o mercado internacional, sob o valor do óleo de dendê no Porto de Roterdã na Holanda.

A primeira cláusula deste instrumento regulador prevê a mudança da redação do item IV da segunda cláusula do contrato no que diz respeito ao valor a ser pago pela tonelada de cacho de fruto de dendê. O valor da tonelada de fruto passa a ter como base um percentual de 12 a 15% do valor do óleo de dendê, dependendo da variação do valor de cotação do mercado internacional. Esse aumento no percentual ocorreu por pressão dos camponeses que não estavam satisfeitos com o preço pago pela tonelada, que no período de entressafra, colocava a estabilidade econômica da família camponesa em risco.

Esse novo termo aumenta o valor de compra do fruto, mas deixa a critério do mercado internacional e da empresa qual será o percentual do valor do óleo a ser pago ao camponês. Pode-se supor que quanto maior o valor do óleo no mercado internacional, maior o percentual a ser pago pelo fruto de dendê ao camponês, regendo assim a lei de mercado. Ou que quanto menor o valor do óleo no mercado internacional, maior o percentual a ser pago pelo fruto de dendê ao camponês, para evitar risco de não pagamento do financiamento e/ou do da dívida de custeio contraída com a empresa. A nova fórmula do cálculo do valor do fruto de dendê é:

Figura 11 Fórmula do Cálculo do Valor do Cacho de Fruto Fresco de Dendê pago ao camponês integrado, 2009.

$$\text{Valor do Cacho Fruto Fresco de Dendê para o camponês integrado} = \frac{\left[\begin{array}{l} \text{Valor da tonelada} \\ \text{de óleo de dendê} \\ \text{em Roterdã no dia} \end{array} \times \begin{array}{l} \text{O valor do dólar} \\ \text{em real no dia} \end{array} \right]}{100} \times 12 \text{ a } 15\%$$

A segunda cláusula do termo introduz a bonificação do valor da produção com o acréscimo de até 8% e a punição com o desconto de até 8% no valor da tonelada do fruto, de acordo com condicionantes de qualidade que o termo passa também a especificar. Estabelece ainda que será realizada uma fiscalização periódica pela empresa do controle de qualidade.

As condicionantes previstas para a bonificação da produção são as seguintes: a) duas colheitas no mês; comprovação mensal do cumprimento do protocolo de produção referentes a poda, rebaixo e adubação.

Os critérios de avaliação do padrão de qualidade e ajustes correspondentes são:

- Cachos verdes: são os cachos de coloração escura, cor de polpa amarelo pálido e que não desprendem os frutos. A análise deste caso empregará no desconto ou acréscimo em até 1% sobre o valor pago pela tonelada de fruto.
- Cachos inchados: cachos com coloração avermelhada, cor de polpa amarelo e não desprendem os frutos. Desconto ou acréscimo de até 3% sobre o valor pago pela tonelada de fruto;
- Cachos de talo comprido: cachos cujo pedúnculo (parte da planta que segura o cacho na palmeira) não foi cortado rente ao mesmo. Pode haver um acréscimo ou decréscimo em até 3% sobre o valor a ser pago pela tonelada de fruto.
- Cachos passados: cachos maduros e com desprendimento de frutos superior a 50%. A análise deste caso empregará no desconto ou acréscimo em até 1% sobre o valor pago pela tonelada de fruto.

Sendo assim podemos traçar que o cacho de fruto no padrão ideal de venda é aquele que: a) não está verde, acréscimo de 1%, b) fruto inchado com coloração avermelhada e cor de polpa alaranjado que não desprendem frutos, acréscimo de 3%; c) apresenta talo pequeno, cortado rente, acréscimo de 3%, d) não está passado e com desprendimento de frutos em até 50% acréscimo de 1%. O camponês que atinge esse padrão de produção terá o acréscimo máximo de 8%, sendo a punição escalonada dentro do mesmo padrão apresentado.

Esse padrão de qualidade gera uma diferenciação no campesinato integrado, qualificando esses camponeses em bons produtores de dendê (os que atingem o nível máximo de qualidade), os medianos, e maus produtores. Essa diferenciação dos camponeses é utilizada pela empresa em reuniões, provocando um ambiente de disputa, mas mais que isso de constrangimento àqueles camponeses que possuem dificuldades de implementação do protocolo ou mesmo não o seguem à risca por livre escolha.

Na cláusula terceira do aditivo contratual a empresa prevê alterações na sexta cláusula do contrato, sendo ainda mais rígida quanto à implementação do protocolo de produção de dendê quando prevê que o descumprimento de técnicas necessárias para o desenvolvimento do monocultivo de dendê ou descumprimento deste termo aditivo poderá resultar na substituição do camponês responsável pelo lote. E para que essa solicitação de transferência ocorra condiciona: a) se o camponês não faz a colheita dos frutos de dendê por mais de 60 dias; b) se ocorrer atraso por mais de 12 meses nas práticas de rebaixo e adubação; e c) e se a adubação não for realizada em um prazo maior que 30 dias após a entrega do fertilizante na plantação do camponês.

Neste caso de substituição forçada a empresa se compromete em assumir a condução do monocultivo até que seja indicado uma nova família camponesa para assumir o monocultivo e esta terá um prazo de 45 dias para assumir todas as responsabilidades do contrato de integração. Nesta mesma cláusula a empresa se responsabiliza pela condução do monocultivo de dendê nos casos de morte de um camponês integrado até que a decisão judicial seja julgada. Esta cláusula causa grande preocupação aos camponeses, pois envolve a terra que é o principal meio de reprodução, essa terra que tradicionalmente é mantida em posse da família camponesa pelo esquema de sucessão e herança, e que neste caso sai do controle da família para um controle jurídico empresarial.

O aditivo regulamenta ainda o perfil dos camponeses que podem ser selecionados para a substituição dos lotes considerados abandonados: a) os camponeses deverão ser residentes e domiciliados na área de abrangência do “Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Dendê” e deverá comprovar sua experiência com agricultura, descritos no termo como cultivos diversificados e perenes, b) deverão comprovar a utilização de mão de obra familiar; c) ser aprovado pela associação e pela empresa Agropalma.

c) Garantia de pagamento do financiamento

Para a garantia do Banco BASA como agente financiador do monocultivo de dendê integrado, a empresa Agropalma assume o gerenciamento da dívida do financiamento bancário: a) a empresa estabelece que vai garantir um preço de compra da produção de dendê que seja capaz de quitar a dívida com o banco, além de ter um salário líquido justo para a família; b) a empresa garante o pagamento da dívida do camponês, já que ela prevê em contrato a retenção de um valor mensal da produção do camponês para amortização do financiamento bancário.

O Estado por sua vez garantiu: a) a anistia das dívidas tributárias da empresa para com o município; b) a “regularização fundiária” da área do monocultivo integrado- esta foi cumprida em parte já que somente um projeto recebeu o título definitivo até os dias atuais e a área de reserva legal do monocultivo de dendê integrado permanece desconhecida e não averbada pelo órgão competente; c) implementou obras de infraestrutura como a estrada de escoamento da Comunidade Soledade até a Comunidade Arauaí, e implementou o projeto Luz Para Todos, d) reformou as escolas da Comunidade Arauaí e Soledade e o posto de saúde na Comunidade Soledade.

Os camponeses integrados não tiveram participação ativa nem na elaboração do contrato nem do aditivo. Não há medidas de precaução e proteção contra os riscos da produção e da gestão da força de trabalho. O respaldo jurídico empresarial permite que um

jogo de forças desigual se estabeleça nas entrelinhas do contrato, apresentando uma flexibilidade contratual para a empresa nos casos de “crise do dendê”, queda do valor do óleo no mercado internacional, e infestação fitossanitária (doença ou praga da lavoura) que comprometa o monocultivo, assegurando juridicamente seus interesses.

“Nós discutimos o contrato uma vez só, há 12 anos atrás, tem que ser tudo na confiança. O agricultor não pode nem ver a pesagem do coco, não sabe o cálculo do dendê” (Entrevista realizada em setembro de 2014).

Nesse jogo de forças as obrigações dos camponeses aparecem com maior rigidez e os camponeses desconhecem, neste momento inicial, os riscos sociais, ambientais e econômicos do monocultivo. Interesses importantes para o campesinato não são levados em consideração, como a manutenção das lavouras tradicionais de cultivos alimentares, tendendo a uma especialização do campesinato no monocultivo do dendê.

6.1.A INTEGRAÇÃO: SISTEMA DE ENDIVIDAMENTO DO CAMPESINATO

Os ambientes de monocultivo podem ser um lugar brutal para se viver e trabalhar, pelo que diz a autora Smalley (2013, p.30), segundo ela as condições de bem-estar variam entre as plantações de acordo com os seguintes fatores:

1. As características da cultura, que afetam, por exemplo, a intensidade do trabalho e a possibilidade de trabalho no cultivo das culturas alimentares tradicionais durante o período;
 2. O preço das commodities no mercado internacional, uma vez que cai o preço no mercado internacional aumenta o valor do preço mínimo do mercado local;
 3. A escassez de trabalho no campo e a concorrência por trabalho;
 4. A disponibilidade de trabalho com melhores condições de salário da empresa rival.
- (SMALLEY, 2013, p.31)

A autora aborda que na integração uma empresa integradora pode se beneficiar com a auto exploração do camponês integrado, em que, o camponês trabalha na sua produção do monocultivo e sua renda é inferior ao salário do trabalhador assalariado do monocultivo da empresa, sendo uma das vantagens coma a integração para o setor empresarial, que além das terras camponesas disponibilizadas para o monocultivo, também se disponibilizam da mão de obra barata dos camponeses (SMALLEY, 2013, p.31.).

Segundo a autora é a ilusão do bom salário que incentiva a integração camponesa, porém o rendimento financeiro da integração é fortemente determinado pelos preços e pelas deduções no sistema de pagamento (SMALLEY, 2013, p. 32). Essas deduções estão relacionadas aos pagamentos do financiamento e aos custeios realizados pelas empresas para pagamento dos custos da produção destacando os fertilizantes químicos, os agrotóxicos e os

custos com o transporte da produção. O comprometimento da renda camponesa com esses custos de produção pode levar ao endividamento com a empresa integradora gerando uma relação de dependência e subordinação, a autora conta o caso da Indonésia que trabalhadores pagam com trabalho no monocultivo empresarial de dendê (SMALLEY, 2013, p. 33).

Nesta sessão pretendo discutir como se estabelece o endividamento na integração ao monocultivo de dendê, apresentando, valores monetários, e discutirei sobre as ilusões e verdades do dendê.

Dados do diagnóstico realizado pelo Instituto Peabiru revelaram que os camponeses tiveram em média uma renda familiar bruta, no ano de 2012, de R\$1.324,00/mês, o que representa R\$220,00/mês de renda *percapita* média. Esse dado, generalizado, não é capaz de revelar a complexidade que envolve a renda líquida do dendê para o camponês integrado, nem os custos de produção e nem se esses são pagos integralmente pelo camponês.

Para chegar a esse detalhamento de informação, irei analisar a documentação entregue pela Agropalma à uma família camponesa nos anos de 2011 e 2012, essa documentação que deveria possibilitar ao camponês integrado fazer o monitoramento da relação comercial com a empresa, ou seja, a produção de dendê vendida, valores recebidos e custos de manutenção do monocultivo.

Essa documentação composta de quatro listas complexas entregues aos camponeses integrados no início de cada ano para que eles possam verificar as transações realizadas no ano anterior, sendo essas: 1) Remessas: a relação da produção em tonelada, por colheita de cacho de fruto fresco (CFF) durante o ano; o valor do cacho de fruto fresco por tonelada ao longo do ano; o valor bruto da produção do camponês; o INSS cobrado pela produção; o total devido pela empresa ao produtor pela venda de cacho de frutos frescos (sem os descontos); 2) Material Fornecido: a lista de materiais para a manutenção do protocolo vendido pela empresa ao longo do ano, sendo esses materiais ferramentas de trabalho como sacho, espeto, esmeril; adubo químico; agrotóxico representado pelo herbicida Glifosato 480; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como luvas, botas, óculos, vestimenta de trabalho; 3) Pagamento: lista do desembolso realizado pela empresa ao camponês integrado e 4) Outras Transações: a lista que revela o custo do camponês com o transporte da produção da sua quadra ou lote do monocultivo de dendê à balança da empresa; o valor cobrado pela empresa referente ao transporte dos insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes) químicos ao longo do ano; o pagamento da associação ao longo do ano.

Sendo assim analisei elementos como: 1) a produção anual de dendê em toneladas; 2) o valor produzido em reais por ano pela venda de cachos de frutos frescos de dendê; 3) o

valor dos gastos com a manutenção do monocultivo ao longo do ano (insumos, frete, associação, impostos, etc.); 4) o valor destinado ao pagamento do financiamento de implantação do monocultivo; 5) o valor (renda) que o monocultivo de dendê proporciona à economia familiar camponesa. Possibilitando esclarecer como se dá processo de endividamento do campesinato integrado, demonstrando como ocorre a acumulação da dívida de uma família camponesa ao longo dos anos com a empresa e seus desdobramentos contratuais.

As tabelas, 01 e 02 a seguir, foram elaboradas a partir de um esforço de sistematização e análises estatísticas dessa documentação. E permitiram avaliar o comportamento em valores do contrato na vida econômica dessa família, bem como a importância dos acordos extracontratuais para o fetiche da renda e garantia do trabalho camponês no monocultivo de dendê.

Tabela 01 Implantação do Contrato de Integração de Dendê da Agropalma.

Ano	1. Produção (ton/ano)	2. M Valor CFF (R\$/ton)	3. Valor bruto produzido (R\$)	4. Custos de Manutenção do Protocolo de Produção do Dendê								5. Total Custos para manutenção do Protocolo	6. Valor Financiamento/banco (R\$)	7. Valor para manutenção do Contrato (R\$)	8. Valor a ser recebido pelo AF/Ano (R\$)	9. M Valor real a ser recebido pelo AF/Mês (R\$)
				INSS (R\$)	EPI (R\$)	Fert. Químico (R\$)	Agrotóxico (R\$)	Ferramentas de trabalho (R\$)	Associação (R\$)	Frete escoamento produção (R\$)	Frete Insumo (R\$)					
2011	68,18	250,75	14.262,14	334,00	17,00	3.621,16	94,07	56,44	325,00	1.468,42	113,8	6029,93	3.482,04	9.511,97	4.750,18	395,85
2012	95,83	269,87	26.179,45	602,00	331,14	8.690,84	0,00	0,00	360,00	1.736,16	46,02	11.766,16	6.394,36	18.160,52	8.018,93	668,24
Total	164,01	260,31	40.441,59	936,00	348,14	12.312,00	94,07	56,44	685,00	3.204,58	159,9	17796,09	9.876,40	27.672,49	12.769,10	532,05

(Fonte: dados da pesquisa)

- 1) A produção do camponês em tonelada por ano;
- 2) A média do valor pago por tonelada pela empresa pelo cacho de fruto fresco;
- 3) O valor bruto produzido, sendo esse a produção do camponês em tonelada multiplicado pela média do valor pago pelo cacho de fruto fresco pela empresa;
- 4) Os custos de manutenção do protocolo de produção do dendê, são a soma dos gastos do camponês ao longo do ano com o INSS, Equipamento de Produção Individual, Fertilizantes Químicos, Agrotóxico, Ferramentas de trabalho que são o espeto de carregar o cacho, esmeril, sacho, podão, foice, terçado; o pagamento da Associação e os custos referentes ao frete de escoamento da produção de cacho de fruto fresco do camponês à empresa e do custo do frete de transporte dos insumos químicos para a manutenção do monocultivo da empresa aos lotes de produção dos camponeses;
- 5) O total de custos para manutenção do protocolo é a somatória dos custos citados no item 4;
- 6) O valor financiamento banco é 25% do valor bruto produzido menos o INSS, que representa o valor descontado pelo financiamento do banco/ano;
- 7) O valor para a manutenção do contrato de exclusividade de fornecimento de frutos de dendê em dois anos, sendo esse a soma do total de custos para a manutenção do protocolo com o valor do financiamento do monocultivo com o banco, totalizando R\$27.672,49;
- 8) O valor a ser recebido pelo camponês integrado por ano de produção de cacho de fruto fresco de dendê, é o valor bruto produzido deduzido o valor para manutenção do contrato, totalizando o R\$12.769,10 em dois anos;
- 9) O valor real a ser recebido pelo agricultor familiar por mês, o valor médio mensal que o camponês receberia nesses dois anos pela venda de sua produção de cacho de fruto fresco de dendê pela empresa, R\$532,05/mês.

A tabela 01 mostra que o valor que o camponês recebe pela produção de dendê em dois anos é de doze mil setecentos e sessenta e nove reais e dez centavos (R\$12.769,10), sendo R\$ 4.750,18 no ano de 2011 e R\$ 8.018,93 no ano de 2012, considerando o salário mínimo de 2011 no valor de quinhentos e quarenta e cinco reais (R\$ 545,00) e no ano de 2012 seiscentos e vinte e dois reais (R\$622,00), o produtor recebeu neste em 2011 o equivalente a *oito* salários mínimos e no ano de 2012 o equivalente a *doze* salários mínimos no ano. Sendo assim no período de dois anos o camponês recebeu uma renda inferior a *um* salário mínimo por mês.

Aprofundando a análise percebemos que são os acordos realizados por fora do contrato que aparentemente aumentam a renda anual do camponês, mediante o seu endividamento.

Conforme assinalado, há um acordo entre a empresa e os camponeses integrados, não constante em contrato, que estabelece uma retenção pela empresa de 25% do valor bruto do cacho de fruto fresco de dendê produzido pelo camponês, para pagar a compra dos materiais fornecidos (insumos diversos já citados). Esse acordo significa para os camponeses uma oportunidade de compra desses materiais a um preço mais baixo do que o preço de mercado, e para a empresa o cumprimento do protocolo de produção, pelo gerenciamento do fornecimento dos insumos externos necessários e também, como veremos adiante, pelo endividamento do camponês.

A tabela 02 a seguir chamada de viabilização do contrato revela a renda anual da família camponesa integrada, após o acordo extracontratual, e revela que esse acordo realizado “por fora” é responsável pela viabilização do protocolo e pelo fetiche da renda do dendê.

Tabela 02: Viabilização do contrato de integração de dendê da Agropalma.

Ano	1. Produção /Ano (ton)	2. M Valor CFF (R\$/ton)	3. Valor bruto produzido (R\$)	4. Custos de Manutenção do Protocolo de Produção de Dendê								5. Total Custos para manutenção do Protocolo (R\$)	6. Valor Financiamento/banco (R\$)	7. Valor para manutenção do Contrato (R\$)	(A) 25% de retenção para manutenção do Protocolo	(B) Endividamento (R\$)	(C) Valor recebido pelo AF/Ano (R\$)	(D) M Valor a ser recebido pelo AF/Mês (R\$)*
				INSS (R\$)	EPI (R\$)	Fert. Químico (R\$)	Agrotóxico (R\$)	Ferramentas de trabalho (R\$)	Associação (R\$)	Frete Escoamento Produção (R\$)	Frete Insumos (R\$)							
2011	68,18	250,75	14.262,14	334,00	17,00	3.621,16	94,07	56,44	325,00	1.468,42	113,84	6.029,93	3.482,04	9.511,97	3482,035	2.547,90	6.964,07	580,34
2012	95,83	269,87	26.179,45	602,00	331,1	8.690,84	0,00	0,00	360,00	1.736,16	46,02	11.766,16	6.394,36	18.160,52	6394,363	5.371,80	12.788,73	1.065,73
Total	164,01	260,31	40.441,59	936,00	348,14	12.312,00	94,07	56,44	685,00	3.204,58	159,86	17.796,09	9.876,40	27.672,49	9876,398	7.919,70	19.752,80	823,03

(Fonte: dados da pesquisa)

A tabela 02 revela os valores de 1 a 7 apresentados na tabela 01, adicionando:

- A) 25% de manutenção do acordo, que é o valor retido pela empresa por ano para a manutenção do protocolo;
- B) Endividamento, a subtração do total de custos para manutenção do protocolo de produção de dendê (5) do valor dos 25% retidos para a manutenção do protocolo (A), ou melhor a dívida do camponês acumulada na empresa pelo seu processo de industrialização que nos dois anos em estudo, totalizou R\$ 7.919,00;
- C) Valor recebido pelo agricultor familiar por ano, o valor recebido pelo camponês pela venda de sua produção de cacho de fruto fresco, após o desconto do valor do financiamento bancário e dos 25% do valor retido pela empresa para a manutenção do protocolo, totalizando em dois anos o valor de R\$19.752,80;
- D). Média (M) valor a ser recebido pelo agricultor familiar por mês, é a média mensal do valor recebido pelos camponeses integrados pela venda de cachos de dendê nos anos de 2011 e 2012 (R\$ 823,03/mês).

Com o acordo o valor médio mensal recebido pelo camponês integrado pela produção de dendê aumenta 43%, sendo assim no ano de 2011 ele de oito salários mínimos passa a receber *treze salários mínimos* e no ano de 2012, de 12 salários mínimos passa a receber *20 salários mínimos*, aumentando a renda do camponês em treze salários mínimos o que significa mais de um salário mínimo por mês.

O aumento do valor recebido pelo camponês vem de seu processo de endividamento. É esse valor que traz aos camponeses integrados o sentimento de satisfação pela renda da produção do monocultivo de dendê. Uma satisfação ilusória, já que o valor retido não dá conta de pagar os custos de manutenção do protocolo, gerando um processo de endividamento acumulativo. Esta dívida deverá ser paga em algum momento pelas famílias camponesas, conforme prevê o contrato.

Convém recordar que o contrato de integração quando trata das obrigações da empresa diz que esta deverá fornecer quando devidamente requerido e acordado com a vendedora (camponês integrado), os materiais necessários ao atendimento da produção de dendê, como foices, sacho, machado, luvas, insumos e defensivos agrícolas, já que esses materiais não são supridos pela linha de financiamento do Banco da Amazônia. No mesmo artigo o contrato firma que todos os valores gerados pelo fornecimento desses materiais serão integralmente descontados a preços praticados no mercado quando, for realizado o pagamento pelos frutos entregues pelo camponês integrado, o que não ocorre já que é feito o pagamento parcial desses custos, via o acordo extracontratual. Mas é na última cláusula do contrato que a empresa garante que o camponês não poderá sair da integração do dendê sem quitar suas dívidas com a empresa.

Sendo assim, fica claro que qualquer valor adiantado pela empresa será devidamente descontado do camponês integrado, porém não é nada claro quando e de que forma esse valor acumulado será descontado do camponês já que esse não é capaz de quitá-lo nas parcelas subsequentes. Nas entrevistas, camponeses relatam que toda virada de ano ocorre o balanço da dívida com a empresa, quando a empresa desconta os custos de manutenção do protocolo de produção (dívida) com o valor retido pela empresa, para o pagamento da dívida. Os camponeses relatam que a maioria dos produtores integrados não consegue quitar a dívida acumulada no ano, ficando o saldo devedor para o ano seguinte, em que novas dívidas serão realizadas para a manutenção do protocolo do dendê. Assim como ocorre com essa família camponesa, que em dois anos possui uma dívida acumulada de R\$7.719,00 (tabela 02).

Esse mesmo processo de adiantamento de custeio e posterior endividamento também ocorrem na integração do campesinato ao monocultivo do Eucalipto (*Eucalyptus ssp*). Aquino

(2013) que estudou a fundo a integração de camponeses ao monocultivo de Eucalipto da Aracruz Celulose S/A, no estado do Espírito Santo, mostra que os camponeses após estabelecerem um patamar produtivo também não conseguem arcar com os custos de produção e que lhes faltava o chamado “capital de giro”, já que para a cultura do eucalipto o camponês só recebe pela produção no momento do corte, no oitavo ano. Neste caso, a empresa Aracruz adianta recursos que servem para esses custos de produção e também para compra de motos, investimentos com melhorias na casa, como um processo de sedução diz a autora.

No que se refere às dívidas entre agroindústria e produtor integrado ou vice e versa, a autora observou que se tratava de uma situação normal, que caracterizava o compromisso entre as duas partes. Sendo o ciclo sempre mantido por um jogo de sucessivos endividamentos. Portanto, “devendo um ao outro, a empresa e o produtor permanecem ligados, pois a dívida representa a confiança que se tem na manutenção do relacionamento” (PAULILIO, 1990, apud, AQUINO, 2013, p. 65).

Aquino (2013, p.221) revela que no final do ciclo de produção do Eucalipto, após os 8 anos de sua implantação, quando a empresa vai pagar a família camponesa pela sua produção e essa tem esses valores adiantados descontados, muitas percebem ter trabalhado de graça para a empresa, gerando uma onda de insatisfação.

Cabe, ademais, chamar atenção que, diferente do monocultivo de Eucalipto no qual uma pessoa é capaz de dar conta da manutenção do lote de produção, no caso do dendê, precisa-se de pelo menos 3 pessoas em plena atividade de trabalho para dar conta dos trabalhos de manutenção e colheita.

A pesquisa realizada por Backhouse, em 2013, também afirma que:

O cultivo de dez hectares de palma de óleo exige força de trabalho que vai além das possibilidades de uma família e acarreta, por conseguinte, uma nova organização da divisão do trabalho familiar ou a contratação (em regime precário) de trabalhadores rurais (BACKHOUSE, 2013, p.19).

Todavia, o fetiche da renda do dendê não se esgota aí. É na própria dinâmica de organização do trabalho e de gestão da renda dos camponeses que também se ancora a ilusão da “boa” renda.

Um exemplo de como isso ocorre.

Para realização da colheita de dendê que ocorre duas vezes por mês, são necessários 3 trabalhadores, que realizam a atividade de corte e do carregamento dos cachos de dendê. A família camponesa que dispõe apenas de 1 pessoa para o trabalho no monocultivo, precisa contratar duas pessoas.

Essa força de trabalho adicional acontece ou de maneira informal por meio de pagamento de diária (R\$40,00/dia) ou pelo pagamento de um valor por tonelada de dendê

colhido (R\$15,00/ton), e/ou por meio da troca de diária, neste caso sem ônus monetário para o camponês. Geralmente quem trabalha é um parente, o agregado, um vizinho ou moradores da comunidade, essas relações, iremos tratar com mais atenção em capítulo posterior.

Fizemos uma simulação com os dados de 2012 desse camponês integrado que nos forneceu a documentação, e veremos o comportamento de seus gastos com a contratação da força de trabalho de uma pessoa adicional na fase de colheita em seu lote de produção de dendê, representado na tabela 03:

Tabela 2 Simulação dos custos com mão de obra para o camponês integrado.

Ano	Produção (ton/ano)	M Produção (ton/mês)	Pagamento de mão de obra/diária/mês (R\$)	Pagamento de mão de obra/diária/ano (R\$)	Pagamento da mão de obra/ ton de produção/mês (R\$)	Pagamento da mão de obra/ ton de produção/ano (R\$)
2012	95,83	8	160	1.920	120	1.440

Neste caso vemos que se o produtor recebeu R\$12.788,00 no ano de 2012, e contratou um trabalhador para a colheita, ele recebeu na realidade R\$ 10.968,00/ano (R\$905,70/mês) se fez o pagamento em diária; ou R\$ 11.348,00/ano (R\$ 945,70/mês) se fez o pagamento por tonelada. Se contratou 2 trabalhadores recebeu R\$ 8.948,00/ano ou R\$9.908,00/ano. Se contratou três trabalhadores recebeu **R\$ 7.028,00/ano** ou **R\$8.468,00/ano**. Esta é uma simulação singela da realidade, já que são necessários pelo menos três pessoas, para trabalho no monocultivo e que existem períodos do ano que o número de trabalhadores aumenta para o camponês integrado dar conta das atividades de colheita e manutenção do lote, diminuindo ainda mais o valor recebido pela família camponesa por ano.

Nossas análises vão de acordo com os valores apresentados por Homma (2014, p.33) em que a maioria dos camponeses recebem uma renda líquida anual entre dez mil e vinte mil reais, para o caso de um trabalhador, mas os valores produzidos pelo autor não consideram o valor da dívida acumulada com a empresa, nem a quantidade de trabalhadores envolvidos na produção, sejam integrantes da família ou não. Considerando o valor de R\$ 7.919,00 de dívida acumulada com a empresa, se o produtor utilizasse sua renda anual para pagar essa dívida ele receberia por ano pela produção de dendê: 1. No caso de pagar um trabalhador no regime de diária e quitar a dívida R\$ 3.049,00/ano e R\$ 3.429,00/ano se o pagamento for em tonelada; 2. Para pagamento de dois trabalhadores e quitação da dívida R\$ 1.029,00/ ano ou R\$ 1.989,00; 3. Para três trabalhadores e quitação da dívida no regime de diária o camponês não receberia nada pela produção de dendê no ano e ainda ficaria com uma dívida de

R\$891,00 e se fosse pagamento do trabalhador em tonelada ele quitaria a dívida e receberia R\$ 549,00 no ano.

Homma (2014) avalia os efeitos econômicos do monocultivo de dendê para o campesinato integrado da Agropalma, principalmente no que diz respeito à melhoria de qualidade de vida, e considera que a renda do dendê é satisfatória e uma oportunidade para garantir o bem-estar das famílias camponesas, sendo para ele uma relevante estratégia de desenvolvimento para o meio rural amazônico. No entanto, ao mesmo tempo que reconhece a qualidade de vida, pela mecanização do trabalho no monocultivo de dendê (compra de roçadeira acostal, carrinho de mão e financiamentos de tratores), pela aquisição de eletrodomésticos e telefones celulares (financiados), revela a precariedade dos serviços de saúde, saneamento básico, transporte e educação em que vivem os camponeses integrados, condições essas *sine qua non* para a qualidade e reprodução da vida camponesa.

Durante a pesquisa em conversa com camponeses que não aderiram à integração do dendê eles disseram:

“Eu achava que com os projetos a infraestrutura da comunidade ia melhorar, mas continuou tudo igual, o posto de saúde as escolas.” (Camponês não integrado, entrevista realizada em set/2014)

Pelo que foi revelado aqui, a renda não é tão vantajosa como no discurso governamental e empresarial, o que aumenta ainda mais a preocupação com a segurança alimentar das famílias camponesas. A queda da produção regional de gêneros alimentícios vem sendo mascarada pelo lobby do setor de óleo de palma, que contra-argumenta a situação crítica utilizando o discurso da “boa renda do dendê”, prevendo que a renda dos camponeses pode alcançar dois mil reais mensais, em uma visão conservadora do governo e por parte de empresas como a Vale dizem que a renda pode chegar a quatro mil reais (BACKHOUSE, 2013, p.19).

O endividamento do campesinato reforça a subordinação dos agricultores à empresa e ao monocultivo, pelo aprisionamento gerado pela dívida, aumentando ainda mais a pressão da empresa com a fiscalização sobre as atividades de manutenção e colheita.

A partir daí, pode-se fazer a pergunta ao contrário: o que significa esta renda para a empresa contratante? Quanto a empresa deixa de gastar com mão de obra neste processo de integração camponesa? Essa seria uma das vantagens da integração camponesa?

Com esses questionamentos fizemos uma nova simulação para tratar da questão da força de trabalho nas áreas de monocultivo de dendê do campesinato integrado. Foi feita a análise do quanto a empresa gastaria em 12 anos com mão de obra caso a área do monocultivo

do campesinato integrado fosse de propriedade da empresa e os trabalhadores fossem contratados respeitando a legislação trabalhista brasileira (tabela 04).

Tabela 3 Simulação dos custos com a contratação de um funcionário nos 13 anos de projeto pela empresa¹⁹.

Cargo	Quant	Salário Mínimo ¹	Salário Bruto/Mês	Salário bruto/Ano	Encargos													
					Total Encargos/mês	FGTS	INSS	PIS	Prov. - 13	Prov. - 13 - FGTS	Prov. - 13 - INSS	Prov. - 13 - PIS	Prov. - Férias	Prov. - Férias	Prov. - Férias - INSS	Prov. - Férias - PIS	Multa FGTS	
Mão de obra 2002	12	R\$ 200,00	R\$ 302,89	R\$ 3.634,67	102,89	16,00	47,40	2,00	16,67	1,33	3,95	0,17	5,56	0,44	1,32	0,06	8,00	
Mão de obra 2003	12	R\$ 240,00	R\$ 363,47	R\$ 4.361,60	123,47	19,20	56,88	2,40	20,00	1,60	4,74	0,20	6,67	0,53	1,58	0,07	9,60	
Mão de obra 2004	12	R\$ 260,00	R\$ 393,76	R\$ 4.725,07	133,76	20,80	61,62	2,60	21,67	1,73	5,14	0,22	7,22	0,58	1,71	0,07	10,40	
Mão de obra 2005	12	R\$ 300,00	R\$ 454,33	R\$ 5.452,00	154,33	24,00	71,10	3,00	25,00	2,00	5,93	0,25	8,33	0,67	1,98	0,08	12,00	
Mão de obra 2006	12	R\$ 350,00	R\$ 530,06	R\$ 6.360,67	180,06	28,00	82,95	3,50	29,17	2,33	6,91	0,29	9,72	0,78	2,30	0,10	14,00	
Mão de obra 2007	12	R\$ 380,00	R\$ 575,49	R\$ 6.905,87	195,49	30,40	90,06	3,80	31,67	2,53	7,51	0,32	10,56	0,84	2,50	0,11	15,20	
Mão de obra 2008	12	R\$ 415,00	R\$ 628,49	R\$ 7.541,93	213,49	33,20	98,36	4,15	34,58	2,77	8,20	0,35	11,53	0,92	2,73	0,12	16,60	
Mão de obra 2009	12	R\$ 465,00	R\$ 704,22	R\$ 8.450,60	239,22	37,20	110,21	4,65	38,75	3,10	9,18	0,39	12,92	1,03	3,06	0,13	18,60	
Mão de obra 2010	12	R\$ 510,00	R\$ 772,37	R\$ 9.268,40	262,37	40,80	120,87	5,10	42,50	3,40	10,07	0,43	14,17	1,13	3,36	0,14	20,40	
Mão de obra 2011	12	R\$ 545,00	R\$ 825,37	R\$ 9.904,47	280,37	43,60	129,17	5,45	45,42	3,63	10,76	0,45	15,14	1,21	3,59	0,15	21,80	
Mão de Obra 2012	12	R\$ 622,00	R\$ 941,98	R\$ 11.303,81	319,98	49,76	147,41	6,22	51,83	4,15	12,28	0,52	17,28	1,38	4,09	0,17	24,88	
Mão de Obra 2013	12	R\$ 678,00	R\$ 1.026,79	R\$ 12.321,52	348,79	54,24	160,69	6,78	56,50	4,52	13,39	0,57	18,83	1,51	4,46	0,19	27,12	
Mão de Obra 2014	12	R\$ 724,00	R\$ 1.096,46	R\$ 13.157,49	372,46	57,92	171,59	7,24	60,33	4,83	14,30	0,60	20,11	1,61	4,77	0,20	28,96	
Mão de obra 2015	12	R\$ 790,00	R\$ 1.196,41	R\$ 14.356,93	406,41	63,20	187,23	7,90	65,83	5,27	15,60	0,66	21,94	1,76	5,20	0,22	31,60	
Total				117.745,03														

(Fonte: dados da pesquisa)

¹⁹ É considerada a multa do FGTS na simulação, já que esse custo faria parte de uma rescisão contratual, caso o trabalhador fosse demitido do trabalho sem justa causa.

Como podemos ver a empresa gastaria com um trabalhador em 13 anos pelo menos o valor de **R\$117.745,00** (cento e dezessete mil, setecentos e quarenta e cinco reais). Na tabela 05, a seguir, fizemos a simulação do pagamento de 2 camponeses/lote representando a mão de obra disponibilizada pelas famílias camponesas e o pagamento de 3 trabalhadores representando o mínimo de trabalhadores necessários para a realização da colheita e manutenção do monocultivo dendê. Posteriormente o cálculo do quanto esse valor representa em reais para os 150 lotes de monocultivo de dendê, ou melhor, para o número de camponeses hoje integrados ao Projeto de integração da empresa Agropalma S/A.

Tabela 4 Simulação dos custos na contratação de funcionários para os 150 lotes integrados do campesinato.

Nº de Trabalhadores Contratados	Custo de salário em 13 anos/lote (R\$)	Custo em 13 anos /150 lotes (R\$)
1	117.745,03	17.661.754,00
2	235.490,05	35.323.508,00
3	353.235,08	52.985.262,00

Observando a grandeza dos números percebemos que a integração dos camponeses ao monocultivo de dendê é vantajosa para a empresa em diferentes aspectos: 1. na disponibilização de terras agricultáveis ao monocultivo de dendê; 2. Nos custos de implementação e manutenção do protocolo de produção do monocultivo de dendê, já que esses custos são assumidos pelos camponeses integrados; 3. Na disponibilização de mão de obra barata, já que a empresa deixou de gastar nesses treze anos de contrato pelo menos o valor de **R\$ 52.985.262,00** (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e dois reais).

Não obstante a evidência dos números, os camponeses apontaram a dendeicultura como a única alternativa de financiamento e apoio ao desenvolvimento do campo, e que ela era e continua sendo a única forma de melhorar a qualidade de vida de suas famílias e de se manter e reproduzir no campo amazônico.

Autores tecem críticas a esse processo:

Essa compreende talvez nossa maior crítica, à forma como o dendê é imposto, como sendo a única alternativa de desenvolvimento aos municípios do estado, como única saída ao atraso, às más condições de infraestrutura vividos nesses lugares. Diante disso, acreditamos que seja possível articular uma alternativa a dendeicultura para comunidades tradicionais, utilizando suas potencialidades como principal fonte de subsistência (NAHUM, 2014, p.38).

Nesta direção, estratégias de bases agroecológica deveriam ser fortalecidas com o apoio do campesinato, já que essas são capazes de potencializar as pequenas áreas produtivas com uma produção diversificada e de espécies locais, que servem para alimentação da unidade familiar e com valor no mercado local. Essas alternativas que já existem até mesmo no sistema de financiamento do Pronaf - o PRONAF agroecologia tão pouco implementado na Amazônia.

6.2.O DENDÊ E O ROÇADO: O PROTOCOLO E O TRADICIONAL

Existem duas áreas de produção para os camponeses integrados em estudo, uma que se estabelece o cultivo tradicional, o roçado o extrativismo, chamada de sítio, e a outra em que se estabelece o monocultivo de dendê integrado mais comumente chama de Projeto ou lote.

O sítio é a área dos camponeses integrados do dendê que foram adquiridas pelo regime de sucessão, herança de pai para filho, e está sob domínio da família camponesa há pelo menos a 3 gerações. Essas áreas têm em média 50 ha/família, são caracterizadas por uma cobertura florestal e/ou de capoeira onde se coloca o roçado, no regime tradicional de corte e queima, como vimos.

O tamanho das áreas de roçado depende do tamanho do grupo doméstico, do tamanho a terra e da disponibilidade de força de trabalho para a unidade de produção. Os roçados antes do dendê abrangiam uma área de 4 ha (16 tarefas), atualmente eles abrangem uma área de meio a um hectare (2 a 4 tarefas).

Essas terras que, antes do monocultivo ser instalado, eram florestadas, existiam alguns sítios de famílias camponesas. Hoje, em muitos casos estes sítios forma vendidos ou passados para um filho e/ou parente que tinha direito a uma parcela da área. Esse abandono dos sítios é justificado pelos camponeses com o argumento do trabalho penoso da colheita e manutenção dos monocultivos de dendê, que não libera força de trabalho para o roçado.

O protocolo de produção do monocultivo de dendê, que apresenta informações sobre o ciclo de vida produtivo da palmeira e os aspectos técnicos da produção que serão descritos neste capítulo, foi construído a partir do Relatório Técnico da SUFRAMA (2003) e nas dissertações de mestrado de BRITO (2006) e RAPIAU (2013). Esse protocolo que será o ponto de partida para o entendimento das transformações nas formas de organização socioeconômica do campesinato local, ou melhor, como a incorporação dele ao modo de produção camponês foi ao longo do tempo provocando mudanças nas formas de organização do trabalho para a produção do roçado e/ou dendê e a relação desses produtos com o mercado.

É importante lembrar, os Projetos I, II e III foram implantados em anos diferentes, 2001, 2004 e 2005 respectivamente. Sendo assim houve momentos em que os monocultivos de dendê estavam em diferentes ciclos de vida, mas na atualidade todos os projetos se encontram na fase madura do monocultivo, ou seja, todos já ultrapassaram o décimo ano de vida. Fica claro que o projeto I encontra-se em estágio mais avançado de produção, por ser o mais antigo.

São os roçados, chamados também de lavoura branca, que caracterizam as unidades de produção camponesa, tem uma produção diversificada de culturas alimentares, mandioca, arroz, milho, principalmente, mas também pode ocorrer o plantio de feijão e melancia. Essa produção é utilizada para alimentação do grupo familiar camponês e destinada ao mercado local.

Os camponeses integrados consideram o roçado como a segunda atividade produtiva mais importante, isso porque com a chegada do dendê o monocultivo se tornou a principal atividade. Em 2012 os camponeses integrados que produzem farinha conseguiram com a comercialização uma renda média bruta mensal de R\$ 538,00/ família, o que equivale a quase um salário mínimo no período, e se for considerado que a família camponesa tem em média 6 integrantes, esse valor representa uma renda *per capita* de R\$89,00/mês e R\$2,98/dia com a atividade do roçado, o que mostra a relevância desse valor para a economia familiar camponesa “integrada”.

Nahum (2013) em sua pesquisa realizada, nas mesmas comunidades em estudo, relata a expressividade da produção de farinha na comunidade Arauaí. Antes do monocultivo de dendê, eram vendidos para marreteiros cerca de 300 a 400 sacas de farinha a cada 15 dias, além disso, 60 kg/dia eram levados pelos camponeses de ônibus às cidades próximas para comercialização. De acordo com o estudo do autor hoje quase não se produz farinha, e a produção na comunidade não chega a 10 sacas²⁰ (NAHUM, 2013, p.76).

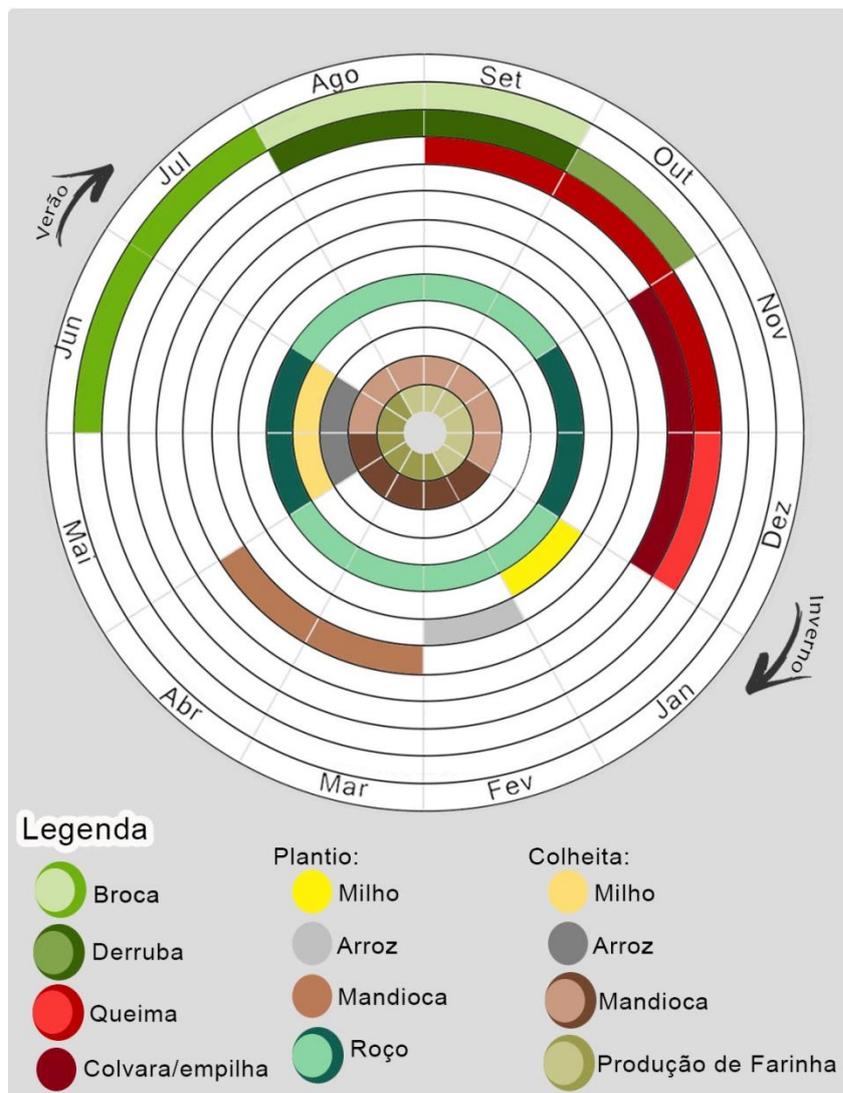
A comercialização da produção do roçado pode ser feita para os marreteiros, que são comerciantes que passam nas comunidades vendendo mercadorias como café, açúcar, macarrão, enlatados, etc; e compram a produção local camponesa, principalmente a farinha. Outra forma de comercialização desses produtos é a venda aos mercados e feiras das cidades mais próximas (Moju, Tailândia e Abaetetuba). Nesse caso, os meios de transporte que eles utilizam são os ônibus que passam nas comunidades fazendo o transporte informal de pessoas e também da produção.

²⁰ Nesta pesquisa não levantei dados sobre a produção de farinha, porém os camponeses entrevistados revelam a diminuição da produção.

Está no escoamento da produção do roçado uma das dificuldades encontradas para a sua comercialização. O alto custo e a precariedade do transporte são fatores que desestimulam a comercialização da produção do roçado. Em 2010, por exemplo, um saco de farinha era comercializado por R\$ 30,00. Na época pagava-se para se deslocar até o município de Moju o valor de 15 reais/viagem, caso houvesse mais de um saco era acrescido o valor R\$3,00/saca de farinha ou volume trazido da cidade para comunidade. O mesmo se repete para chegar aos municípios de Tailândia e Abaetetuba, somente para o Distrito Vila dos Palmares, que esse custo é reduzido pela metade.

Para os camponeses o ciclo agrícola é fortemente determinado pelas estações amazônicas de inverno, primeiro semestre, e verão, segundo semestre que determinam também os períodos de chuva e seca respectivamente (MAGALHAES, 1996, p.723).

Figura 12: Calendário Agrícola do Roçado.



(FONTE: VIEIRA, 2010, dados da pesquisa).

O segundo semestre, período de seca, é o período em que os camponeses preparam a área onde ocorrerá a colocação do roçado, sendo que essas atividades quando adiantadas levam a um plantio que aproveita as primeiras chuvas do inverno, adiantando também a colheita. O roçado exige que todo ano uma nova área seja aberta para um novo roçado ser colocado e esse trabalho de limpeza da área exige grande dispêndio de força de trabalho do grupo familiar, nas atividades de broca, derruba de árvores, queima e coivara. Essas necessariamente devem acontecer no segundo semestre, no período de seca, podendo acontecer desde o mês junho, com o fim das chuvas, ao mês de dezembro.

Roço - trabalho de limpeza do mato que cresce no meio da lavoura, ou a limpeza das espécies invasoras indesejadas no policultivo do roçado. Essa atividade acontece principalmente nos meses de maio e junho, final do inverno, em que o mato cresce rapidamente devido as chuvas, e prepara a área para o trabalho da colheita. Repete-se depois, nos meses de novembro e dezembro, antes do início das chuvas. É uma atividade penosa devido à grande incidência de luz solar nas áreas de roçado, levando ao grande crescimento dessas plantas indesejadas. Esse trabalho é feito com uso da enxada principalmente. Com a integração ao dendê existem agricultores que possuem a roçadeira acostal que diminui a força de trabalho empregada e também ocorre o uso de herbicidas, o agrotóxico Glifosato, utilizado também no monocultivo de dendê.

A colheita dos produtos do roçado acontece no primeiro semestre e se intensifica nos períodos de junho e julho. A colheita da mandioca pode ocorrer com seis meses do plantio e até um ano e meio, o que explica a flexibilidade do camponês em intensificar ou diminuir a colheita. Para a colheita utilizam paneiro que são cestos tradicionalmente produzidos com cipós, utilizados para carregar a produção, e o terçado. Esse é um trabalho manual realizado por todo grupo familiar, pai, mãe e filhos.

O roçado é uma atividade penosa segundo os camponeses, já que as culturas do roçado são forrageiras e de baixo dossel, o trabalho sempre acontece com grande exposição ao sol, por isso a jornada de trabalho começa bem cedo pela manhã (5 horas) e termina entre 10 e 11 horas para o almoço, preferencialmente.

Segundo os produtores o tempo e a energia de força de trabalho que se gasta para cada atividade do roçado varia com o tamanho da área em que se coloca o roçado, bem como o tamanho e a densidade da cobertura vegetal que se encontra na área que será aberta.

No caso do campesinato integrado essas atividades irão acontecer de acordo com o calendário do protocolo de produção do dendê, ou seja, quanto menor o trabalho de

manutenção do protocolo do monocultivo de dendê, maior o tempo disponível para os camponeses se dedicarem às atividades produtivas do roçado e vice-versa.

É o chefe da família camponesa que gerencia as unidades de produção: no caso do roçado, ele possui toda autonomia e decide se ocorre a intensificação ou adiamento da produção. Para tomar essa decisão o chefe da família analisa a demanda do mercado pela produção, e a necessidade de consumo da família. O gerenciamento da produção, como é sabido, é uma das principais funções do chefe da família camponesa e sua autonomia para as tomadas de decisão a principal característica.

A força de trabalho no roçado é principalmente familiar e envolve os pais, filhos e parentes próximos. A mulher atua nas atividades de manutenção do roçado e intensifica sua força de trabalho nos períodos de plantio, colheita e na fabricação da farinha. As atividades de preparo de área e o roço são realizadas principalmente pelos homens, por sua demanda de força e penosidade do trabalho, sendo que dessas atividades as crianças não participam.

“Na roça o trabalho é da família, a mulher trabalha mais, a área é menor, 16 tarefas [4 hectares] de plantio e para fazer a manutenção, o roço” (Entrevista realizada em setembro de 2014)

“No projeto a área é bem maior o trabalho do roço é muito e sempre, a mulher não vai. Fica em casa cuida da casa e vende produto de beleza”(Entrevistas realizada em 2012).

O monocultivo de dendê muito se diferencia desse dinamismo do calendário do roçado: o protocolo de produção do dendê é gerenciado pela empresa e executado pelos camponeses integrados, e revela que esses não têm autonomia de tomar decisões em relação às práticas culturais que serão realizadas para a produção do monocultivo.

O calendário de implantação e manutenção do monocultivo do dendê não foi criado no coração do campesinato amazônico, ele segue um protocolo técnico que define as técnicas de plantio e manutenção da monocultura, os períodos de realização das atividades agrícolas ao longo dos anos, os insumos agrícolas necessários ao desenvolvimento do monocultivo e as ferramentas para o trabalho na unidade de produção. Como irei apresentar a seguir esse protocolo é como uma receita, um pacote de técnicas que cabe ao camponês seguir e se adaptar.

O monocultivo de dendê é um cultivo perene que possui sua produção de cachos a partir do 3º ano após o plantio, chegando ao ápice entre 10 e 18 anos quando começa a decrescer a produção, a vida útil do palmar é de 30 anos, quando este deve ser derrubado e substituído (BACKHOUSE, 2013, p.13). Dos frutos da palmeira são extraídos dois tipos de

óleo, o de palma, que é extraído do mesocarpo (polpa) e o óleo de palmiste, que é extraído do endosperma (amêndoa) (SUFRAMA, 2003).

O protocolo de implementação e produção do monocultivo do dendê prevê:

1) Mudas: a) Aquisição de mudas que deve ser de um produtor fidedigno quanto às questões fitossanitárias, pois o sucesso do plantio depende de um material propagativo selecionado; b) Produção deve ser realizada em viveiro adequado, com variedades adaptadas às condições edafoclimáticas, as mudas estão prontas em 1 ano e meio para o plantio.

2) Preparo da área que é dividido em duas etapas, ano 1 e 2:

a) o primeiro ano de implantação, em que se deve fazer a limpeza manual ou mecanizada da área de plantio, que consiste na derruba/queima²¹ ou destocagem da vegetação, e a abertura de estradas; semeadura de poerária (*Pueraria javanica Jac.*), leguminosa que contribui com a conservação do solo; demarcação e piqueteamento, que consiste a marcação dos limites da área de plantio e dos locais onde serão abertas as covas; preparação das covas, abertura e adubação com fertilizantes químicos (NPK) e orgânicos; e retirada dos piquetes.

b) o segundo ano de implantação, quando ocorre o plantio das mudas, esse é realizado em espaçamento 9m x 9m entre mudas;

3) Os tratos culturais, que consistem no tratamento e manutenção plantios, também são divididos conforme a idade produtiva da palmeira, seguindo as práticas recomendadas a seguir:

a) Do plantio ao quinto ano de implantação, realizam-se as atividades de coroamento das mudas (limpeza dos pés das plantas), drenagem, rebaixamento das coberturas das leguminosas e das plantas invasoras, adubação química de NPK e micronutrientes e tratos fitossanitários, que consistem na verificação de pragas e doenças e se necessário tratamento químico e/ou biológico;

b) Do sexto ano ao trigésimo ano da palmeira, a vida útil do palmar: chamado de período de produção comercial é quando se dá continuidade ao coroamento, rebaixos, podas das folhas, adubação e tratos fitossanitários, além da polinização por insetos, objetivando incrementar a produção de frutos nos cachos.

²¹ Até pouco tempo atrás o preparo da área envolvia a queimada, porém com o avanço da fiscalização das atividades agrícolas somada a certificação RSPO, as áreas onde essa prática foi adotada são desconsideradas para o plantio, pois o uso do fogo é considerado uma não conformidade grave à certificação podendo impedir a aquisição do selo como perdê-lo. A RSPO que em seu “Princípio 7, dispõe da avaliação e requisitos de novos plantios e com o Critério 7.7 que prevê uma avaliação que demonstre quando, pertinente, que o fogo era a opção mais eficaz e menos danosa ao meio ambiente”(RSPO, 2013).

4) A colheita é manual e acontece a partir do 6º ano, é feita, ao longo do ano todo, duas vezes por mês. BRITO (2006) nos ensina que no sétimo ano do plantio a produção começa a se estabilizar, diminuindo a diferença de safra e entressafra. Para o corte dos cachos utilizam-se instrumentos como sacho, foice malasiana, os cachos caem no chão e são recolhidos e depositados na caçamba manualmente por meio de sacos de coleta e/ou animais para ajudar no transporte dos cachos de frutos frescos;

5) O transporte até a agroindústria é feito com caminhão, trator, animais, geralmente usando caçambas.

A implementação do protocolo de produção do dendezal é uma questão *sine-qua-non* do Contrato de integração, o não cumprimento deste protocolo pelas famílias camponesas leva à retaliações firmadas em contrato que podem levar o desligamento de uma família camponesa integrada”ao projeto. Diante disso, podemos afirmar que é a obrigatoriedade de implementação do protocolo de produção do dendê um elemento da subordinação do camponês à empresa e por consequência sua perda de autonomia para com as unidades de produção.

Os técnicos da empresa, chamados de fiscais pelos camponeses, visitam diariamente as áreas dos monocultivos de dendê dos camponeses integrados com o objetivo de monitorar a implementação do protocolo de produção bem como a incidência de doenças e pragas. Nestas oportunidades transferem as tecnologias de produção do cultivo de dendê e fazem as retaliações necessárias caso o descumprimento do protocolo.

“A empresa vai de casa em casa ameaçando os agricultores, que vai tirar o lote, caso não cumpra as ordens que ela manda.”(Entrevista realizada em set. 2014)

Os ciclos de vida do dendezal são marcados pela produtividade do monocultivo. Isso porque o monocultivo só passa a fornecer seus primeiros frutos após o terceiro ano do plantio, sendo que nessa fase inicial ocorrem as oscilações de produção marcadas pelos períodos de safra e entressafra. O dendezal atinge suas melhores safras a partir do décimo ano do monocultivo até o décimo oitavo ano, quando as variações de safra e entressafra são quase imperceptíveis. Posteriormente, a partir do vigésimo ano o monocultivo entra gradativamente em sua fase final de produção (BACKHOUSE, 2013, p.13).

“O projeto I não tem mais período de alto de safra ele produz sempre igual e o coco é branco, ele produz de 600 a 700 cachos/lote; o Projeto II a safra forte é no período de outubro, novembro e dezembro; e o projeto

III a safra é novembro, dezembro e janeiro, safra não é tão forte, mas em contrapartida também não possui queda forte de produção na entressafra”(Entrevista realizada em 2012)

Essa fala ilustra que em 2012 os projetos II e III ainda não haviam atingido a maturidade do plantio. Lembrando que hoje (2015) todos os projetos já entraram na fase madura do monocultivo e apresentam produção contínua.

Ao longo do tempo vai ocorrendo à especialização do campesinato no monocultivo de dendê e conseqüente abandono das culturas produtivas tradicionais, o roçado e sua posterior retomada. Isso porque, conforme veremos, nos diferentes ciclos de produção varia a demanda de força de trabalho, engessando ou disponibilizando o campesinato para o desenvolvimento das atividades das culturas tradicionalmente plantadas, o roçado.

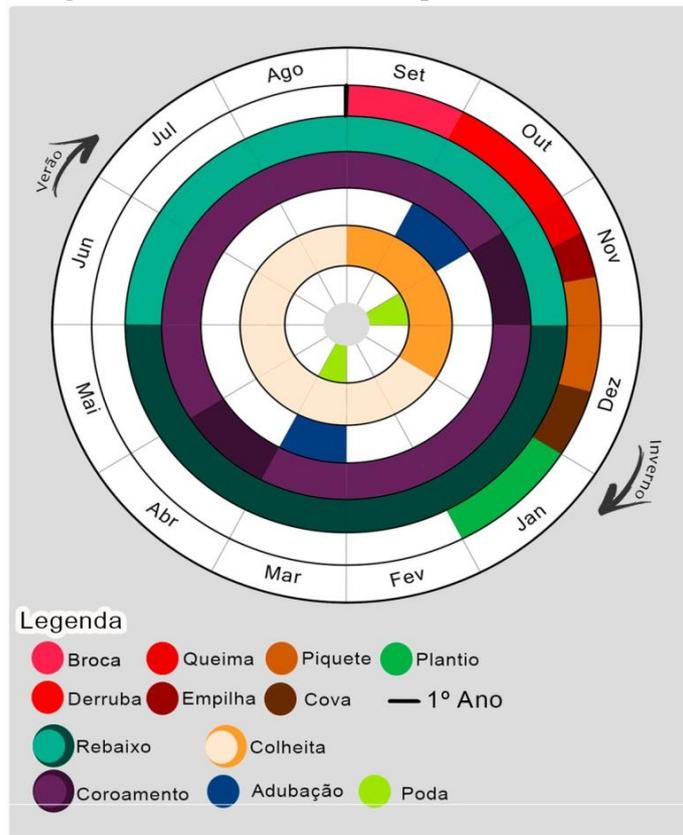
Outras pesquisas nos inspiram para as análises contidas neste capítulo, já que esforços foram desprendidos para entender a mudança e a intensidade do trabalho nos estabelecimentos de produção do campesinato integrado ao dendê, tanto do contrato de integração da Agropalma, quanto de outros empreendimentos da região do Baixo Tocantins, em diferentes fases de produção (RAPIAU, 2013; SAMPAIO, 2014).

6.2.1. Os cinco primeiros anos: o plantio de dendê e o estabelecimento do monocultivo

O primeiro ciclo da vida do dendezal é o que considero os cinco primeiros anos do monocultivo de dendê. Este se divide em duas fases a primeira a fase do plantio das palmeiras e a segunda fase a manutenção do plantio e seu desenvolvimento até o início da produção de cachos de dendê.

Explicaremos aqui cada uma das atividades de acordo com o calendário agrícola, a Figura 13 que representa as atividades, em seus respectivos períodos e intensidades de implementação.

Figura 13 Calendário Agrícola do Dendê I: fase do plantio e estabelecimento do monocultivo.



(Fonte: Dados da pesquisa).

O primeiro ano é voltado para a fase do plantio, e esta fase que deve acontecer impreterivelmente no período de seca, verão, se inicia com a abertura e o preparo da área para o plantio das mudas da palmeira e envolve as seguintes atividades: 1. Broca e derruba, que envolvem as atividades de abertura da área de plantio; 2. Queima e empilhamento, que tem a ver com a limpeza da área do plantio; 3. piquete, que é o dimensionamento e demarcação do plantio; 4. abertura das covas e adubação; 5. o plantio das mudas de dendê propriamente dito.

As atividades de broca e derruba, queima e empilhamento foram descritas com a atividade do roçado e ocorrem da mesma maneira para a instalação do monocultivo de dendê.

O piqueteamento da área envolve a definição das linhas de plantio e demarcação das covas, que são realizadas em um espaçamento de 8 x 8 metros.

A abertura das covas, que são abertas com trator e trado, e sua posterior adubação ocorrem na etapa que antecede ao plantio e finalizam a preparação da área.

Essas atividades de limpeza e preparação da área de plantio devem ocorrer no segundo semestre, no verão, de julho a dezembro que é período de seca.

A atividade de plantio envolve o plantio das mudas de dendê, na área preparada, e a semeadura da poerária - leguminosa que ajudará na adubação orgânica do solo. O plantio

ocorre no início do verão, quando se inicia o período das chuvas e é feito manualmente como iremos contar em detalhes.

Posteriormente a essa fase de plantio se inicia no segundo ano a fase de manutenção do monocultivo que envolve atividades que se referem ao estabelecimento do monocultivo de dendê, sendo elas: 1) coroamento das mudas; 2) rebaixo, ou capina; 3) adubação; 4) Poda e 5) a colheita ou corte de cachos de dendê.

O coroamento é a limpeza do entorno do pé das palmeiras, com um raio de 1,5m a 2,5m, que vai do caule da planta até a extremidade do círculo. Essa atividade tem a finalidade de evitar a competição com plantas indesejadas, facilitando o controle de pragas e doenças do dendezal - esse procedimento ocorre durante o ano todo e nesta fase é feito manualmente, com o uso de facão, já que o uso de agrotóxico pode matar ou prejudicar o estabelecimento inicial das mudas no campo (RAPIAU, 2013; SAMPAIO, 2014).

A adubação química ocorre duas vezes no ano é feita manualmente ao pé de cada planta - o adubo utilizado é o NPK, Ourofos 10, que possui maior teor de fosfato reativo.

A poda é uma atividade de trato da palmeira, que nos anos iniciais serve para a limpeza de folhagens amarelas que prejudicam a infrutescência, o desenvolvimento das palmeiras e até mesmo a atividade de colheita na fase de produção. As ferramentas utilizadas para a poda são o facão quando a palmeira ainda está em fase inicial e a tesoura de poda, podão, quando a palmeira já atinge uma altura mais elevada. Essa atividade que se intensifica conforme o desenvolvimento do monocultivo, poderemos acompanhar com os calendários seguintes.

A colheita ou corte dos cachos de dendê ocorre duas vezes por mês. Na fase de estabelecimento a colheita é bem incipiente pela baixa produtividade do monocultivo, e ocorre mais intensamente no final do verão e início do inverno amazônico, nos meses de setembro a dezembro. Essa atividade consiste no corte dos cachos de fruto da palmeira, esses são colocados no pé da planta esperando o carreamento que consiste no transporte do cacho de dendê do pé da planta à caixa de coleta de frutos da empresa que se localiza nos ramais/estradas de escoamento dos monocultivos de dendê do campesinato. As ferramentas utilizadas para a colheita são o sacho, quando a palmeira ainda está em uma altura baixa e depois a foice quando o monocultivo já atinge uma altura mais elevada.

Recuperar o modo como se deram as atividades de implementação do Projeto de integração da Agropalma não é tarefa difícil já que essa lembrança está presente na memória dos camponeses jovens, adultos e idosos. Todos participaram de alguma forma desse

processo, até mesmo os que não aderiram à integração tiveram suas vidas transformadas pelo monocultivo de dendê. Sendo esse um evento que marca a história do desenvolvimento local, dividindo dois períodos históricos, antes e depois da integração ao dendê.

Os acordos na fase de implementação do projeto estabeleciam um financiamento no valor de vinte e dois mil reais pelo banco BASA, que seriam disponibilizados durante os primeiros três anos do monocultivo; a empresa era responsável pelo preparo das áreas, disponibilização de mudas e assistência técnica; e os camponeses eram responsáveis pela disponibilização de terras à integração, transporte da produção à base industrial, atividade e custo do plantio e manutenção do monocultivo de dendê.

Ao longo da implementação novos arranjos se estabeleceram, a empresa que contratava mão de obra para fazer o preparo da área, fez acordo com as famílias camponesas para que elas assumissem a atividade. Foram às famílias camponesas que implantaram o monocultivo de dendê, com muita dificuldade devido a área ser coberta por floresta, o primeiro projeto ainda foi mais difícil, pois não contou com maquinário da empresa, os próximos dois projetos o serviço de abertura das áreas exigiu menos força de trabalho.

P. Como foi para acontecer a fase de plantio dos projetos de dendê?

R1: *“A empresa ia preparar a área, mas aí acabou acordando com nós mesmo e pagou no projeto I R\$ 3.000,00 para o preparo da área depois no projeto II ela já pagou R\$5.000,00 e mais R\$ 300,00 para o plantio”*(Entrevista realizada em setembro de 2014).

R2: *“O primeiro projeto que foi difícil para sair, a mata era virgem, deu muito trabalho e foi os agricultores que fizeram tudinho, derrubou a mata, destocou tudo. Depois os outros projetos o serviço foi mais tranquilo porque a empresa levou trator, e os tocos, a destocagem, foi feito um acordo com os carvoeiros que pegaram. A Agropalma que nos ensinou toda a técnica de produção e na época era financiamento de 22.000,00 agora com a Petrobras o financiamento é de R\$80.000,00 ”* (Entrevista realizada em setembro de 2014).

O trabalho penoso desta fase do ciclo de vida do dendê consiste no preparo da área e na manutenção do monocultivo com as atividades de coroamento das mudas e do rebaixo das entre linhas, exigindo muito esforço físico do trabalhador (SAMPAIO, 2014, p.145). Essas atividades de limpeza do monocultivo ocorrem intensamente ao longo do ano todo, com maior intensidade no período das chuvas que aceleram a propagação e crescimento das plantas indesejadas, além da grande incidência de luminosidade nos primeiros anos do monocultivo, já que as palmeiras ainda são baixas. Apesar do protocolo do monocultivo

indicar duas vezes por ano, para as atividades de rebaixo e coroamento, isso não vale para os monocultivos em fase de implementação e estabelecimento.

O trabalho nesta fase foi principalmente realizado pelas famílias, pai, mãe e filhos, todos trabalhavam juntos para o projeto de dendê, havendo pouca ocorrência de mão de obra contratada, claro que isso não vale para as famílias que não possuíam mão de obra suficiente para dar conta da manutenção do plantio. Apesar de receberem o financiamento que deveria ajudar com as despesas nesta fase, o valor recebido pelas famílias na época não era suficiente para pagar a força de trabalho adicional. Na época, essas famílias contaram com a solidariedade dos vizinhos e com troca de diárias para poder vencer a fase inicial do trabalho.

A colheita de frutos é muito pouca nesta fase, e só tem início após o terceiro ano do monocultivo. A adubação ocorre duas vezes por ano em pouca quantidade, aproximadamente 20 sacas de fertilizante que são distribuídas manualmente nos pés da planta - a fórmula para calcular a adubação não é de conhecimento dos camponeses o que mais vez reafirma sua subordinação à empresa e a perda de autonomia da família camponesa na gestão da unidade de produção.

“Os primeiros anos do projeto é limpeza (roço) e adubação.” (Entrevista realizada em set. de 2014).

“O fertilizante é a empresa que calcula porque tem a fórmula e a gente não sabe como é, tem que confiar na empresa.” (Entrevista realizada em set. de 2014).

“Quando começou o plantio as atividades que se fazia era a limpeza, o roço, a coroa. Até 3, 4 vezes ao ano até 5 vezes, o mato tinha muita força, os primeiros anos não faz poda. Só depois da primeira colheita faz a poda de ano, ano dá até para fazer duas por ano, pode fazer em qualquer época do ano”(Entrevista realizada em set. de 2014)

Em diferentes momentos da pesquisa foi perguntado aos camponeses sobre quem trabalhava nos lotes do monocultivo na fase de implementação e obtive as seguintes respostas:

R1: Quando o projeto I estava sendo implantado, as mulheres participaram ativamente das atividades, por exemplo, na minha família eu e minhas irmãs e minha mãe íamos ajudar meu pai a limpar a área e plantar as mudas de dendê, hoje nós nem sabemos o que passa no projeto, a gestão ficou só na mão dos homens (Entrevista realizada em nov/2012).

R.2: Na implantação do projeto I a participação da família toda era maior, pois precisávamos de muita mão de obra para limpar a área, já nos projetos II e III as áreas foram limpas por tratores. (Reunião em .nov. 2012).

R3: Foram nós os agricultores que implantou o projeto, as famílias, mas sempre do início tinham pessoas contratadas, era bem pouco que contratava mas tinha, porque tinham as famílias que não davam conta de trabalhar só a família, aí eles contratavam trabalhador por uma semana, mais ou menos assim (Entrevista realizada em set. de 2014).

Rapiau (2013, p. 48), que também utilizou o calendário agrícola para dimensionar a mão de obra necessária para cada atividade de implementação do protocolo do monocultivo de dendê, reafirma que na fase de implantação do monocultivo grande parte do tempo e esforço dos camponeses é dedicada às atividades de coroamento e rebaixo. O pesquisador dimensiona os custos dessa fase de implantação, mas a realidade apresentada por refere-se a projetos bem mais recentes que se estabeleceram por diferentes acordos e tiveram outros valores de financiamento bem maiores do que nosso caso em estudo. Porém mesmo com essa realidade, que se apresenta um pouco melhor do que neste caso, as condições financeiras para realização das atividades de implementação e manutenção do monocultivo são precárias e, segundo o autor, disponibiliza muito pouco tempo para realização de outras atividades, como por exemplo, os cultivos tradicionais.

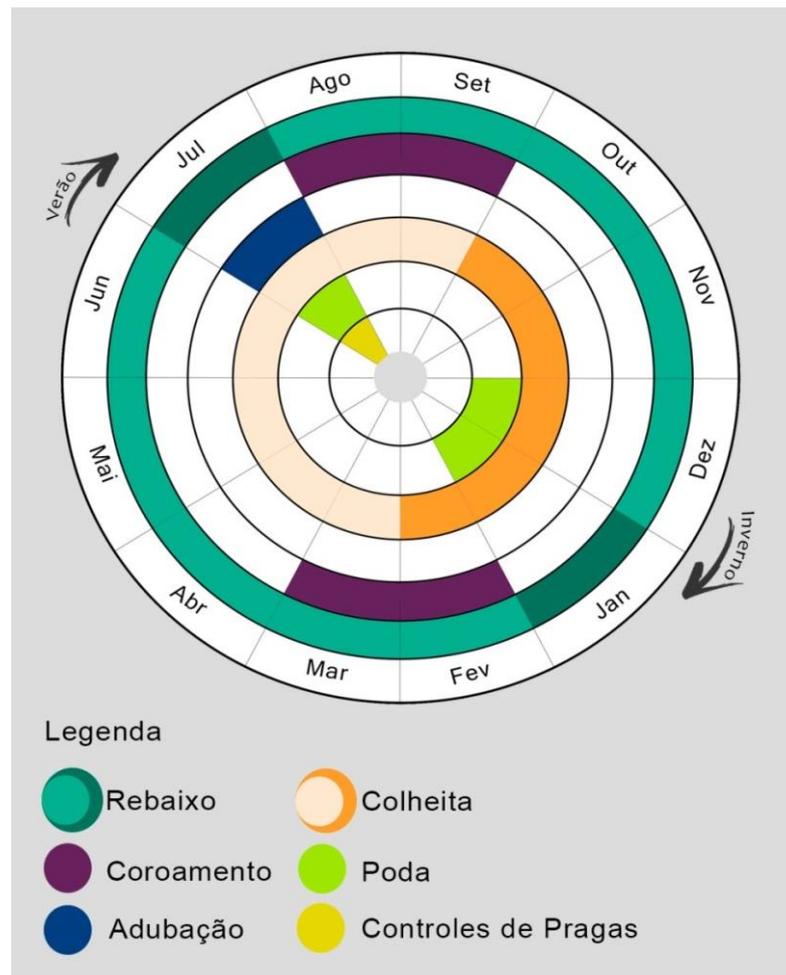
Fica evidente a transformação do trabalho do camponês integrado e a grande demanda de trabalho nessa fase do monocultivo, o que nos permite prever a posterior especialização do camponês integrado e conseqüente abandono dos cultivos tradicionais. Nas entrevistas, os camponeses contam que tentaram fazer o plantio do roçado nas entrelinhas do dendê, mas sofreram retaliações da empresa que proibiu a atividade no palmar. Segundo os camponeses a força de trabalho desprendida para o dendê nesta fase inicial era grande e a maioria das famílias não conseguiram manter as duas áreas de produção, optando pelo monocultivo. Esse período marca o início do abandono da atividade do roçado para a maioria das famílias camponesas integradas.

6.2.2. Do sexto ao décimo ano: o período de safra e a entressafra

É nesta fase do ciclo do monocultivo de dendê, do quinto ao décimo ano, que a produção começa de fato a se estabelecer, apresentando uma maior produtividade no verão nos meses de setembro a janeiro, e uma produção mais fraca nos meses de inverno, de fevereiro a agosto, evidenciando os períodos de safra e entressafra do dendezal. Com o desenvolvimento do palmar a produção aumenta e estabiliza essa diferença sazonal (BRITO, 2006).

O monocultivo nesta fase não atingiu sua altura máxima proporcionando pouco sombreamento da área o que mantém intensas as atividades de manutenção, exigindo grande esforço de trabalho. O calendário agrícola a seguir mostra como se distribuem as atividades de manutenção do monocultivo de dendê e a intensificação da atividade de colheita no palmar pela visão dos camponeses integrados (Figura 14).

Figura 14 Calendário Agrícola II: início da vida produtiva do monocultivo com safra e entressafra definidas.



(Fonte: dados da pesquisa)

As atividades de manutenção do lote de produção do dendê continuam intensas, exigindo grande esforço das famílias para realização dessas atividades. Mas com o incremento da renda proporcionada pelo aumento da produção de dendê, os agricultores passam a contar cada vez mais com a mão de obra contratada e também com a compra de herbicidas, Glifosato 10 (agrotóxicos), que diminui o esforço de realização das atividades do rebaixo e coroamento.

O coroamento diminui em intensidade, as plantas já atingiram certa altura, promovendo o sombreamento do pé da planta, além de estarem mais resistente às competições das plantas invasoras. Sendo assim essa atividade passa a acontecer duas vezes ao ano com a

possibilidade de utilização de herbicida que antes não era recomendado devido ao estágio inicial de desenvolvimento do palmar.

A manutenção com o rebaixo acontece ao longo do ano todo, mas com maior intensidade no início e final do inverno amazônico.

A atividade que ganha força neste período é a colheita, que ocorre duas vezes por mês, e passa a exigir maior força de trabalho. A colheita é realizada com o sacho para a retirada dos cachos de fruto do dendê, os cachos são depositados no chão, aos pés da palmeira, para o posterior carregamento às caixas de coleta da empresa que se distribuem nas "ruas" de escoamento dos monocultivos do campesinato. O carregamento é realizado manualmente ou com a ajuda de animais, com a ajuda de carro de mão e pequenas carroças.

A colheita pode ser realizada em até dois dias, não por decisão do camponês, mas por uma determinação da empresa que dimensiona os cortes de acordo com sua distribuição das caixas de coleta nas ruas do plantio. Esta estabelece as datas de corte/colheita de cada camponês integrado. Essas caixas ao terceiro dia são retiradas pelo terceirizado responsável pelo transporte, que é pago pelos camponeses, para levar a produção do dendezal das famílias camponesas à balança da empresa onde o cacho é pesado.

O camponês nesta fase do monocultivo passa a ter um papel importante no processo de gerenciamento de sua produção, isso porque uma caixa de coleta é capaz de carregar a produção de mais de um camponês. Sendo assim o camponês deve saber a quantidade de cachos produzidos em cada atividade de corte/colheita. Posteriormente ele deve passar a contabilidade dos cachos ao fiscal da associação que acompanhará o escoamento da produção até a pesagem na empresa, e repassará para a empresa a quantidade de produção de cada família, e esta fará o cálculo do peso e posteriormente do valor da produção de cada camponês. Além da complexidade do gerenciamento da produção, resta para o camponês confiar na responsabilidade do fiscal da associação e na idoneidade da empresa e dos fiscais neste processo (RAPIAU, 2013, p. 28).

O fiscal já é uma iniciativa da Associação - para diminuir as inquietações referentes às transações entre os camponeses e a empresa, a associação contrata um fiscal que tem as responsabilidades: 1) de acompanhar as atividades de corte dos camponeses, 2) acompanhar o escoamento e a pesagem dos cachos de fruto de dendê na balança da empresa; 3) fazer o preenchimento e encaminhamento dos pedidos de materiais de trabalho e insumos dos camponeses para a empresa; 4) acompanhar a entrega desses produtos fornecidos pela empresa ao camponês, incluindo a entrega de fertilizantes nas áreas dos lotes de produção.

A adubação de acordo com o protocolo deve acontecer duas vezes ao ano, porém alguns camponeses suspendem uma adubação para diminuir os custos de produção.

A poda também é uma atividade que se intensifica para ajudar a planta no desenvolvimento da inflorescência, acontecendo duas vezes por ano.

Nesta fase, passa a haver um controle sobre a incidência de pragas e doenças principalmente no mês de julho, no verão. Esse controle é feito com maior atenção pelos fiscais/técnicos da empresa, que fazem o controle biológico do palmar, com a utilização do melão de cana para a captura de mariposas, entre outras técnicas de controle biológico (BRITO, 2006, p.64).

Com o aumento da atividade de colheita, somado às atividades de manutenção do monocultivo e as responsabilidades gerenciais da produção, os camponeses integrados aumentam a contratação de força de trabalho, por meio de diária e por empreita de atividades, o que aumenta ainda mais o custo de produção do monocultivo.

Sampaio (2014, p.142) em sua pesquisa revela a pouca mão de obra disponível para o trabalho no monocultivo, no interior das famílias camponesas integradas, e ainda a dificuldade de se encontrar mão de obra disponível para complementar o trabalho familiar nos monocultivos integrados do dendê. Ele atribui isso ao aumento da oferta de trabalho no interior das fazendas das empresas integradoras e ao aumento da própria demanda dos camponeses por mão de obra para o trabalho no dendezal.

Em um monitoramento dos indicadores de sustentabilidade do dendê em 2012 realizado pelo instituto Peabiru, 79 % dos camponeses integrados não faziam mais o plantio dos cultivos tradicionais. Este fato mostra a especialização agrícola à integração, sem que essa decisão seja proveniente da família camponesa, mas uma condição que se impõe ao camponês que não possui força de trabalho suficiente e escolhe o dendê ao roçado.

Com a chegada do dendê, todos os agricultores diminuíram a produção das culturas alimentares, ao ponto de não ter produção necessária de mandioca, arroz ou feijão para o autoconsumo da família. A dimensão da roça diminuiu porque muitos agricultores já não sente a necessidade de cultivar e vender, enquanto a produção de dendê proporciona uma renda maior. Além de um mero aumento de renda também está em jogo o tempo no trabalho no dendezal que afasta os produtores das culturas alimentares. Na verdade, parece que trabalhar no dendezal não só é mais oportuno, mas menos doloroso do que a na roça, graças à ajuda de funcionários e de controle de plantas daninhas com o agrotóxico. (RAPIAU, 2013, p.44)

Os camponeses integrados que mantêm a atividade do roçado nesta fase produtiva do monocultivo, aproveitam os períodos em que diminuem as atividades de manutenção do protocolo do dendê, período de outubro a dezembro, para fazer a colocação do roçado e o período de junho e julho, para a colheita. A autonomia camponesa no roçado lhes permite

adiantar ou atrasar as atividades, como já vimos, permitindo flexibilizar o roçado em favor do protocolo. A diminuição da área do roçado e por consequência, da força de trabalho exigida para realização de suas atividades agrícolas, favorece as mulheres que têm assumido essa atividade produtiva com a ajuda dos filhos e filhas.

Nahum (2013, p.76) revela que atualmente os marreteiros já não passam nas comunidades com frequência, devido à diminuição da produção de farinha, o que torna mais difícil a colocação da produção no mercado. A produção do roçado fica voltada principalmente para alimentação da família, sendo destinada à venda nos mercados locais quando o preço da farinha está alto e compensa o escoamento aos mercados regionais.

Nahum (2014, p.37) mostra o abandono das áreas de roçado pelos camponeses integrados do dendê, apontando a grande demanda de trabalho no monocultivo para as famílias camponesas. O autor avalia como ameaçadora essa realidade à soberania alimentar das famílias camponesas e sua capacidade de reprodução social no campo. Além disso, ele considera que a diminuição da produção de alimentos compromete o modo de vida tradicional em diversos aspectos, na paisagem do ambiente rural, na segurança alimentar, no não cultivo da policultura, na dependência financeira de um mercado de commodities e na desmobilização política das comunidades.

6.2.3. Do décimo ano ao presente: a produção contínua

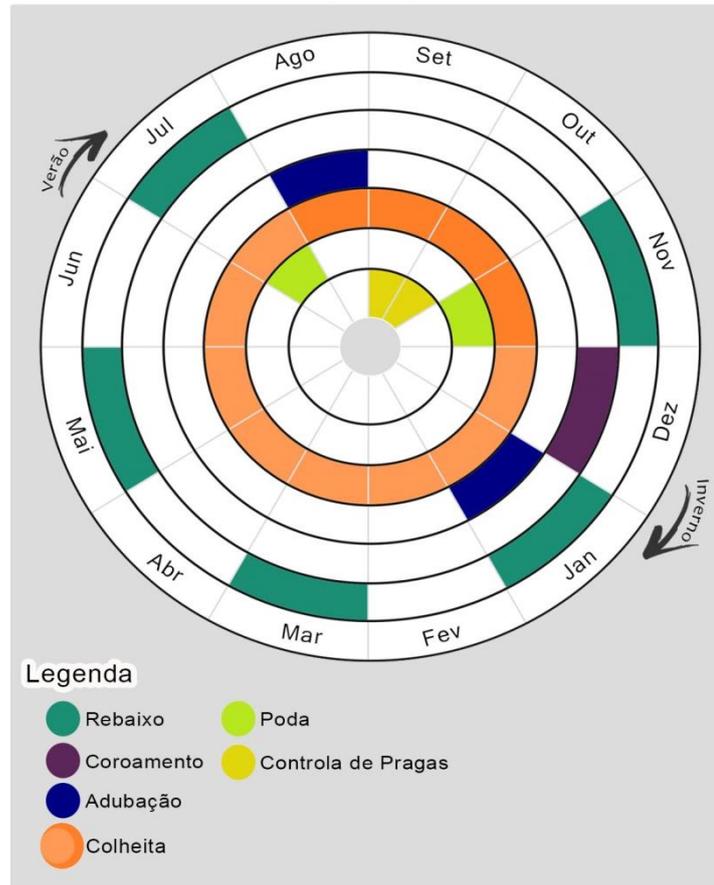
É do décimo ao décimo oitavo ano que o monocultivo de dendê atinge sua melhor fase de produção (BRITO, 2006; BACKHOUSE, 2013). O dendezal já atingiu sua altura de dossel, e sua alta produtividade é constante praticamente o ano inteiro, não apresentando diferenças significativas de safra e entressafra. É nesta fase do ciclo da vida do monocultivo que se encontram na atualidade os camponeses integrados ao monocultivo de dendê da Agropalma.

E como em todas as mudanças de ciclo, há novas adaptações na forma de dimensionar e implementar as atividades do protocolo de produção do monocultivo de dendê. Como de antemão podemos perceber, o dendê é um sistema complexo de produção, essa complexidade não está ligada à diversidade da produção, mas sim à complexidade técnica de se implementar e conduzir esse sistema de produção, altamente exigente em tecnologia e mão de obra, o que exige uma alta capacidade do campesinato em se adaptar a essas condições produtivas.

Diferenças significativas ocorrem na manutenção e colheita do monocultivo de dendê, nesta fase produtiva. Claro que o aumento da produção do dendezal e sua estabilidade

produtiva ao longo do ano todo fazem com que aumente o esforço de trabalho da colheita como veremos a seguir. O calendário III (figura 11), a seguir, ilustra essa nova fase do ciclo produtivo e os desafios enfrentados pelo campesinato integrado ao dendê.

Figura 15 Calendário III: A produção contínua, o alto da safra.



(FONTE: dados da pesquisa)

A manutenção do dendezal cria uma nova roupagem nesta fase. Com a altura de dossel do palmar, há uma baixa incidência de luminosidade nas entrelinhas do monocultivo, dificultando o crescimento e propagação de plantas indesejadas, diminuindo a força de trabalho para a manutenção do protocolo.

O coroamento passa a ser uma atividade não mais obrigatória, podendo não ocorrer ou ser realizada uma vez no ano, no início do período das chuvas. O rebaixo é realizado com menor esforço e de maneira mais espaçada ao longo do ano, com maior intensidade no período das chuvas. Existem camponeses mais ousados, que tratam a necessidade de rebaixo como necessária, duas vezes ao ano, no início e no final do período de inverno. Segundo as entrevistas diminuiu o uso de agrotóxico pelos camponeses, já que o agrotóxico era utilizado para controlar as plantas indesejadas, mas também há evidências de doenças atribuídas ao uso

do veneno, que influenciam também na diminuição do uso do agrotóxico (CHAVES & MAGALHÃES, 2014).

“Hoje quando faz o roço também faz o coroamento, hoje faz no máximo duas vezes no ano. Esse é um fator que dá para o produtor a fazer outras coisas, ele consegue fazer outras coisas porque dá espaço. A empresa exige que seja feito no tempo certo a limpeza, adubação e o coroamento. Essas normas mudam de acordo com o ciclo o período do plantio, se eu faço 4 roço no ano hoje eu faço 2, por exemplo o herbicida hoje nós não estamos mais aplicando porque dá para controlar manual e antes não tinha como controlar o mato. A planta cresceu e sombreou então controla mais o mato”. (Entrevista realizada em setembro de 2014.)

A adubação se mantém duas vezes ao ano, mas o que muda é a quantidade do adubo que aumenta ano após ano, aumentando assim o esforço exigido para realização da atividade, e principalmente do custo de implementação do protocolo de produção do monocultivo.

“O adubo sempre foi duas vezes ao ano, a quantidade de adubo não aumentou até o sétimo ano, mas depois que aumentou, nas primeiras adubações era de 20 sacas, depois foi para 40, 70, 90 agora foi para 120 a 126 sacas de adubo em um lote. E é muito caro sai 6000 a 7000 reais.” (Entrevista realizada em setembro de 2014).

O corte, porém, aumenta o esforço de trabalho e necessita de novas adaptações técnicas para sua realização. Com o aumento da produção, maior o esforço para a colheita dos frutos, o seu carregamento e transporte, exigindo mais mão de obra para sua realização. A técnica de colheita também mudou nesta fase, com a altura da palmeira e do cacho de dendê, o sacho já não o alcança mais, havendo a necessidade de utilizar a foice. Além disso, folhas podem impedir o corte do cacho sendo necessária a limpeza das folhas que impedem sua extração com a utilização do podão.

“Ele [falando do camponês integrado] vai para o projeto fazer a colheita, então ele limpa as folhas que estão segurando o cacho e corta o cacho, depois que o coco tá no chão ele vê se tem mais alguma tarefa para fazer no lote, se tem que fazer a poda, ou roço se tiver tudo pronto ele colhe e vai para casa dele. [...]. Olha são poucos os donos do lote que realizam esse tipo de trabalho [falando da colheita], geralmente são os filhos ou alguém contratado. Mas que a dificuldade é muito maior agora. A altura da palmeira aumenta, as ferramentas mudam, antes era o sacho agora já é a foice, o trabalhador já custa a se adaptar a trabalhar com a foice, o trabalho é mais lento”.

P. Não consegui entender, o Sr. pode me explica com mais detalhes?

R. “Porque é assim, não pode roubar o cacho, esse negócio era assim o cacho tava lá e palha [folha da palmeira] tava lá também, você ia com o sacho e tirava só o cacho. Agora [com a palmeira grande] não é mais assim primeiro tem que tirar as folhas, se tem 5 folhas segurando o cacho tem que tirar elas antes com a foice, e isso tudo dificulta o trabalho e a colheita com o plantio alto. A técnica de colheita vai se modificando. Os donos dos lotes têm um pouco de dificuldades, porque eles já estão um pouco cansados e não dão mais conta. Teve um treinamento para usar a foice, mas essa limpeza [falando da retirada das folhas] não é a poda é que para tirar com a foice tem que tirar as palhas se não ela não consegue tirar o cacho. Tudo mudou Dona Carol, pela altura da palmeira, a foice tem um cano e uma extensão, e ela você regula o tamanho, vai aonde você precisar, o sacho você não consegue fazer isso” (Entrevista realizada em setembro de 2014).

A poda continua ocorrendo duas vezes ao ano, e o controle biológico continua ocorrendo, com maior atenção pelos técnicos da empresa, para evitar a incidência de pragas e doenças.

P.E como ficou o trabalho no dendezal nesta nova fase?

R1: “Trabalho no projeto diminuiu ao longo do tempo porque com o crescimento da planta, faz sombra dentro do projeto e não deixa o mato crescer. (...) Olha o negócio funciona assim, em parte diminuiu o trabalho, em parte dificultou. O plantio baixo para colher, ele é muito mais fácil, muitas vezes um agricultor chegava na quadra dele e dava conta de colher tudinho, do oitavo ano para frente que começou a ficar difícil, que precisa de mais pessoas na quadra dele para dar conta da colheita ” (Entrevista realizada em setembro de 2014).

R.2: “O trabalho de manutenção do lote diminuiu porque não precisa mais ficar roçando todo o tempo, que é mais cansativo e o projeto é muito grande. Mas o corte ficou mais difícil e dá muito trabalho também, porque a produção é maior agora. Mas é só naqueles dois dias que corta e carrega. [Falando da duração do trabalho.] Só que o coco ficou mais alto mais difícil de cortar, a ferramenta de cortar até mudou para a foice, num é mais o sacho” (Entrevista realizada em setembro de 2014).

P.E Quem trabalha no lote hoje?

R.1: “As pessoas que trabalham no lote é da comunidade, filhos de produtores na maioria. Para trabalhar no lote de dendê é preciso de trabalhador, mas não é todos os dias, dependendo da quantidade de pessoas e do trabalho que vai fazer. Pelo menos duas pessoas na colheita, 2 pessoas para carrear, 2 pessoas fazem o roço em duas semanas. O produtor não vai todo dia. Quando vou para o lote de dendê saio de casa as 6hs e vou até as 15hs.

As mulheres trabalharam no início, as atividades foram ficando mais difícil o desenvolvimento chegou e elas puderam ficar mais em casa e em outros trabalhos [falando de serviços na escola, posto de saúde], no projeto são bem poucas que vão, quase não tem mesmo, algumas carregam coco, juntam uma palha, mas é só”(Entrevista realizada em setembro de 2014).

R.2: “Hoje se trabalha para pagar o terceirizado, tem a mão de obra e o frete que custa R\$26,00/ton. Para a colheita, aqui a gente fala corte, precisa de 4 homens, a manutenção agora em dois faz, se tiver roçadeira se não para o trabalho render precisa de 4 a 5 pessoas. Os filhos menores de 16 anos de primeiro iam trabalhar na quadra agora a lei não deixa mais e eles não podem mais trabalhar com a gente, é muito visado isso, se empresa ver que tem menor de idade não leva o coco”(Entrevista realizada em setembro de 2014).

A maior complexidade da colheita envolve a maior necessidade de mão de obra como já vimos pelas narrativas dos camponeses integrados, porém ela ocorre em 4 dias no mês, e com a redução do esforço de trabalho para a manutenção, parece que agora um novo tempo é disponibilizado ao campesinato. E foi então que fizemos a seguinte pergunta. Como os camponeses estão investindo esse novo *tempo livre* do dendê?

Os dados de pesquisa mostram uma retomada dos cultivos tradicionais pelos camponeses integrados, apresentando uma diferença significativa no percentual de agricultores que estão trabalhando com os cultivos tradicionais. Conforme assinalado, em 2012 ainda na fase de safra e entressafra, apenas 21% dos camponeses mantinham o roçado. Na atualidade (2015), a pesquisa revelou que 48% dos camponeses integrados retomaram a produção do roçado tradicional. Essa retomada da produção pode ter sido influenciada pelo aumento do preço da farinha, mas mesmo assim isso só seria possível se o dendê disponibilizasse força de trabalho para a realização da atividade.

Os camponeses revelam que uma condição para a volta da colocação do roçado é ter o sítio ainda em posse da família, pois muitos camponeses integrados ficaram apenas com a área da moradia e área do monocultivo dendê, já que os sítios foram vendidos ou entregues à outros representantes da família (pai, mãe, irmão (ã), primos, cunhados). Como a atividade do roçado é uma prática tradicional camponesa, suas práticas agrícolas são de conhecimento de todos, sendo assim se existe área, tempo e força de trabalho disponível, os camponeses retomam à atividade tradicional para melhorar as condições econômicas da família e garantir a sua reprodução. Para os camponeses, a especialização da atividade produtiva no monocultivo de dendê é avaliada negativamente, pela dependência à empresa, já que o monocultivo não é suficiente para garantir a reprodução social da família camponesa.

“As famílias cada um tem um jeito de vida uns ficaram com a roça, outros abriram um comerciazinho. Eu aqui com a minha esposa, que trabalha no colégio, às vezes a gente vende alguma coisa, mas tem que ter alguma coisa senão o negócio aperta. Tem famílias que ficaram só com dendê que estão no zero do jeito que entrou no projeto tão agora, aperreado., não adiantou nada”(Entrevista realizada. em set/2014).

Assim como no período anterior os camponeses utilizam o tempo disponibilizado pela diminuição da força de trabalho para a manutenção do protocolo do dendê para investir na produção do roçado, gerenciando as atividades do roçado de acordo com o protocolo de produção do dendê neste período.

Isso evidencia a criatividade do camponês em se adaptar às novas condições que lhe são impostas, se modelam e remodelam de acordo com suas necessidades e estratégias de desenvolvimento sem perder sua característica de resistência camponesa que trabalha para a manutenção e reprodução da família no campo como diz um camponês integrado:

“A empresa diz que a gente não é mais agricultor familiar. Mas a gente é sim, sempre foi a família que trabalha, e pela família que trabalha. Agente nunca quis ser empresa e nem tem como ser, essa estrutura toda que eles querem.” (Entrevista realizada em set. 2014.)

6.3.AS RELAÇÕES SOCIOECONOMICAS NO AMBIENTE DA PRODUÇÃO INTEGRADA

No interior das comunidades podemos classificar os camponeses como: 1) os camponeses que fazem parte do Programa de Agricultura Familiar, portanto são produtores de dendê e possuem uma relação direta e dependente com a empresa/com o mercado; 2) os camponeses que não aderiram ao Programa de Agricultura Familiar e mantêm sua produção de roçado, sob uma relação de alternatividade com o mercado e que ocasionalmente vendem sua força de trabalho para os camponeses tipo 1, produtores de dendê.

Porém ao aprofundar sobre esta classificação, percebemos que entre eles existe uma clara distinção entre os bons e maus produtores, ou os que obtêm maior remuneração pela bonificação prevista no contrato. Quem faz essa classificação é a empresa, reforçada pela Associação, substanciada no contrato de integração. Isso porque essa classificação é baseada na adesão dos produtores ao protocolo da produção de dendê. Os bons produtores, aqueles que implementam as práticas de produção de acordo com as normas exigidas referentes aos tratamentos culturais e sua distribuição de acordo com o tempo, quantidade, período, técnica, etc., são também aqueles que possuem maior produção por unidade de área, maior ganho

financeiro com o projeto e um melhor relacionamento com a empresa. Isso facilita o acesso a informações, maior poder de negociação e acabam por se tornar lideranças locais.

Os maus produtores, são aqueles que não conseguem acompanhar a exigência da empresa referente aos tratos culturais, seja pelo fator idade, por um reduzido núcleo familiar, por terem outras atividades produtivas ou por simplesmente não se adaptarem às condições de produção do dendê. Não conseguem atingir a capacidade produtiva do projeto, não têm um bom ganho financeiro e precisam de maior atenção e investimento da empresa e da associação quanto ao acompanhamento (fiscalização) e assistência técnica - o que não é visto com bons olhos. É perceptível a distinção de níveis de produtores bem como a criação de um ambiente competitivo entre eles (BACKHOUSE, 2013).

Tanto as exigências de cumprimento do protocolo, quanto às oportunidades criadas pelo e para o bom produtor, sejam pela remuneração que conseguem extrair de sua unidade de produção, pelo maior poder de gerenciamento financeiro, pela facilidade e poder de barganha com a empresa e outros estabelecimentos comerciais, seja por sua credibilidade e liderança frente aos camponeses integrados, contribuem para que novas relações de trabalho e prestação de serviços emergjam nas comunidades. Esse fenômeno é explicado por VEIGA e ALBADEJO (2002, p.55), mostrando como grupos domésticos melhoram suas condições de vida, por meio de sua capacidade de mobilizar mão de obra disponível e/ou investir em máquinas e ferramentas que levem ao aumento da capacidade de trabalho. No caso do grupo social em estudo pode-se verificar 4 grandes formas de composição da força de trabalho, imbricadas na diferenciação socioeconômica no interior da comunidade tanto para os camponeses produtores dendê como para os camponeses clássicos.

Desta forma apresentaremos uma tipologia de relações socioeconômicas utilizadas para realização do trabalho nos projetos de integração do dendê:

1. Arrendamento por confiança:

Existem casos em que a morte do pai de família, ou o reduzido núcleo familiar dificulta a adaptação das famílias de camponeses ao sistema de integração de produção de dendê. Quando falar de dificuldade de se adaptar ao sistema de integração, estou me referindo desde o relacionamento com a empresa às questões de manutenção da unidade de produção, e com isso a garantia da produtividade e produção nos padrões de qualidade exigidos pela empresa. Estes enquadrar-se-iam entre os chamados maus produtores.

Esses camponeses transferem o lote e a produção às famílias que se destacam na produção de dendê. Isso mediante a um pagamento mensal que varia sempre abaixo de 1 salário mínimo. Essa relação se estabelece da seguinte forma:

O camponês assina uma procuração reconhecida em cartório, em nome de outro produtor familiar, dando a ele plenos poderes para fazer a movimentação da conta bancária onde recebe o pagamento pela produção de dendê. O camponês que recebeu a procuração se responsabiliza em assumir os tratos culturais e colheita da unidade de produção de dendê, bem como assumir o gerenciamento e administração das contas, o pagamento pela produção e quitação das dívidas seja ela referente ao financiamento ou à dívida formada pela compra de insumos ou instrumentos de trabalho junto à empresa, mão de obra, etc. Neste caso o produtor familiar que “arrendou” seu lote recebe uma quantia mensal combinada entre eles, esse valor geralmente é um valor pequeno, que não leva em consideração a capacidade produtiva do projeto e não chega a um salário mínimo.

Para eles, esta relação tem um significado de ajuda e é pautada em uma relação de extrema confiança. Entende-se que a família não precisa se desfazer de seu projeto por não conseguir administrá-lo e ao mesmo tempo recebe um valor mensal que contribui mesmo que minimamente com a economia familiar. No caso dessas famílias que se inserem nesse tipo de relação geralmente esse valor é muito importante pela situação difícil em que vivem em relação a sua produção familiar. Essa família também mantém seu nome nos registros oficiais do contrato com a empresa e do financiamento, dessa forma se há qualquer ação de má fé do arrendatário quem responde continua sendo a família inicial do contrato mesmo que essa já não trabalhe na área.

Esse tipo de relação ocorre com pouca frequência, principalmente porque ocorrem entre famílias antigas da comunidade que possuem um laço de parentesco ou compadrio, e não é bem visto pela empresa, que sabe, mas fecha os olhos, para não entrar em conflito com os bons produtores que são apresentados sempre como modelos de camponeses integrados e que discursam sempre a favor da empresa.

2. Terceirização de atividades produtivas - as chamadas “empreitas”:

“Tem gente que tem projeto que empreita, paga dinheiro para fazer todo o trabalho do projeto”
(Entrevista realizada em fev.2010).

Neste caso os camponeses integrados que se destacam no projeto de integração com o dendê e facilmente se adaptaram aos sistemas de produção e pensamento econômico do

mercado, passam a comprar máquinas agrícolas, como pequenos tratores, roçadeira acostal, que facilitam as atividades de manutenção do protocolo e de colheita.

Esses camponeses, empreiteiros do dendê, passam a desempenhar uma nova atividade econômica e local, na forma de prestação serviços aos camponeses integrados de dendê, que podem ocorrer de duas formas distintas, gerando novas formas assimétricas de relacionamento social local:

- a) Aluguel de máquina agrícola: neste caso um produtor integrado contrata a diária do proprietário e da máquina agrícola, dessa forma o produtor dono da máquina, opera a máquina e no final do dia recebe o valor referente ao dia de trabalho e aluguel da máquina.
- b) Contrato de prestação de serviço - o proprietário da máquina funciona quase como uma pequena empresa de prestação de serviço local aos produtores integrados de dendê. O prestador de serviço possui uma equipe de trabalho especializada no protocolo de produção do monocultivo, pela qual ele se responsabiliza bem como o maquinário necessário para aumentar a capacidade de trabalho e diminuir as perdas da produção. O camponês integrado contrata o serviço por atividade agrícola, e apenas gerencia/controla/supervisiona as atividades do empreiteiro (como eles chamam).

Os pequenos agricultores integrados que se inserem nessa relação são aqueles que possuem uma boa produção de dendê e possuem uma boa administração da economia familiar, podendo investir seus recursos monetários na empreita do trabalho que seria realizado pela família e essa passa a ter um papel mais gerencial de sua unidade de produção.

Neste caso a relação é simplesmente comercial, os valores são acertados entre o contratante e o prestador.

3. Contratação de mão de obra ou trabalho alugado:

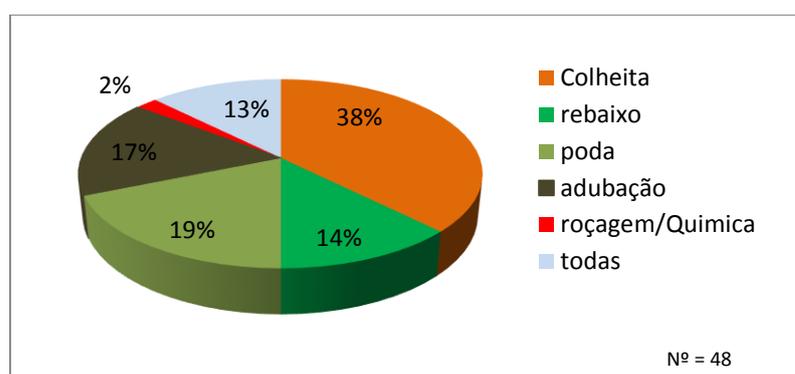
Esse tipo de relação é a mais comum entre os produtores integrados, ocorrendo entre 93% dos produtores entrevistados. Ocorre para suprir a necessidade de mão de obra familiar quando a força de trabalho do núcleo familiar é insuficiente ou quando os filhos assumem outro papel nas atividades familiares e o pequeno produtor passa a contratar mão de obra para garantir a produção. O pagamento é feito por dia de trabalho e quem realiza esses trabalhos são filhos de produtores integrados, vizinhos, ou mesmo membros da comunidade que não são produtores de dendê, mas passaram a trabalhar nos lotes integrados. A principal atividade

que requer a contratação de mão de obra é a colheita que ocorre duas vezes por mês, mas que o agricultor tem apenas dois dias para realizá-la, sob pena de perder a produção.

O pagamento referente à colheita é feito de duas maneiras: ou na forma de diária que possui um valor médio de R\$ 35,00, mais a refeição, ou é pago por tonelada e o trabalhador recebe em média R\$12,00/ton. A relação existente neste caso pode ser de 2 modos: de patrão e empregado, ou similar ao pagamento de diária para as atividades do roçado. Isso porque na produção integrada do dendê existem casos em que a família responsável pelo projeto de dendê trabalha na unidade de produção junto com os “empregados”, mantendo as relações de vizinhança, em que todos comem juntos e realizam o trabalho assim como ocorria nas relações referentes ao roçado. Mas existem casos em que os membros da família não trabalham na unidade de produção de dendê, o pai de família tem um papel gerencial de sua unidade de produção e contrata mão de obra para manutenção e colheita do monocultivo. Neste caso a relação que se estabelece é de patrão e empregado, onde o empregado recebe ao final de uma jornada de trabalho e o contratado é responsável por sua alimentação durante o dia de trabalho.

Foi realizando um ranking das atividades que necessitam de maior esforço e por isso maior número de trabalhadores, demonstrado na figura 16:

Figura 16: Ranking de necessidade de contratação de força de trabalho em projetos de integração de dendê



(Fonte: Instituto Peabiru)

4. Trabalho familiar/convidados:

O trabalho exclusivamente familiar com a contratação esporádica de força de trabalho ou organização de convidados, para garantir a produção da unidade produtiva é o tipo mais raro de se encontrar nos projetos integrados do dendê. Geralmente os camponeses que mantêm essa dinâmica familiar na produção, possuem maior dificuldade em aderir às técnicas de produção de dendê e às novas tecnologias incentivadas, possuem menor produtividade de

seus lotes e maior dificuldade de atingir o nível de exigência empresarial referente aos tratos culturais. Neste caso toda a família vai para a unidade de produção, o dendê, realizar as atividades produtivas. A mão de obra adicional pode ser trocada em dia de trabalho com um parente ou vizinho ou mesmo na forma de pagamento monetário pelo dia de trabalho, mas isso ocorre em situações de extrema necessidade. Esses também são os casos das famílias que mantêm seus roçados para subsistência familiar e também para venda de seus produtos no mercado. Não se tornam produtores especializados e garantem a manutenção cultural da família, seja pelos produtos seja pelas relações de trabalho que envolvem laços de parentesco e de vizinhança, criando e mantendo vínculos entre as famílias estabelecendo valores de respeito, confiança, ajuda mútua entre outros.

Segundo os produtores, esse modelo de relação com a unidade de produção ocorria no início do projeto de integração, quando todos os membros da família entre homens e mulheres iam para o projeto de dendê trabalhar, na abertura da área, no plantio, na capina e coroamento das mudas. Isto é, nos três primeiros anos em que o dendê não estava produtivo e exigia muito trabalho para manutenção da unidade de produção. Posteriormente, percebe-se que com o aumento da produtividade das unidades de produção “integradas” e da renda advinda da produção, as mulheres e os filhos deixam de trabalhar nas unidades de produção, sendo substituídos pela contratação de mão de obra local.

Na última viagem de campo, setembro de 2014, presenciamos um momento de tensão entre os camponeses integrados e a empresa Agropalma. Pressionada pelos critérios de sustentabilidade da certificação RSPO a empresa proibiu qualquer relação de trabalho, nas áreas do monocultivo integrado, que não fosse familiar ou que não obedecesse à legislação trabalhista ²²brasileira, sob pena de perda da produção. Isso acarretou a revolta de camponeses que não possuem força de trabalho suficiente na família para manutenção do protocolo.

A alternativa apresentada e organizada pela empresa foi a abertura de um consórcio rural, que regulariza a mão de obra contratada, em regime CLT. Essa opção não está sendo bem aceita pelos camponeses e introduz um complicador na já complexa organização social e

²² Esse evento desencadeou a paralização das atividades do protocolo de dendê pelos camponeses integrados, esses interditaram a ponte de escoamento da produção, impedindo a passagem dos caminhões que transportam a produção de dendê do campesinato integrado, com o objetivo de serem ouvidos pelo poder municipal e pela direção da empresa Agropalma. Essa atitude da empresa Agropalma, foi desencadeada pela certificação RSPO da empresa Agropalma, que possui em seus princípios e critérios a obrigatoriedade de cumprimento da legislação nacional onde monocultivo é instalado. A empresa que recebeu a certificação RSPO em 2012, tem um período de 4 anos para padronizar todos os produtores integrados à sua produção nos princípios e critérios da RSPO. Sendo esse evento um esforço da empresa em adequar os o monocultivo de dendê dos camponeses integrados aos princípios e critérios da certificação RSPO, para garantia do selo de sustentabilidade de produção do dendê. Essa situação é complexa e conflituosa, permanece até os dias de hoje, sendo um tema interessante de ser investigado e aprofundado por pesquisadores interessados ao tema.

econômica dos camponeses integrados e no cálculo da renda do dendê. Um assunto interessante e de tamanha complexidade que este trabalho não seria capaz de tratar com a atenção merecida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa traz à luz o contrato de integração do monocultivo de dendê com o campesinato amazônico. Revelando a complexidade e assimetria das relações sociais existentes e seus desdobramentos na transformação da organização socioeconômica e espacial do camponês integrado.

A integração faz parte da história de produção da chamada agricultura moderna, em que elementos desse sistema de relações se mantêm presentes em todos os exemplos apresentados neste trabalho, sendo eles: A) da parte dos camponeses temos - 1) disponibilização de terras; 2) implantação e condução do monocultivo sob orientação de protocolo empresarial e com ônus dos custos de produção, 3) colheita e transporte da produção, 4) exclusividade de venda; B) das obrigações das empresas integradoras temos- 1) a compra da produção, quando esta está ideal para a industrialização; 2) assistência técnica, 3) adiantamentos de recursos financeiros e 4) transferência de tecnologia de produção.

O que diferencia os sistemas de integração ao longo do tempo: 1) formalização do contrato, 2) a vigência, que varia de acordo com a espécie cultivada, 3) as estratégias de empréstimos (custeios) e pagamentos pela produção, que também variam de acordo com a espécie.

Em todos os casos assim como no dendê os contratos revelam relações sociais e produtivas complexas, assimétricas, que levam à subordinação camponesa ao capital, à especialização agrícola e ao endividamento. Nos casos do eucalipto e da cana de açúcar, estudados por Neves (1981) e Aquino (2013), é a resistência à subordinação que estimula à recomposição da organização social do trabalho e da vida do camponês integrado ao longo do tempo, e que permite a retomada dos cultivos tradicionais e o enfrentamento do processo de subordinação. No caso do dendê esse processo se evidencia na 3ª fase do ciclo de vida da planta, os camponeses pouco a pouco retomam a produção do roçado. No entanto a pesquisa não é capaz de revelar esse comportamento até fim do ciclo de vida do dendê, já que: a) os monocultivos se encontram na meia vida do ciclo de produção; b) não conhecemos as consequências da dívida com a empresa e do financiamento bancário; c) não sabemos qual será o uso da terra após o fim da vida produtiva do monocultivo.

“Para mim é todo mundo funcionário da empresa, ela que dá as ordens, eles perderam as terras para esse plantio. São 25 anos de produção que tem que seguir o que a empresa tá mandando.” (Camponês que não aderiu a integração, 2014).

No caso do dendê, é fato que o objetivo principal do sistema de integração é viabilizar a expansão do monocultivo e para isto agroestratégias são criadas por diferentes segmentos sociais, governo, empresa e organizações da sociedade civil, que se apresentam como parceiros, aliados, a fim de concretizar os seus interesses em jogo. Assim, terras antropizadas, de cobertura florestal secundária e de uso tradicional do campesinato, não apenas para roçado, mas para uso comum do extrativismo vegetal e animal, são consideradas degradadas, portanto, disponibilizadas para o monocultivo de dendê. E sob esta condição são facilmente regularizadas, inclusive para o insólito uso coletivo.

O que se pode observar é que, como já registrado na literatura, o sistema de integração é justificado como única alternativa para o desenvolvimento dessas populações no campo, que se veem sem saída e aderem aos programas de integração sob um fetiche de melhoria de renda. Esses camponeses seduzidos pelo discurso de melhoria na renda e na qualidade de vida passam de produtores independentes a produtores subordinados à agroindústria e dependentes de uma agricultura balizada pelo mercado de *commodities*.

A análise da implementação do contrato sob a perspectiva econômica e o seu desdobramento na economia camponesa, revela que a renda do dendê não é superior à renda do cultivo tradicional. Mais que isso, revela que os custos de implementação e manutenção do protocolo de produção de dendê são altos e de responsabilidade dos camponeses, mediante um sistema de crédito, chamado custeio pela empresa, que leva o campesinato ao duplo endividamento - junto à empresa e à instituição financeira.

Por fim com as análises dos calendários agrícolas, a pesquisa revela a possibilidade de combinação dos calendários do roçado e do dendê, mas esta combinação depende da composição da força de trabalho do grupo doméstico e do ciclo de desenvolvimento da planta. Assim, as fases de implantação e desenvolvimento que se prolongam por dez anos revelaram maior exigência de força de trabalho e abandono do roçado. Na fase de produção contínua, o trabalho é mais complexo, mas é menos penoso e a exigência da força de trabalho é concentrada em alguns dias do mês, o que tem possibilitado de maneira criativa a retomada do roçado. Enfim, busca de novas formas de reprodução social e de melhorar a qualidade de vida das famílias sem perder seus traços históricos de produção, luta e resistência.

Além disso, os passivos ambientais e econômicos do monocultivo são transferidos aos camponeses já que não se sabe o futuro das áreas do monocultivo de dendê. Diferente do eucalipto que possui rebrota natural, o dendezal demanda a substituição do monocultivo, assim como a roça, mas neste caso sob um solo cansado e esgotado pelos 25 anos de produção

monocultural, e com o agravante da permanência dos tocos, após a retirada das palmeiras. No momento, o monocultivo está na metade de seu ciclo de vida e o que se pode afirmar é que no final do ciclo, aí sim, estas terras estarão degradadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADM. 2013. Disponível em: <http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/Products.aspx>. Acessado em: 22/11/13.

AGROPALMA. **Relatório de Sustentabilidade**. 2013. Disponível em: www.agropalma.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2013.asp. Acesso em: 20/06/15.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: Direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et al (Org.). **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p 101-142.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o Agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel.(Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-159.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Direitos Territoriais e étnicos: As estratégias dos agronegócios na Amazônia. In: ZHOURI, A.; KLEMENS,L. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.484 p.382-387.

ALVES, Raimundo Nonato Brabo; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **AMAZÔNIA: do verde ao cinza**. Belém/PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 243 p.

ALVES, Sergio Augusto Oliveira. **Sustentabilidade da Agroindústria de dendê no Estado do Pará**. 161f.2011.Tese (Doutorado em Conservação de Ecossistemas Florestais)- Programa Recursos Florestais, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. SP. 2011.161 p.

AQUINO, Silvia Lima de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais: resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BANCO DA AMAZÔNIA. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. **Revista Contexto Amazônico**, Ano 5, n. 22, jun. 2012. Disponível em: http://www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/institucional/biblioteca/boletim/contexto_amazonico_22.pdf . Acesso em : 15/06/2015.

BACKHOUSE, Maria. **A desapropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará, Fair Fuels? Working Paper 6, Berlin, 2013. 32 p.

BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. Dissertação.Universidade de Campinas, Campinas. Programa de Pós Graduação em História. 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. 2004. Disponível em:

http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/arquivos-2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acessado em: 28/01/2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Baixo Tocantins. 2010.** Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf
Acesso em: 20/03/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Viabilidade de Extração de Óleo de Dendê no Estado do Pará. 2007.** Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/18_-_Dende.pdf
Acesso em: 08/11/13

BRASIL. **Lei nº 10.836 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm
Acesso em: 01/06/2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.297 de 6 de dezembro de 2004.** Institui o Selo Combustível Social a ser concedido a produtores de biodiesel que promovam a inclusão social da agricultura familiar e dá outras providências. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2290882>. Acesso em: 13/03/2013

BRASIL. **Lei 11.097/2005.** Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. Acesso em: 13/03/2013

BRASIL. **Discurso do Presidente da República Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação .** Disponível em: <file:///C:/Users/Territorio/Downloads/27-04-2005%20Discurso%20do%20Presidente%20da%20Republica%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20por%20ocasio%20da%20visita%20a%20Fazenda%20Agrupalma.pdf>.
Acesso em: 13/07/2015.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../lei/111326.htm. Acessado em: 13/03/2013

BRASIL. **INº 1 de 19 de fevereiro de 2009.** Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/IN_01_19-02-009_Concess%C3%A3o.pdf . Acessado em: 13/03/2013

BRASIL. SUFRAMA. **Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica Dendê. (2003).** Disponível em: http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf. Acessado: 9/11/13

BRITO, Tulio Dias. **Competitividade e Sustentabilidade no Agronegócio: o caso do óleo de palma**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios): Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2006, 172 p.

BRUNO, Regina. Agronegócio, palavra política. In. **Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas-PE (Anais). 2010. 20 p.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**. Presidente Prudente. N. 5. Ago/Dez de 2004.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.conservation.org.br> . Acessado em: 22/11/2013.

COSTA. Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas fronteiras do Capitalismo: Teoria e Prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In Graziano da Silva, José e Stolcke, Verena. **A Questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollac José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHAVES, Genisson Paes; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Trabalhadores do dendê: notas etnográficas sobre o uso de agrotóxico em uma comunidade amazônica – PA. **Redes de Estudos Rurais**, Campinas (Anais). 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio do século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142 p.

EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico do Dendzeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal**. RJ. 2010. Disponível em: http://www.cnps.embrapa.br/zoneamento_dende/ZonDende.pdf. Acessado em: 15/02/2013.

EMBRAPA. **Relatório Síntese do I Workshop do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil**. (2013). Disponível em: <http://palmadeoleo.cpatu.embrapa.br/menu/arquivos/relatorio-sintese-do-i-workshop-do-programa-de-producao-sustentavel-da-palma-de-oleo-no-brasil/view>. Acesso em: 08/11/13.

ESTEVES, Benedita. O seringal e a constituição social do seringueiro. In; NEVES, D.P.; SILVA, M.A.M. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo; Editora Unesp, 2008. 271 p. 91-111.

FAPESP. **Brasil líder mundial em conhecimento e tecnologia de cana e etanol**. 2007. Disponível em: <http://www.fapesp.br/2919> . Acesso em: 16/06/2015.

FASE. **Dendê: o avanço do monocultivo ameaça a agricultura familiar na Amazônia paraense**. 2013. Disponível em: [http://br.boell.org/downloads/MonocultivodoDendeEntrevistaWinnie_Overbeek\(1\).pdf](http://br.boell.org/downloads/MonocultivodoDendeEntrevistaWinnie_Overbeek(1).pdf). Acesso em: 08/11/13.

FEARNSIDE, Philip M. Projeto de Colonização na Amazônia brasileira: Objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano. **Caderno de Ciências n2**. 1989.p. 7-35.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 236 p.

GLASS, Verena. “**Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**”. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil. (2013). Disponível em: <http://www.commercialpressuresonland.org/research-papers/expans%C3%A3o-do-dend%C3%AA-na-amaz%C3%B4nia-brasileira-elementos-para-uma-an%C3%A1lise-dos-impactos>. Acessado em: 08/11/13.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HÉBETTE, Jean; et al. Situação social das áreas rurais amazônicas. **Cadernos de Estudos Sociais** (FUNDAJ), Recife, v. 2, 1996. p. 383-405.

HÉBETTE, Jean.; MAGALHÃES, Sonia Barbosa ; MANESCHY, Cristina. . Contemporaneidade do Campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, C.. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA Editora Universitária UFPA, 2002. p. 29-45.

HEBÉTTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004,v2.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; Leite, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.25, n 74, 2010. p.159-196.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In; NEVES,D.P.;SILVA,M.A.M. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo; Editora Unesp, 2008. p. 39-67.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**: São Paulo, v. 19, n. 54. 2005. p. 115-135.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; et al. Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade Arauaí, município de Moju, Pará. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014. 40 p.

IDESP-PA. Estatística Municipal: Moju 2012. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Moju.pdf>. Acessado em: 09/03/2013

IDESP-PA. Estatística Municipal: Tailândia 2012. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/Tailandia.pdf>. Acessado em: 09/03/2013

IMAZON. **Desmatamento e Degradação Florestal de Moju**. Belém.2014.

IMAZON. **Desmatamento e Degradação Florestal de Tailândia**. Belém.2014.

INSTITUTO PEABIRU. **Programa Dendê**. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar em parceria com a Agropalma. Belém,2010. 26p.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. **Expropriação, luta e resistência: a questão camponesa no bairro “Maquininha”, município de Dracena-SP**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal da Grande Dourados. Programa de Pós- Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas. 2009. 172p.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. São Paulo: **Estudos Avançados**. v. 16. 2002.p. 37-61. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200004. Acesso em: 14/07/2015.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) *L'agriculture familiale*. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. **Du mythe à la réalité**. Paris, L'Harmattan, 1994. 303 p.

LASCHEFSKI, Klemens. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico? In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.484.p. 63-91.

LEAL, Andrielle. **Avaliação do Saneamento ambiental em comunidades localizadas no entorno de uma área de expansão do plantio da palma de dendê no município de Moju – PA**. Monografia: Universidade Federal do Para. Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2013. 154p.

MAGALHAES, Sônia Barbosa. As grandes hidrelétricas e as populações camponesas. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA,I.M. (Orgs). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi,1994,p.447-455.

MAGALHAES, Sônia Barbosa. Política e Sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEWÁ FILHO [Org.] **Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 245-254.

MAGALHAES, Sônia Barbosa.O DESENCANTAMENTO DA BEIRA-reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES,S.B.;BRITTO, R.C.; CASTRO,E.R. [Org.] **Energia na Amazônia Vol.II**.

Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas. 1996.p.697-746.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SIMÕES, Aquiles. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. In: **VI Encontro Nacional da Anppas**.(Anais). 2012.382 p.146-147.

MEIRELES, A.J. A; QUEIROZ, L.S. A monocultura do camarão: Danos socioambientais à base de vida comunitária tradicional no litoral do Nordeste brasileiro. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484.p. 224-249.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. P. 191-212.

MOREIRA, Edma Silva; HEBETTE, Jean. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. In: GODOI, E. P.;MENEZES, M.A.;MARIN,R.A. (Org). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP. 2009.

MOREIRA, Edma Silva. **Tradição em tempos de modernidade**: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA. Belém: EDUFPA, 2004.184 p.

MOTA, Dalva Maria. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antônio Thiago Correa. Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia: A dendeicultura na microrregião de Tomé-Açú (PA). **Confins** (Paris),v.16.p-1-20,2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947#tocto1n1>. Acessado em: 27/02/2013.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Impactos Socioambientais da dendeicultura em comunidades Tradicionais Paraense. **Acta Geográfica**. Boa Vista. Ed. Esp.2013. p.63-80. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1953>. Acessado em: 22/04/2014.

NAHUM, João Santos; et al. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.158 p.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de Constituição e reprodução do Campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. 2008. 271 p.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981. 212 p.

PAYÉS, M. A. M. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. (Tese de Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.

PETROBRAS; 2013. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/energia-e-tecnologia/fontes-de-energia/biocombustiveis/>. Acessado em 22/11/13.

RAPIAU, Julien. **La culture du palmier à huile, facteur de transformation des systèmes agricoles familiaux en Amazonie orientale: cas de la Microrégion de Tomé-Açu, premier pôle de production dans l'état du Pará, Brésil.** Dissertação de Mestrado. ISARA-Lyon. 2013. 98p.

RICHARDSON, Roberto Jarry, et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334p.

RITCHIE, Bill; MCDOUGALL, Cynthia, et al. **Critérios e Indicadores de Sustentabilidade em Florestas Manejadas por Comunidades: um guia introdutório.** Indonésia: CIFOR. 2001.

RIGOTTO, Raquel Maria; et al. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: Conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484 p. 148-176.

RECHE, Daniella; SUGAI, Maria Inês. A influência do capital agroindustrial na distribuição socioespacial urbana do município de Chapecó-SC. In: **Seminário da História da Cidade e do urbanismo** (Anais) .v.10.n1.2008. Disponível: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1187>. Acesso em: 03/04/14.

SAMPAIO, Irã carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.203 p.

SHELESINGER, Sergio. **Produção sob contrato: boa para quem?** FASE. 2015

SHEILD, Douglas. et al. **The impacts and opportunities of oil palm in Southeast Asia: What do we know and what do we need to know?** Occasional paper no 51.CIFOR. Bogor.Indonesia.2009.

SILVA, Christian Luiz; WIENS, Simone. Indicadores: Conceitos e aplicações. In: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J.E. (Org.) **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** Org. SILVA, Christian Luiz; SOUZA-LIMA, José Edmilson. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 55 -68.

SILVA, J.F.G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro. Zahar. 1981.

SIMÃO, Angelo Guimarães; SILVA, Christian Luiz ; SILVA, Heloísa de Puppi et al. Índices para o Desenvolvimento Sustentável. In: SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J.E. (Org.) **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável.** Org. SILVA, Christian Luiz; SOUZA-LIMA, José Edmilson. São Paulo: Saraiva, 2010. P118-160.

SMALLEY, Rebecca. **Plantations, Contract Farming and Commercial Farming Areas in Africa: A Comparative Review**. Land and Agricultural Commercialisation: Africa. Working Paper 055. Disponível em: <http://www.future-agricultures.org>. Acesso em: 29/07/2015.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luis. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bvce.org%2FDownloadArquivo.asp%3FArquivo%3DCORADINI%2FPOMPERMAYER%2FSORJ%2FCamponeses%20e%20agroindustria.pdf&ei=mk6WUrhvC5TykQfXIIGoDw&usq=AFQjCNFS5Lur9FA170Ykza3GgGOCaKUMdQ>. Acessado em 10/11/2013.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/888>>. Acesso em: 04 de agosto de 2015.

UNICA. **Produção e uso do Etanol combustível no Brasil: respostas as questões mais frequentes**. 2007. Disponível em: www.unica.com.br/documentos/publicacoes/pag=7 . Acesso em: 16/06/2015.

VALE do RIO DOCE; 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/initiatives/biodiesel/Paginas/default.aspx> . Acessado em: 22/11/13.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo de comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: DIEFEL/Difusão Editorial. 1979. p.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático**. Brasília: MDA, 2006. 61 p.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christophe. **A formação do território a nível local e a emergência da ação coletiva: análises das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia Oriental**. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, v.1, n.3. Belém, p.41-77, 2002.

VIEIRA, Ana Carolina Casemiro; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Transformações no Espaço Rural Amazônico: O Plantio de Dendê em Comunidades Camponesas do Baixo Tocantins, Município de Moju/PA. In: **IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em sociologia da UFSCAR**. São Carlos. (Anais).2013.

VIEIRA; Ana Carolina; GONZALES; Maria José Barney. **Caderno Indicadores de Sustentabilidade: Programa de Agricultura familiar da Agropalma**. Belém: PEABIRU, 2011. 45p.

VIEIRA, Ana Carolina; COSTA, Ana carolina; FERNANDES, Thiara. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental de 150 famílias envolvidas no Programa de Agricultura Familiar em parceria com a Agropalma**. INSTITUTO PEABIRU. 2010. 26p.

VIERTLER, Renate Brigittie. Métodos Antropológicos como Ferramenta para Estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M.C.M., MING, L.C., SILVA, S.M.P.(Org). **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia e Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPQ. 2002. 204 p. 11-29.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes do Campesinato Brasileiro. In: **XX encontro anual da ANPOCS**. CAXAMBU, MG.(Anais). 1996.

ZIGONE, Carmela. A perenidade do conflito: estratégias de uma comunidade quilombola da Amazônia. In: **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**.(Anais). 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/carmela%20zigoni.pdf. Acesso em:14/07/15.